

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Priscilla Gomes da Silva

**A incorporação da Agroecologia pelo MST:
reflexões sobre o novo discurso e
experiência prática**

**Niterói
2011**

Priscilla Gomes da Silva

**A incorporação da Agroecologia pelo MST:
reflexões sobre o novo discurso e
experiência prática**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal Fluminense como
requisito parcial para a obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos

**Niterói
2011**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Priscilla Gomes da.

A incorporação da Agroecologia pelo MST: reflexões sobre o novo discurso e experiência prática / Priscilla Gomes da Silva. – 2011.

177 f.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.

Bibliografia: f. 161-173.

1. Agroecologia. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 3. Rio de Janeiro (RJ). I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 630.2745

**A incorporação da Agroecologia pelo MST:
reflexões sobre o novo discurso e
experiência prática**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos
Universidade Federal Fluminense - UFF (orientador)

Profa. Dra. Virgínia Maria Fontes
Universidade Federal Fluminense – UFF (argüidor)

Prof. Dr. Canrobert Costa Neto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA-UFRRJ
(argüidor)

Aos que sonham e deliram.

Agradecimentos

À Vida, em todas as suas manifestações.

Resumo

Essa pesquisa possui o objetivo de analisar o processo de incorporação da Agroecologia nos planos discursivo e prático do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - o MST. O paradigma sócio-produtivo agroecológico é tomado como referência para a entidade desde meados dos anos 1990, deslocando a referência dominante até então: o cooperativismo de origem produtivista. Pretendemos avaliar os mecanismos que redundaram na alteração destes modelos sócio-produtivos, e sobretudo a forma como a Agroecologia passou a ser introduzida no discurso oficial do movimento. Propomos também uma reflexão acerca de uma das experiências práticas do movimento em relação às transições agroecológica e camponesa, dinâmica esta que vem sendo empreendida na Comunidade Terra Livre, um acampamento do MST localizado no sul do estado do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Recampesinização; Graus de Campesinidade.

Abstract

This research aims to analyse the incorporation process of Agroecology in the discursive and practical plans of the Movement of Landless Rural Workers – MST. The agroecologic social-productive paradigm is taken as a reference for the entity since the mid 1990, transferring the dominant reference until then: the cooperativism of productive origins. We intend to evaluate the mechanisms that brought up the changing of these social-productive models, and above all the way how the Agroecology begin to be introduced in the official speech of the movement. We also propose a reflection around the movement practical experiences in relation to agroecologic and peasant transitions, such dynamics are being enterprised in the Terra Livre Community, a MST encampment located in the southern of region of Rio de Janeiro.

KEYWORDS: Agroecology; Repeasantization; Degrees of Peasantness.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1: A Agroecologia no discurso oficial do MST.....	16
1.1. A dinâmica das apropriações fundiárias no Brasil.....	16
1.2. Raízes, formação e consolidação do MST no Brasil.....	27
1.3. O MST e o Cooperativismo.....	31
1.4. Aspectos Teóricos do Cooperativismo.....	39
1.5 Os limites do cooperativismo produtivista.....	48
1.6. A vez (e a voz) da Agroecologia.....	50
1.7. Desafios na construção da sustentabilidade.....	61
1.8. Trajetória e referenciais teóricos acerca da Agroecologia e do campesinato.....	66
Capítulo 2: A Formação do MST no Rio de Janeiro.....	71
2.1. Configuração fundiária e agrária no estado do Rio de Janeiro.....	71
2.2. Breve panorama agrícola contemporâneo do estado fluminense	80
2.3. Conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro.....	83
2.3.1. Disputas recentes: do pré-64 à redemocratização.....	83
2.3.2. A abertura política e as formações do MST no Rio de Janeiro.....	88
2.4. O acampamento Terra Livre.....	96
2.4.1. Breves considerações sobre os municípios de Resende e Itatiaia.....	96
2.4.2. A constituição do acampamento Terra Livre.....	101
2.4.3. Alguns aspectos físicos e sociais da área abrangida pela Comunidade Terra Livre.....	107
Capítulo 3: As transições agroecológica e camponesa no acampamento Terra Livre.....	110
3.1. As opções sociais e ambientais na jovem comunidade.....	110
3.2. Mecanismos de recampesinização	122
3.2.1. Base social do Terra Livre.....	122
3.2.2. As transições agroecológica e camponesa.....	127
3.3. As expressões da pluriatividade.....	146

3.4. Os significados da terra.....	150
Considerações finais.....	158

Ilustrações

1. Ocupações de Terras pelo MST.....	95
2. Mapa da Região de Resende e Itatiaia.....	96
3. Mapa de localização do acampamento Terra Livre	97
4. Mapa do município de Resende.....	98
5. Mapa do município de Itatiaia.....	99
6. Foto da Escola Chico Mendes.....	105
7. Foto da Escola Chico Mendes.....	106
8. Vista da área elevada.....	107
9. Embarcações para a travessia do rio.....	108
10. Plantação de eucalipto da Votorantin.....	108
11. Espécies plantadas ao longo do rio Paraíba do Sul.....	116
12. Viveiro da Comunidade.....	117
13. Viveiro da Comunidade.....	117
14. Ocupações anteriores dos moradores do Terra Livre.....	125
15. Galpão.....	129
16. Policultivos agroecológicos.....	131
17. Galinheiro.....	132
18. Animais criados na área elevada.....	133
19. Policultivos agroecológicos.....	134
20. Vista da área elevada.....	156

Referências bibliográficas e Fontes.....	161
---	------------

Anexos

Roteiro semi-estruturado para entrevistas com agricultores da C. Terra Livre.....	174
Roteiro semi-estruturado para entrevistas com lideranças do MST na C. Terra Livre.....	176

Introdução

“A interação exclusivamente entre os seres humanos é uma perigosa prática endogâmica que reduz o patrimônio genético das sociedades”.

Henry David Thoreau, Caminhando.

Há longa data assuntos relacionados à pauta ambiental são alvo de minha atenção. Ainda no início da faculdade, em meu primeiro período, inseri-me num grupo que tinha por objetivo discutir os impactos do modelo produtivo capitalista sobre o meio ambiente, e propor alguma ação prática visando auxiliar na contenção da degradação estabelecida. O meu interesse pela preservação ambiental tinha as suas raízes na estupefação que me causava (e ainda me causa) um contato mais direto com o meio natural, ao sentir o frescor do ar, ao tocar formas animais e vegetais, ao ver e vivenciar a beleza e a fusão de cores dos elementos vivos em conjunto. Não há como ser indiferente à imensa presença e energia do meio natural.

O meio natural não está deslocado das modificações antrópicas, portanto não pode ser analisado de forma estanque. As relações humanas com o meio ambiente (do qual fazemos parte) são relações políticas, econômicas e culturais, inseridas em configurações sócio-naturais específicas. Portanto, estudar e propor alternativas viáveis à preservação do meio natural significa também incorporar os grupos historicamente afetados pela degradação sócio-natural que vem se aprofundando no atual contexto capitalista.

Dessa forma, achei salutar aliar o estudo do meio ambiente às ações empreendidas por movimentos sociais rurais. Elegi o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – por se expressar como um dos maiores movimentos contra-hegemônicos do mundo na atualidade, o qual paulatinamente vem fundindo interesses de preservação ambiental e social protagonizados pela causa agroecológica.

O eixo central desse estudo foi analisar o processo de incorporação da Agroecologia no plano discursivo e prático do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O paradigma agroecológico passa a ser introduzido enquanto elemento fundamental que deveria orientar o processo sócio-produtivo no interior dos acampamentos e assentamentos do grupo desde meados da década de 1990. Nos propomos então a avaliar qual foi o contexto histórico dessa transformação de

paradigmas na entidade e quais são as limitações e potencialidades da agenda agroecológica na implementação da Agroecologia nos acampamentos e assentamentos do MST. Elegi como objeto de análise empírica o estudo na *Comunidade Terra Livre*, um acampamento do MST na região de Resende, sul do estado do Rio de Janeiro, em vigor desde 1999.

O recorte cronológico estabelecido para a pesquisa compreende os anos de 1995 a 2010. Em 1995, com a entrada do MST na Via campesina, o movimento pareceu ter assumido a causa sócio-ambiental como plataforma para seus acampamentos e assentamentos de maneira mais orgânica, ao menos no plano discursivo. Nos parece que igualmente em meados de 1990 o cooperativismo produtivista começou a apontar suas limitações, o que orientou a ascensão de outro modelo sócio-produtivo no MST. Logo, a partir do referido período, o MST vem incorporando gradativamente o aspecto agroecológico como via produtiva e cultural para a sua base, feição mantida até o presente.

A hipótese central desta pesquisa é a de que a incorporação da Agroecologia pelo MST em seus discursos e práticas é um fenômeno recente, que data da segunda metade dos anos 1990. O paradigma civilizatório e produtivo agroecológico viria a substituir a referência dominante até então, que orientava as práticas nos acampamentos e assentamentos: o cooperativismo de origem produtivista. Acreditamos que esse fator, aliado a entrada do MST na Via Campesina em 1995 o fez repensar os paradigmas político-produtivos sustentados até então.

As hipóteses adicionais estão baseadas nas respectivas premissas: o MST avançou em seu discurso ao incorporar o paradigma agroecológico, entretanto o refinamento do discurso ainda se mostra distante da realidade prática, um vez que as experiências agroecológicas em espaços do movimento mostram-se limitadas. Outra hipótese é a de que as transições agroecológica e camponesa caminham juntas no universo empírico estudado no trabalho de campo, abarcador da *Comunidade Terra Livre*.

O primeiro capítulo da dissertação tratará especificamente da introdução da Agroecologia no discurso oficial do MST. Para isso, optei em iniciar o capítulo com um panorama geral da constituição histórica da questão agrária do Brasil, e assim tentarei apontar para as formas de apropriação de terras no Brasil desde a colonização e para os atores sociais envolvidos nesta dinâmica. De maneira bastante sintética, trabalharei com as formas de ocupação do território nacional pelos grupos dominantes nos meios

rurais desde o período das sesmarias até a extensão da fronteira agrária do país junto ao agronegócio contemporâneo. A instituição do modelo de desenvolvimento econômico e social rural do país imputada sobre o *agribusiness* representou a retroalimentação entre formas socioeconômicas arcaicas e modernas¹.

Após a explanação do panorama agrário do Brasil procuraremos resgatar as resistências dos grupos sociais desfavorecidos em tal dinâmica. Entre eles incluímos o MST, grupo por nós estudado. Serão apresentados os processos de formação e territorialização do MST no Brasil, assim como a trajetória das orientações políticas, sociais e produtivas encaminhadas pela entidade. Enfatizaremos o desenvolvimento da organização produtiva e as formas de trabalho implementadas pelo MST desde as suas origens, para compreender quais foram as estratégias de reprodução social do grupo, e como o aspecto material se relaciona com o plano discursivo de reforma agrária. Nesse sentido, ganharam relevo as formas produtivas cooperativadas, que precocemente adquiriram espaço nas pautas principais do MST, e foram desdobradas, ao longo de sua trajetória, em formas coletivas, semi-coletivas, associativas, entre outras².

As limitações encontradas junto à base do MST diante das tentativas de incorporação do cooperativismo de cunho produtivista condicionaram a ascensão do paradigma econômico e cultural agroecológico. Assim, gradativamente, e desde a segunda metade dos anos 1990, a Agroecologia vai sendo coroada como uma nova estratégia produtiva e social diante das investidas do agronegócio.

A trajetória de incorporação deste paradigma pelo MST e uma discussão que explore as bases teóricas agroecológicas também são fruto de investigação deste primeiro capítulo. Apontaremos igualmente para os desafios e os principais obstáculos encontrados em assentamentos e acampamentos da entidade numa via agroecológica.

No plano teórico, nos apoiaremos nas contribuições epistemológicas dos autores Miguel Altieri³, Eduardo Sevilla Gúzman⁴ e Gonzáles de Molina⁵, em seu trato com a ciência agroecológica. Tais autores entendem a Agroecologia com um caráter totalizante, que funde elementos sociais e técnicos: sociais, pois a matriz agroecológica

¹ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

² FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

³ ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004; _____. *Biotechnology agrícola. Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas*. Porto Alegre: Ascar-Emater/RS, 2002.

⁴ GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.) *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid, La Piqueta, 1991; _____. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Expressão Popular: 2005.

⁵ Idem.

teria por base a recampesinização dos agricultores, e técnicos, pois a Agroecologia preconiza alterações nas formas produtivas, direcionadas ao manejo sustentável dos agroecossistemas.

O segundo capítulo terá por base apresentar a dinâmica da formação do MST no estado do Rio de Janeiro, cuja ênfase recairá sobre a região em que a Comunidade Terra Livre está estabelecida: o sul fluminense. Tratarei dos aspectos fundiários, agrários, produtivos e também dos conflitos por terras mais expressivos desenvolvidos no estado nas últimas décadas, para contextualizar as formações do MST na região fluminense (décadas de 1980 e 1990).

A consolidação e a territorialização do movimento no Rio de Janeiro nos anos 1990 ocorreu através da expansão dos acampamentos e assentamentos para o interior do estado, em áreas distanciadas da região metropolitana. Destas, o norte e o sul fluminense merecem destaque no alargamento das fronteiras da entidade. A Comunidade Terra Livre localiza-se no município de Resende, sul fluminense, área situado numa zona estratégica sob o ponto de vista econômico, ao estar próximo à fronteira entre as duas maiores metrópoles do país: os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A ocupação da antiga Fazenda da Ponte foi efetuada por dezenas de famílias no ano de 1999, o que resultou no estabelecimento da Comunidade estudada. Logo, nos propomos a apresentar as formas de organização social e política acionadas pelos trabalhadores nos primeiros tempos do acampamento, questões que serão aprofundadas no terceiro capítulo.

No terceiro e último capítulo tem-se a intenção de apresentar uma das experiências de transição agroecológica no MST, desenvolvida na Comunidade Terra Livre. Se inicialmente os trabalhadores optam em produzir de maneira coletiva e sem a utilização de insumos externos por motivos econômicos, paulatinamente os mesmos vão percebendo os benefícios sociais e ambientais destas escolhas.

Acreditamos que o processo de transição agroecológica carrega consigo a recampesinização dos trabalhadores em questão, porém essas dinâmicas – agroecológica e camponesa – não são socialmente invariáveis. Ao contrário, podemos perceber diferentes graus de campesinidade nas famílias do acampamento, graus que indicam plurais modos de vida daqueles trabalhadores em suas formas de trabalho, comercialização, valores, etc. Para trabalharmos com os conceitos de *descampesinização*, *recampesinização* e *graus de campesinidade* utilizaremos as

contribuições teóricas de Jan Douwe Van der Ploeg⁶. No entendimento das comunidades camponesas, nos apoiaremos sobretudo em autores como Eric Sabourin⁷, Jan Douwe Van der Ploeg⁸, Eduardo Sevilla Gúzman & e Gonzáles de Molina⁹. As discussões teóricas acerca dos conceitos explicitados acima serão detalhadas no terceiro capítulo.

As fontes trabalhadas nesta pesquisa foram bastante vastas, portanto foi feito um levantamento de registros que inclui fontes primárias escritas e orais e fontes secundárias escritas. Dentre as fontes primárias escritas, trabalhou-se sobretudo com documento porta-vozes do movimento, registros vastíssimos encontrados em variados acervos¹⁰ ou no próprio site do grupo¹¹. A seleção de fontes orais foi realizada durante os trabalhos de campo realizados na Comunidade Terra Livre. O levantamento bibliográfico foi efetivado em várias etapas, durando até o semestre passado, e contou com a eleição de livros, revistas, teses e dissertações sobre o assunto em foco. Os principais acervos consultados foram os da Biblioteca Nacional, Centro de Documentação Ivan de Otero Ribeiro (CPDA/UFRRJ), Biblioteca do Centro Cultural Banco do Brasil, Biblioteca Central do Gragoatá (UFF), Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (UFRJ).

Em relação às reflexões sobre as fontes escritas, consideramos a natureza do emissor (quem escreve), do receptor (a quem se destina a fonte) e a significação (proposta textual), pois além do conhecimento do objeto específico de análise, é importante ter informações sobre a época e as discussões ensejadas implícitas no documento. Além disso, toda a fonte é portadora de um discurso, e deve-se considerar que os documentos não falam por si próprios, refletindo sobre seus conteúdos epistemológicos, para evitar cair numa postura científica positivista¹².

⁶ PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

⁷ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

⁸ PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

⁹ GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.) *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid, La Piqueta, 1991; _____ . *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Expressão Popular: 2005.

¹⁰ Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM); Centro de Documentação Ivan de Otero Ribeiro; pequena biblioteca situada na Comunidade Terra Livre.

¹¹ <http://www.mst.org.br/>

¹² ROUSSO, Henry. "O arquivo ou o indício de uma falta?" In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

No trato com as fontes orais considere as enunciações de Alessandro Portelli para a metodologia com a História Oral¹³. Segundo o autor, as entrevistas não devem ser tomadas como uma verdade absoluta, visto que através da interpretação dos fatos pelo sujeito (a memória é seletiva) elas exprimem uma versão dos acontecimentos. Para que as fontes orais se mostrem representativas e mais próximas da objetividade histórica é interessante perceber o campo de possibilidades dos processos históricos narrados nas distintas entrevistas, buscando não só a média dos acontecimentos, mas também as exceções, para tecer uma representatividade qualitativa. Além disso, os depoimentos não devem ser tomados como as únicas fontes na reconstrução das relações sociais. Faz-se necessário avaliar diferentes tipos de documentos, cruzando informações contidas nos mesmos, para abarcar o mais objetivamente possível a reflexão sobre os processos históricos.

No tocante ao trabalho de campo, fundamentei-o sobre a metodologia da observação participativa. De acordo com Pedro Demo¹⁴, corroboramos que esse procedimento está para além de uma técnica, pois supõe estabelecer relações sociais complexas de acesso ao espaço desejado, selecionando e aproximando-se de informantes-chaves, com variados pontos de vista, para uma representatividade mais realista do objeto de pesquisa. Esse método significa a interação entre observador e observados, em relações de poder latentes, em que o pesquisador não controla a situação por absoluto, ao contrário, ele também é objeto de investigação dos observados. Logo, a presença do investigador tem que ser justificada e legitimada por sujeitos que possuam credibilidade nos espaços pesquisados.

O convívio com a comunidade possibilitou a observação dos modos de vida e dos valores das famílias acampadas, como também das lideranças do MST, registros que foram sistematizados em diário de campo. A partir da ida a campo pude também coletar uma série de registros orais, como as entrevistas realizadas com agricultores e lideranças do MST. A experiência do trabalho de campo foi fundamental não só para a coleta de dados e a análise social empírica necessárias à redação do terceiro capítulo. Essa experiência me possibilitou momentos bem agradáveis junto às famílias acampadas, que compartilharam a sua generosidade, seus saberes e hospitalidade com a minha pessoa. Agradeço muito a todas as famílias do Terra Livre!

¹³ PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez. 1996:59-72.

¹⁴ DEMO, P. Metodologia em Ciências Sociais. 30 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

Capítulo 1: A Agroecologia no discurso oficial do MST

1.1. A dinâmica das apropriações fundiárias no Brasil

O Brasil é um dos países mais desiguais e socialmente injustos do mundo. Essa constatação é pontualmente disseminada em nosso país, e por vezes figura em debates informais, acadêmicos e até mesmo em programas midiáticos, ao se divulgar o resultado de pesquisas de instituições nacionais e internacionais sobre a fome, as desigualdades sociais e qualquer outra temática similar. As estatísticas atestam o quadro de barbárie, a profunda concentração de renda e as disparidades sociais presentes no Brasil. Empiricamente, podemos comprovar estes dados ao circularmos pelas grandes cidades e até mesmo por áreas mais distanciadas e ruralizadas e nos depararmos com todo um quadro de miséria, mendicância, ultrajantes condições de vida e excessiva opressão à existência humana, juntamente à degradação de outras espécies animais, vegetais, minerais, etc.

A constatação das agudas injustiças sociais no país por diversos segmentos da sociedade parece contrastar com a negligência e até mesmo aversão desta mesma sociedade por um dos aspectos que mais se destacam na configuração desta extrema desigualdade social no país: a questão agrária. Esta se desdobra nas mazelas que se abatem sobre o meio urbano e que conformam uma dialética com o rural, numa interação social perversa de exclusões contínuas.

Nesse sentido, pretendo traçar um breve histórico da questão agrária no Brasil na abertura do primeiro capítulo, e tentarei assim explanar as formas de apropriação de terras no Brasil desde a colonização e os atores sociais envolvidos nesta dinâmica. Aqui, pontuar-se-á a contribuição essencial da formação agrária do país na concentração material e de poder por alguns grupos sociais ao longo de sua existência.

A ocupação do território nacional pelos portugueses foi fruto do processo de expansão ultramarina e trouxe consigo a implantação do regime de sesmarias, já conhecido em Portugal. A necessidade da colonização territorial do Brasil desdobrou-se diante de investidas de outros países europeus - França, Holanda, Inglaterra, Espanha – e era necessário ocupar efetivamente o território para salvaguardar a dominação lusa.

O sociólogo José de Souza Martins nos diz que o regime de sesmarias consistia na concessão de terras ao agricultor, sob o domínio do rei. Caso o sujeito não fizesse

uso produtivo da terra por dois anos a concessão era rompida, retornando a posse ao Estado. Essa regra era estabelecida, pois Portugal não era um país com muitas terras férteis, e as existentes deveriam ser bem aproveitadas para a produção de alimentos. Verifica-se, entretanto, que essa rigidez diante da produtividade não vai acontecer no Brasil com a mesma frequência, uma vez que grande parte dos imensos latifúndios nacionais nada produzia. Em ambos os países apenas brancos e cristãos podiam receber as terras¹⁵.

No Brasil, as terras eram repassadas aos colonos pela Coroa a partir da lógica da confiança, conveniência e interesse. A distribuição de terras era um meio não só de ocupação e controle do território, mas também de produção de artigos tropicais requisitados na Europa, a partir do modelo conhecido como *plantation*. Esse modelo produtivo era baseado na tríade trabalho escravo, monocultura nos latifúndios e exportação, com a perpetuação de alguns aspectos de sua lógica produtiva no campo até a atualidade.

O funcionamento do sistema de sesmarias é rompido na segunda metade do século XIX, num contexto de reformas liberais efetuadas em diversos países latino-americanos. No Brasil essas políticas se desdobraram na Lei de Terras, firmada nos anos de 1850. Tal lei é de suma importância na historicidade da apropriação de terras no país, pois a partir de então a única forma de obtenção destas é através da compra e venda ou por concessão do governo (terras de fronteiras com países estrangeiros). Assim, a partir desse momento acentuou-se um processo em que a terra deixou de ser utilizada apenas para o cultivo e passou a ser moeda de troca, através da compra e venda, constituindo-se como um bem privado que representava poder, além de contribuir para a ampliação das desigualdades fundiárias no Brasil¹⁶.

José de Souza Martins acredita que a Lei de Terras foi um reflexo de medidas e pressões liberalizantes pelo fim da escravidão, onde os cativos seriam libertos e teriam acesso à posse de terras, não mais trabalhando para os fazendeiros. Não por acaso a Lei de Terras é promulgada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queirós¹⁷, regulamento que antecipa os rumos do país no sentido de extinção do tráfico negreiro e da escravidão. É forjada então uma lei que proibia o acesso às terras a quem não tivesse verba, mesmo

¹⁵ MARTINS, José de Souza. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In: STÉDILE (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Sob forte pressão liberal inglesa, o governo brasileiro cede aos interesses britânicos e assina a Lei Eusébio de Queirós em 1850, que interrompeu o abastecimento de escravos africanos no país, embora o tráfico continuasse a ser praticado ilegalmente.

estas sendo devolutas ou estatais. Assim, a lógica dominante era forçar os trabalhadores – futuros ex-escravos e imigrantes - a não terem outra opção a não ser trabalharem em terras alheias, na propriedade dos fazendeiros. Este período é marcado por uma grande demanda de mão-de-obra além da escrava, sobretudo nas lavouras cafeeiras¹⁸.

A interdição racial e religiosa presente no regime sesmarial no que tange ao acesso à terra desaparece. Com a Lei de Terras tal interdição é essencialmente **econômica**. Assim, as proibições anteriores foram desaparecendo, sendo substituídas por uma ética de direcionar força de trabalho aos donos de terras. Aqui, o modelo produtivo permanece, e grande parte da população está submetida aos anseios dos grandes latifundiários.

A proclamação da República em fins do século XIX vem reforçar essa dominação dos latifundiários nas relações políticas e econômicas brasileiras. De acordo com Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira, no Brasil Republicano pipocaram projetos de nação e civilização, contudo as elites agrárias com os objetivos mais moderados (para não dizer reacionários) definiram os paradigmas produtivos a serem instaurados. Assim, os elementos mais progressistas da pauta dos abolicionistas e republicanos eram postos a parte, como:

“(...) a mobilização e tributação da propriedade fundiária, um vigoroso programa de incorporação dos negros à nação, através do sistema de ensino e da distribuição de lotes de terras, bem como o desenvolvimento industrial”¹⁹.

Ao contrário, os interesses dos principais grupos latifundiários estavam voltados à estabilização dos preços do café e à construção de toda uma infra-estrutura que propiciasse as exportações de forma generosa.

Os autores igualmente chamam a atenção para um verdadeiro saque das terras nacionais durante a Primeira República, com legitimidade jurídico-institucional. Assim, neste período “Deu-se uma intensa atividade voltada para a transferência de patrimônio

¹⁸ Entre expressivos autores que tratam da temática da Lei de Terras de 1850 na historiografia brasileira, consultar: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX*. Niterói, EdUF, 2008; e SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas. Ed. da UNICAMP, 2008.

¹⁹ LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 74.

fundiário da União para os Estados e os particulares”²⁰. Portanto, “(...) a República Velha foi um dos momentos de pico da formação de grandes latifundiários no país a partir de um patrimônio público”²¹.

Apesar das tentativas de alguns segmentos liberais de centralização da problemática territorial no Brasil Republicano, a Constituição de 1891 foi formulada sob a vitória dos anseios daqueles que defendiam a federalização das terras devolutas.

As historiadoras Sonia Regina de Mendonça e Márcia Mendes Motta observam que essa descentralização fundiária veio acompanhada do agravamento da distribuição de terras no Brasil. As oligarquias rurais tinham seu poderio expresso através das invasões de terras do Estado, com o comum consentimento dos próprios governadores, consolidando o poder local e práticas abusivas coronelistas. Assim, o enfraquecimento do poder federal abriu espaço para invasões de terras, ação comum utilizada pelos fazendeiros do período e que não implicavam em grandes reações do poder estadual, ao contrário do que ocorria com os camponeses pobres que faziam ocupações irregulares²².

A década de 1920 é marcada por uma crise política e econômica da oligarquia cafeeira exportadora, o que abriu precedentes para a ascensão de outras frações de classe dominante, através da Revolução de 1930, protagonizada pela figura de Getúlio Vargas. O novo governo surgiu da aglutinação de diferentes forças sociais como oligarquias dissidentes, classes médias, setores da burguesia urbana, além de membros do Exército. Verifica-se, entretanto, que os setores envolvidos na ruptura política não foram capazes, de forma individual, de se tornarem hegemônicos no Estado brasileiro, não havendo uma política econômica claramente definida. Ressalta-se, porém, que em decorrência da crise em que o país se encontrava, investimentos na industrialização nacional saltaram como alternativa à situação em que o país se encontrava. Dessa forma, mesmo que a burguesia industrial não fosse hegemônica na rearticulação política em torno da figura de Getúlio Vargas em 1930, ela foi a maior beneficiada das políticas então implementadas. Nesse sentido, afirmamos que os interesses das tradicionais oligarquias agrárias e dos industrialistas não eram dissonantes, pois industrialização poderia significar novos mercados para estas oligarquias²³.

²⁰ Idem, p. 76.

²¹ Idem.

²² MOTTA, Márcia Mendes; MENDONÇA, Sonia Regina de. “Continuidades nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República”. In: Pós. Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília: Ed. Katakumba, 2002.

²³ MENDONÇA, Sonia Regina. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Em 1937 é instaurada a ditadura do Estado Novo, que tem como consequência uma política industrialista de caráter nacionalista melhor definida e a necessidade de controle da classe trabalhadora, por vezes expressa nas relações trabalhistas. As regiões agrícolas até então eram as que ancoravam o desenvolvimento do país, entretanto com a reordenação de frações de classe dominantes no Estado Novo, o campo passa a ser visto como um problema ao desenvolvimento nacional, agora sob os pilares da urbanização. “Desenvolvimento é sinônimo de indústria, de população bem alimentada, saudável e de erradicação do analfabetismo e de endemia”²⁴.

De acordo com o sociólogo Francisco de Oliveira a incorporação econômica do campo se daria de maneira subordinada, contudo era clara a necessidade do Estado em manter o setor agrícola vivo e ativo, porém deslocando-o do centro dos investimentos e aportes. Francisco de Oliveira traduz o papel da agricultura naquele contexto:

*“De um lado, por seu subsetor dos produtos de exportação, ela deve suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de servir para o pagamento dos bens de consumo (...). De outro lado, por seu subsetor de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano-industrial”*²⁵

Segundo o autor, o desenvolvimento econômico do país desde os anos 1930 estaria ancorado na coexistência e na retroalimentação entre o arcaico e o moderno, como formas de acumulação pré-capitalistas da área rural e a acumulação capitalista urbano-industrial. Assim, a expropriação das populações rurais instigou o trabalho nas propriedades alheias, como também a fuga destes grupos para as cidades, cumprindo uma dupla função: dispersão de força de trabalho e compressão do preço dos alimentos consumidos nos campos e, principalmente, nas cidades. Tal relação arcaico-moderna auxiliaria também na manutenção do achatamento dos salários urbanos, pois o barateamento alimentar permitiria os baixos salários, além da formação de um “exército reserva” de trabalhadores, migrantes oriundos das zonas rurais do país.

²⁴ LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 126.

²⁵ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003. p. 42.

Destacamos igualmente que o governo Vargas não tocou na estrutura fundiária do país, e nem de perto efetivou uma reforma agrária. Além disso, não estendeu aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista em processo de implantação. O que se depreendeu foi a coexistência entre um modelo autoritário-modernizante e o arcaico latifundismo, caracterizado não raro por investimentos do setor agro-exportador em condições necessárias para a instalação das indústrias de bens de consumo no país. Esses recursos também eram oriundos das políticas de câmbio e da excessiva carga tributária nacional.

Ao se tratar do panorama agrário do país pós-1945, Maria Yedda e Francisco Carlos Teixeira ponderam que “A maior parte da história agrária no Brasil, entre 1945 e os nossos dias, será marcada pela oposição de idéias de esquerda e de direita sobre um projeto de desenvolvimento conjunto, campo e cidade, para o país”²⁶.

Esse quadro desenrola a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e da instituição da tão famosa bipolaridade geopolítica entre países do bloco socialista e capitalista, em que a questão agrária passa a ser pauta das mais comuns nos movimentos de caráter comunista e anti-colonialista no nível global.

Para os autores há uma disputa de projetos para o campo e as cidades pelas elites e por intelectuais a partir do período pós-Vargas, com a oposição entre duas correntes principais: o denominado grupo “entreguista”, de caráter liberal, que tinha apoio do capital estrangeiro e o chamado “pólo nação”, também relacionado ao “nacional desenvolvimentismo”, de presidentes como Juscelino Kubitschek e Jango. O último grupo identifica a questão agrária como questão nacional, na luta contra o atraso e pela soberania. Sob esta interpretação “a Reforma agrária era indispensável para superar o estrangulamento da industrialização”²⁷. É importante coroar que o que se propunha não era uma alteração radical do regime de propriedade privada no campo. Essa era uma bandeira de movimentos revolucionários e socialistas, e não destas frações de grupos dominantes. “As propostas em pauta visavam fundamentalmente desbloquear o desenvolvimento capitalista no país, promover melhor distribuição de renda e eliminar uma série de injustiças sociais gritantes”²⁸. Assim, a idéia era a de “(...) ampliar o mercado interno e configurar uma classe média rural consumidora de produtos

²⁶ LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 141.

²⁷ Idem, p. 142.

²⁸ Idem.

industriais, mas também neutralizadora dos conflitos e tensões no campo”²⁹. Ou seja, o que se propunha era uma reformulação econômica que permitisse a existência do próprio capitalismo.

Paralelamente às disputas entre frações de classe dominante no Brasil, assiste-se à organização de grupos de esquerda em todo o país, e especificamente no meio rural ganham destaque as Ligas Camponesas, oriundas do Nordeste. Estes grupos eram antagônicos às elites agrárias mais conservadoras do país, porém também se opuseram contundentemente às propostas das Reformas de Base do governo de Jango, o que configurou um quadro de tensão política frontal. O governo de Jango se vê pressionado pela direita e pela esquerda, pois para o primeiro grupo suas Reformas de Base pareciam revolucionárias e para o segundo bastante limitadas.

As tensões se tornam insuportáveis e têm como desfecho trágico a instauração da ditadura militar no país, num contexto internacional igualmente avassalador, sobretudo para países latino-americanos, também marcados pela queda de seus representantes e pela ascensão de figuras autoritárias, como nos casos clássicos da Argentina, e futuramente, do Chile.

Ao mantermos o nosso foco nas políticas agrárias, acrescentamos que as políticas econômicas da ditadura militar objetivavam ampliar o “desenvolvimento econômico” no campo, a partir da potencialização de tecnologias na produção. Em face de tal perspectiva, os problemas do campo são pragmatizados, e identificados a aspectos técnico-produtivos. Dessa forma, a tendência social de reforma agrária do “nacional-desenvolvimentismo” é abafada por projetos que evidenciam a necessidade de transformação no campo através do aumento de produtividade (para suprir as cidades e para exportação) e da melhoria da qualidade das produções agropecuárias. O estrangulamento rural seria, portanto, eliminado com a ampliação das tecnologias no campo. O mito da técnica e do progresso é sobreposto às demandas sociais mais óbvias...

O Estado brasileiro cria um aparato institucional que atua em várias esferas e que tem como alvo promover a modernização agrícola do país. Sua performance se

²⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 37-38.

reflete assim na criação do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (1963)³⁰ e no Estatuto da Terra (1964)³¹; na concessão de crédito subsidiado por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (1965); no investimento em pesquisa agrônômica e extensão rural, disseminando o produtivismo; e na política fundiária de valorização da propriedade privada e de repressão aos movimentos sociais³².

A ditadura fomenta uma verdadeira “modernização conservadora” no campo, caracterizada pelo domínio e novidade do *agribusiness* na produção agroindustrial do país. Os novos grupos dominantes no meio rural(-urbano)³³ se afastam da perspectiva do antigo coronel latifundiário, uma vez que:

“(...) a empresa rural geraria necessariamente a transformação do latifundiário em empresário, dotado de atributos tais como a racionalidade, a criatividade e o espírito de iniciativa, capaz, por tudo isso, de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação”³⁴.

A larga concessão de créditos e subsídios do governo à agricultura patronal marcou a modernização da agricultura, em vistas de estimular o desenvolvimento tecnológico e as exportações do país, bem como disseminar produtos vinculados a programas energéticos, como o Proálcool. Nesse período, a agricultura patronal beneficiou-se através de créditos e subsídios do Estado na obtenção de terras, mormente

³⁰ Lei n. 4214, de 2/03/1963, que tinha na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sua principal referência, ao estender aos trabalhadores do campo garantias e direitos já assegurados pelos trabalhadores urbanos. Fazia parte das medidas contidas nas Reformas de Base do governo Jango, e pretendia tratar a questão agrária não a partir do mote da distribuição de terras, mas através da extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo. Para maiores esclarecimentos, consultar: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

³¹ Criado pela lei n. 4504, de 30/11/64, o Estatuto da Terra foi uma resposta legal às pressões de diversos setores da sociedade por reforma agrária. Foi implementado nos anos da ditadura militar pela impossibilidade do novo governo negligenciar a temática em vista de sua projeção nacional. As feições progressistas presentes no anteprojeto do Estatuto foram sendo descaracterizadas em sua passagem pelo Congresso Nacional, mantendo intacto o caráter altamente concentrador das propriedades fundiárias no país. É importante lembrar que a medida veio acompanhada de plena repressão aos movimentos sociais representantes de trabalhadores do campo. Para maiores esclarecimentos, consultar: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; como também o excelente texto MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

³² HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. “Agroecologia: limites e perspectivas”. In: ALVES; CARRIJO & CANDIOTTO (Org.). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

³³ Período de fluidez entre o rural e urbano, pois os grupos dominantes que se constituíam acumulavam em ambos os meios, interligados pelo caráter produtivo, econômico e cultural.

³⁴ Idem, p. 52-53.

em áreas de fronteira³⁵. O inusitado é que consideráveis destas propriedades nem sempre eram utilizadas para os fins do aclamado produtivismo agroindustrial, ao contrário, mostravam-se absolutamente improdutivas e parasitárias, funcionando como reserva de valor. Assim, as terras obtidas a preços acanhados do governo, poderiam ser vendidas futuramente (inclusive ao próprio poder público) com acréscimos exorbitantes³⁶.

A lógica produtiva do período da modernização agrícola se assentou nas bases da Revolução Verde, que trouxe uma série de inovações científico-tecnológicas para o campo, dotadas de caráter ambíguo³⁷. Ainda que a modernização agrícola e a constituição do agronegócio no país apresentassem as novidades expressas acima, a versão brasileira do agronegócio significou a coexistência entre o antigo e o novo preconizada por Chico de Oliveira³⁸.

Ao mesmo tempo em que trouxe inovações técnicas consideráveis, dotadas de tecnologia e maquinário de ponta, e que foi fruto da recente e altamente complexa imbricação entre capitais agrário, industrial e financeiro, manteve práticas históricas abusivas. Não é demais recordar que o alargamento de fronteiras aos grupos beneficiados pela modernização expropriou milhares de trabalhadores rurais, os quais passaram a migrar para as cidades e áreas de fronteira ou a trabalhar em propriedades alheias. A conservação da pobreza no campo (e nas cidades) veio junto da manutenção da já conhecida violência patronal, da perpetuação da elevada concentração fundiária, da expropriação dos recursos naturais e da exploração do trabalho das populações locais.

Avançando na História, a redemocratização na década de 1980 traz a questão agrária ao tema do dia, com presença nos principais debates políticos do país. Apesar de sua latência, os governos que vêm sendo eleitos desde os anos 1980 não colocam a

³⁵ Como regiões do norte do país. Devemos lembrar que grandes grupos agroindustriais-financeiros do Sul-Sudeste do Brasil adquiriram terras nas regiões de fronteira a valores irrisórios, com intervenção óbvia do Estado em todo esse processo de alargamento das fronteiras.

³⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

³⁷ A base desta “revolução” consistia (e consiste, pois ainda está em voga) na utilização intensiva de sementes melhoradas (principalmente sementes híbridas), insumos industriais (como fertilizantes químicos e agrotóxicos), forte mecanização e diminuição do custo de manejo, uso extensivo da tecnologia no plantio, na irrigação e na colheita, possibilitando a produção agrícola em vasta escala. Os procedimentos assim utilizados causam danos expressivos ao meio ambiente, pois muitas vezes há a necessidade de derrubada de matas e de queimadas, seguidas da implementação de técnicas que comprometem a fertilidade dos solos e que poluem o ambiente em questão. O agravamento das tecnologias de tal revolução nas últimas décadas encontra-se na utilização desmedida de gêneros transgênicos, cujos estudos sobre organismos geneticamente modificados para a agroindústria são bastante parciais. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

³⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003

questão agrária como pauta central de ação, e quando a ela atribuem relevância, o fazem de maneira muito mais teórica do que prática.

Apesar destes comportamentos negligentes, grupos rurais vêm se organizando de diversas formas no território nacional, merecendo destaque a entidade estudada nesta dissertação – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que, sem dúvidas, é um dos maiores movimentos sociais no plano mundial na atualidade. Outras entidades brasileiras também vêm se articulando como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), seringueiros na Amazônia, mulheres quebradeiras de coco babaçu, etc. Suas lutas se fazem mais do que nunca necessárias num contexto mundial de dominância de políticas neoliberais, que parecem almejar concentrar ainda mais os recursos materiais e deslegitimar as matrizes sócio-culturais dos grupos tradicionais.

As últimas décadas são marcadas pelo avanço do modelo neoliberal nas economias mundiais, plano este que vêm contribuindo para violentar os povos rurais e as políticas públicas para o campo. O paradigma neoliberal se baseia numa política de “enxugamento” do Estado, através de reformas institucionais, políticas, econômicas e jurídicas que diminuam a capacidade de intervenção estatal (em certas áreas antes tidas como prioritárias, como as políticas sociais universalizantes) e o custo do Estado. A principal idéia desta doutrina centra-se na auto-regulação do mercado. Do mesmo modo, o período neoliberal se estrutura na financeirização da economia mundial, o que agrava as dívidas externas, sobretudo dos países emergentes.

Governos como os de Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva contribuem, cada um a seu modo, para o enraizamento do paradigma neoliberal no Brasil, o que traz sérias conseqüências aos grupos rurais e ao meio ambiente, mas também às populações citadinas. Para o campo são devastadores os efeitos das políticas neoliberais, ao abrirem indiscriminadamente os seus mercados aos investimentos estrangeiros, e ao consolidarem frações de classe da burguesia nacional ligada ao agronegócio. José Guilherme Gonzaga fala que tais práticas:

“(...) levaram a falência grande parte de pequenos e médios produtores, em especial os camponeses produtores de leite, algodão, arroz que não tinham condições de competirem com produtos importados. Essa crise provocou o

*empobrecimento e a piora nas condições de vida da população do campo e uma concentração ainda maior da propriedade da terra*³⁹.

Isso significa que durante a administração destes governantes consolidou-se o paradigma do agronegócio no país, assentado no aprofundamento do pacote tecnológico da Revolução Verde. A expansão da fronteira agrícola condicionada à produção monocultora de gêneros como soja, milho, eucalipto, cana-de-açúcar, banana e algodão funciona como grande concentradora de capital e de terras nas mãos de enormes empresas capitalistas, provocando assim intensos conflitos com as famílias expulsas pela abertura destes mercados, com características eminentemente agroexportadoras. Efeitos devastadores também se abatem sobre os ecossistemas afetados, em decorrência da utilização de insumos e técnicas altamente mortificantes.

A fatalidade expressa nestas práticas agrícolas em regiões brasileiras como as do cerrado e da Amazônia é que elas são difundidas por monoculturas, que transformam ecossistemas com grande volume de biomassa em monoculturas simples e pobres num sentido ecossistêmico. Assim, há a necessidade de se importar insumos e máquinas que conferem energia a essas áreas de cultivo, que outrora se apresentavam como altamente energéticas, devido à biodiversidade existente. Um paradoxo...

Afirmamos, portanto, que a situação é evidentemente crítica na contemporaneidade. Apesar das transformações nas políticas estatais para os setores agropecuários ao longo da história do país grandes alterações na estrutura fundiária brasileira não se fizeram acontecer. Da dominação dos senhores de terras até a atual aliança entre o capital industrial, financeiro e agrário, o chamado *agribusiness*, percebemos que alguns aspectos centrais não se alteraram. A propriedade da terra permanece altamente concentrada, o modelo produtivo hegemônico rural é voltado para a exportação, e os povos do campo são constantemente explorados, cujas demandas são, até hoje, esquecidas pelo poder público. Este quadro tem repercussões centrais nas cidades, cujas condições de vida são eminentemente precárias. A falência dos modelos produtivos hegemônicos no campo demandam o imperativo de urgentes transformações sociais, apresentando aí a reforma agrária um papel central na minimização das desigualdades sociais não só no meio rural, mas também nas cidades.

³⁹ GONZAGA, José Guilherme Franco. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST. Reflexões Teóricas e Epistemológicas*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2006. p. 63.

1.2 Raízes, formação e consolidação do MST no Brasil

Diante de um panorama histórico de absoluta desigualdade social e de relações produtivas altamente concentradoras de capital e poder que foram desenvolvidas no Brasil não é de estranhar que as populações mais prejudicadas resistissem de alguma forma. A história do país é marcada por uma série de movimentos de resistência, tanto no campo como nas cidades, porém cabe aqui ressaltar as lutas dos atores sociais mais diretamente envolvidos com a questão fundiária.

Desde os primórdios da invasão portuguesa no Brasil e da subsequente implantação do modelo produtivo baseado no latifúndio monocultor, houve conflitos de terras com parte dos povos aqui residentes, representados pelos grupos indígenas. Lutas de resistência dos Tamoios⁴⁰, dos Potiguaras⁴¹ e dos Guaranis⁴² contra a escravização e pela manutenção de suas terras se destacam ainda no período colonial. A escravidão imposta pelo latifúndio também foi altamente combatida pelos escravos negros, cuja resistência emergia nas mais distintas formas, desde atos suicidas e sabotagem da produção até a formação de quilombos⁴³, com destaque para a União dos Palmares, localizada na Zona da Mata, no não tão longínquo século XVII.

A essas lutas somaram-se tantas outras, que entre seus objetivos específicos almejavam o controle das terras e a livre produção, num contexto marcado pelo domínio da grande propriedade e do trabalho estafante. Dentre as lutas camponesas ocorridas em fins do XIX e no século XX que merecem destaque citamos o Contestado⁴⁴, Canudos⁴⁵,

⁴⁰ Povos indígenas de tronco lingüístico tupi. Habitantes do litoral norte paulista e do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro.

⁴¹ Grupo indígena que habita o litoral norte do estado brasileiro.

⁴² Tradicionalmente habitam vastos territórios na América do Sul, em regiões da Bolívia, Paraguai, Argentina, Uruguai e a porção centro-meridional do Brasil.

⁴³ Os quilombos concentravam escravos refugiados no Brasil, porém também havia a convivência e a interação social com não-escravos e indígenas.

⁴⁴ Representa mais um conflito violento pela posse de terras na história do país, que se desenrolou entre 1912 e 1916, notadamente marcado pelo seu caráter político-religioso. Diversas tendências se aglutinaram em torno do movimento - posseiros expulsos, comunidades negras, trabalhadores desterrados por estradas de ferro - que tinha seu líder expresso na figura do monge José Maria. Como de costume, as manifestações foram duramente reprimidas pelo governo. Para maiores detalhes sobre o conflito, ver: MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, Ed da UNICAMP, 2004; & CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e Consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

⁴⁵ De acordo com Bernardo Mançano “A guerra de Canudos foi o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil (...). A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar”. Esse grupo foi atacado por expedições militares de quase todo o Brasil, por representar uma opção social aos desvalidos. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.29.

e os subjacentes conflitos, em especial os que se referem às reivindicações das Ligas Camponesas⁴⁶, criadas nas décadas de 1940 e 1950, sob influência do Partido Comunista do Brasil⁴⁷.

A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – o MST - na década de 1980 do século XX herdou das lutas anteriores a reivindicação do acesso à terra e à produção, contudo, segundo lideranças do MST, o movimento alargou seu campo de expectativas e objetivos, para além da ação dos movimentos rurais de até então. O geógrafo e intelectual do MST Bernardo Mançano afirma que desde os primórdios a entidade luta não só pela reforma agrária, mas também por transformações sociais e políticas mais profundas, e na última década, este movimento tem gradativamente incorporado a discussão sobre a necessidade de uma relação produtiva harmônica entre homens e meio ambiente, associando o imperativo de conscientização não só política, mas também sócio-ambiental de seus militantes, para o êxito de seus objetivos⁴⁸.

O MST surge na região Centro-Sul do país, e tem a sua gestação desde fins da década de 1970, porém a sua formação “oficial” ocorre no I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, em Cascavel, no Paraná, em 1984.

A liderança João Pedro Stédile e o pesquisador Bernardo Mançano atribuem três elementos principais que justificam a gestação e formação do MST: 1) a conjuntura excludente desencadeada pelas políticas da “modernização conservadora” durante a ditadura militar, que forçava os trabalhadores (arrendatários, meeiros, parceiros, filhos de agricultores) a migrarem para as cidades ou para as fronteiras agrícolas do Centro e do Norte; 2) a influência da ação da Igreja Católica, a partir do trabalho da Comissão Pastoral da Terra, que foi fundamental na organização e conscientização dos trabalhadores do campo; 3) a conjuntura nacional de redemocratização na década de 1980, acompanhada da eclosão de diversos movimentos, entre eles os operário-sindicalistas e os movimentos rurais, como o MST⁴⁹.

⁴⁶ As Ligas Camponesas constituíram um poderoso movimento social que reivindicava a instituição e a institucionalização da reforma agrária no Brasil, sob o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, numa época em que esta fundamental demanda social não havia sido introduzida, ao menos, no aparato legal do país. A atuação das Ligas se remete ao Nordeste, e foram formadas a partir de 1954, contudo sua origem é um pouco mais distante, relativa às antigas Ligas Camponesas da década de 1930, originárias da ação do Partido Comunista Brasileiro no campo. O MST reivindica grande parte de sua herança de lutas às Ligas Camponesas.

⁴⁷ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Roseli Salet Caldart é doutora em Educação e integrante do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST e afirma que no processo de formação do sujeito político sem-terra houve três momentos articulados de formação:

“O primeiro momento é o de articulação e organização da luta pela terra para a construção de um movimento de massas de caráter nacional (desde a gestação do movimento até 1986/87); o segundo momento é marcado pelo processo de constituição do MST como uma organização social dentro do movimento de massas (1986 até a atualidade); e o terceiro momento, o atual, é o da inserção do movimento de massas e da organização social MST na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil”⁵⁰.

Roseli Caldart argumenta que o objetivo central no primeiro momento é o de luta pelas terras, o que até hoje é a marca mais forte do MST. Através das experiências vivenciadas pelos trabalhadores nas tentativas frustradas ou bem-sucedidas de ocupação, de desapropriações e reocupações, estes sujeitos se confrontam com a truculência dos empresários latifundiários, que não se furtam em empregar largamente a violência no combate às ações dos expropriados. Estes então passam a identificar de maneira mais nítida o grupo que lhes aflige, concomitantemente a se perceberem enquanto um grupo explorado, num claro processo de luta de classes.

Bernardo Mançano também atenta para a relevância das ocupações de terras, numa estratégia de territorialização⁵¹ e espacialização⁵² do movimento, conformando-o enquanto vivo, num permanente processo de formação de quadros para ocupar novas regiões, tornando o movimento presente em todas as regiões do país no início da década de 1990⁵³. É notável também, como foi colocado por Stédile e Mançano, que a articulação das lutas dos sem-terra a outras entidades foi fundamental na consolidação do movimento nas regiões em que estavam construindo suas primeiras ocupações. Em todos os estados foi necessário o apoio de entidades como os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Comissão Pastoral da Terra, as Comunidades Eclesiais de Base, a

⁵⁰ CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 65.

⁵¹ Este conceito se refere ao conjunto dos assentamentos construídos pelo MST. Cada assentamento conquistado é uma fração de território, em que vai ser construída uma nova comunidade. O seu conjunto é a territorialização. Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000; & _____. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.

⁵² Categoria relativa à difusão do conjunto das experiências de luta e resistência existentes a outros lugares do país. Isso ocorre por meio de viagens periódicas dos militantes, ou por sua mudança definitiva, a partir de cursos de formação. Consultar a bibliografia da nota anterior.

⁵³ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Central Única dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores, no sentido de organizar as ocupações. O apoio de outras organizações foi essencial para a formação e as ações dos militantes, entretanto o MST trabalhava no sentido de se colocar enquanto independente⁵⁴.

Roseli Caldart observa que um segundo momento de constituição do MST ainda está presente, dada a sua complexidade. É caracterizado pelo aprofundamento da percepção dos trabalhadores de que a terra em si não significa a superação de suas demandas, pois estas são mais amplas, e se encontram também na reivindicação por créditos, estradas, saúde, educação, lazer. Assim, a luta do MST é social, não se atendo à pontualidade de mero acesso à terra. Esta percepção foi conscientizando os trabalhadores a uma reforma agrária mais ampla, que considere diversas demandas sociais, auxiliada por uma organização social que contém objetivos, princípios e uma estrutura organizativa viva, sempre em busca de expansão. Cria-se então uma dialética na atuação do MST: visa-se conquistar a terra e busca-se organizar os assentamentos e galgar novas condições sociais para o campo. Esse momento é também marcado pela territorialização e institucionalização do movimento em todo o país, a partir da ótica de Bernardo Mançano⁵⁵.

O terceiro momento, segundo Roseli Caldart, situa-se no fim da década de 1990 e se estende até a atualidade. Ele é bastante desafiador, à medida em que trata da inserção mais direta do MST em questões sociais e políticas que dêem conta da classe trabalhadora em conjunto, participando ativamente de lutas com outras frações da classe trabalhadora. Desde o primeiro momento o MST se colocou como favorável à incorporação de uma ampla luta social, e na última década esse caráter se mostra ainda mais explícito. Foi assim que:

“(...) o MST passa a se envolver de forma mais direta com discussões sobre as alternativas de desenvolvimento para o país, passando a integrar, em 1997, o conjunto de iniciativas e de debates que ficou conhecido como Consulta Popular, um fórum de que participa junto com outros movimentos sociais, com as pastorais sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com a Central dos Movimentos Populares e com alguns

⁵⁴ STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

⁵⁵ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

sindicatos de trabalhadores urbanos”, [que visa] (...) a construção de um projeto popular de desenvolvimento para o Brasil”⁵⁶.

A experiência acumulada pelo MST desde a sua gestação fez seus integrantes compreenderem que o aspecto corporativo de acesso à terra deveria ser ultrapassado, pois apenas a conquista deste bem não significava a superação da condição vivida pelos agricultores. As discussões e inquietações acerca de como a produção deveria ser efetuada, quais eram os mercados a serem destinados os produtos, e quais as melhores técnicas a serem utilizadas vão evoluir no interior do movimento, especialmente a partir de meados dos anos 1980. Nos próximos pontos deste primeiro capítulo, pretende-se esclarecer esses debates e os rumos sócio-produtivos tomados pelo movimento nas últimas décadas.

1.3. O MST e o Cooperativismo

Neste ponto do trabalho almeja-se interpretar o desenvolvimento da organização produtiva e as formas de trabalho implementadas pelo MST desde as suas origens, para percebermos quais foram as estratégias de reprodução social do grupo, e como o aspecto material se relaciona com o plano discursivo de reforma agrária para o MST. Nesse sentido, atribuímos relevo às formas produtivas cooperativadas, que precocemente ganham espaço nas pautas principais do MST, e vão se desdobrar, ao longo de sua trajetória, em formas coletivas, semi-coletivas, associativas, entre outras.

Ainda nos tempos de gestação do Movimento Sem Terra no início da década de 1980, o grupo demonstrou a simpatia a um direcionamento coletivo na produção, elemento este por vezes estimulado pela Igreja Católica, a partir da fundamentação bíblica, baseada em ideais de solidariedade. Assim, parte do trabalho era familiar e parte extrapolava os limites individual-familiares nos primeiros acampamentos e assentamentos, com a produção sendo feita por pequenos grupos, visando combater as dificuldades objetivas mais latentes, sobretudo relativas à alimentação. Nas origens da formação do MST “o nível de cooperação era espontâneo, no sentido de que originava

⁵⁶ CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 95.

da necessidade imediata e não estava ligado a um planejamento vinculado à estrutura organizativa do MST”⁵⁷.

Uma das primeiras matérias do ainda *Boletim Informativo dos Sem Terra* (que mais tarde se chamaria *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*) que trata da natureza das formas produtivas nos assentamentos fala do estímulo comunitário à produção, a partir do cultivo do Hortão. Devemos lembrar que a base social do MST ainda em seus primeiros anos era composta essencialmente de ex-camponeses expulsos de suas terras pelo avanço das atividades empresariais rurais⁵⁸. Estes sujeitos eram detentores de práticas comunitaristas e de reciprocidade por seu histórico camponês de vida, o que os estimulava a ações conjuntas e à práticas de solidariedade nos antigos acampamentos e assentamentos⁵⁹:

“Hortão: Uma das atividades que mais tem ocupado o tempo dos colonos é o chamado “hortão comunitário”. Uma área de 130 m por 80, onde os agricultores com a orientação de um técnico agrícola estão plantando repolho, beterraba, cenoura, nabo e alho, para abastecer o acampamento. Outras verduras como alface, radiche e temperos verdes são cultivados em hortas que os acampados construíram nos fundos dos seus barracos”⁶⁰.

Conjuntamente às formas mais espontaneístas de organização, percebe-se que as intenções dos trabalhadores estavam concentradas no acesso imediato à terra, apesar de não estarem excluídas outras finalidades. A passagem abaixo expressa quais eram os objetivos mais explícitos do grupo, e aqui o acesso à terra ganha tonalidades diferenciais:

“Exigências dos Sem Terra: exigimos mais assistência médica; solução rápida da terra; que aqueles que são contra nós venham ver a nossa situação; terra no Rio Grande do Sul; Reforma Agrária feita pelos trabalhadores; terra em condições de pagar com o produto do nosso trabalho; terra para criar os nossos filhos e não para negócio; que as

⁵⁷ RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho)*. Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000. p. 20.

⁵⁸ No terceiro capítulo tratar-se-á detidamente da composição social do MST em sua existência histórica.

⁵⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. “27 anos do MST em luta pela terra”. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B. & WHITAKER, Dulce A. (org.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafio e rumos da política de assentamento rurais*. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008.

⁶⁰ Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Agosto de 1982, n. 26, p.2.

granjas que nós indicamos sejam desapropriadas e colocadas à disposição de todos os sem terra; que as terras sejam para os trabalhadores e não para quem mora na cidade; que seja cumprido o Estatuto da Terra”⁶¹.

Mas não é todo e qualquer pedaço de terra o objeto reivindicado pelos trabalhadores. Na plataforma política aprovada no I Encontro Nacional do MST, realizado no Paraná, em 1984, a luta pela reforma agrária se opõe ao latifúndio. A liderança João Pedro Stédile trata da alteração nos principais alvos de conflito do MST em sua trajetória de existência. No início do movimento, o grande “vilão” era o latifúndio improdutivo, porque “(...) concentrava terra e porque havia uma possibilidade real de ser feita uma Reforma Agrária nos moldes clássicos, em que a distribuição de terra é combinada com a indústria”⁶². Ainda segundo Stédile, com o aprofundamento do agronegócio no país, principalmente nos anos 1990, o grupo incorpora novos inimigos: “Ela [a luta pela reforma agrária] não só continua enfrentando o latifúndio, mas agora também as empresas transnacionais, o capital financeiro por trás delas, e o modelo do agronegócio”⁶³.

Marina dos Santos é uma das lideranças mais expressivas do MST em nível nacional, e ela também vai enfatizar essa mudança de alvo nos embates pela reforma agrária, reforçando a contraposição do movimento ao agronegócio nas últimas décadas:

“A principal mudança é que antes nosso enfrentamento era com o latifúndio. Latifúndio atrasado, representado pelo fazendeiro em cima do cavalo com espingarda na cintura. Hoje, o nosso enfrentamento não é só contra esse latifúndio, mas com empresas, bancos privados e empresas internacionais. A terra hoje está muitas vezes no mercado das ações. É um enfrentamento com o modelo econômico.”⁶⁴.

O alargamento da compreensão do movimento sobre a natureza do latifúndio naquele momento histórico (anos 1990) foi muito importante, ao dar um sentido mais

⁶¹ Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Agosto de 1981, n. 10, p.28.

⁶² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Um novo momento*. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/289/entrevista>. Acessado em 05/11/2010.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Não existe reforma agrária no governo Lula”, diz MST. Congresso em foco. Disponível em: http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_canal=12&cod_publicacao=26691. Acessado em: 26/07/2009.

totalizante à visão política do grupo, o que implica em identificar melhor os seus adversários classistas. Lembramos que historicamente a transformação da classe dominante rural no sentido do *agribusiness* tem sua base ainda nos anos 1960, com a “modernização conservadora” no campo, já aqui analisada. A transnacionalização da produção rural brasileira deslocou a definição de latifúndio improdutivo:

“(...) o [conceito] de “latifúndio”, que, longe de significar o tradicional coronel dono de vastas extensões de terra improdutiva, passou a conotar grupos econômicos das mais distintas extrações – sobretudo da fração financeira da burguesia – em fase de extrema centralização de seus negócios”⁶⁵.

Ainda nos primeiros anos de 1980, as principais propriedades alvejadas pelo grupo eram: “Terras das multinacionais; Terras dos latifúndios extensivos; Terras do Estado; As terras mal aproveitadas; As terras que estão nas mãos de quem não precisa delas e que não são agricultores”⁶⁶. Apesar desta postura crítica diante da necessidade de suplantar a estrutura fundiária altamente concentrada no país, ideais sociais mais totalizantes não são abarcados nos princípios gerais e práticos expressos no documento, tendo a conquista da terra centralidade assumida pelo movimento. Os percalços para a produção e comercialização após a conquista da terra seriam combatidos segundo a organização coletiva, pois de acordo com a liderança Campigotto “(...) Em Ronda Alta⁶⁷, nós vamos tentar trabalhar coletivamente, porque se a Reforma Agrária for um pedaço de terra para cada um continuar no individualismo, de pouco vai adiantar”⁶⁸.

Nos primeiros anos da década de 1980 o MST recebe apoio de várias frentes de luta (Igreja, sindicatos, partidos), e o movimento começa a ganhar visibilidade. Centenas de novas famílias se juntam às exigências do movimento e novas ocupações são efetivadas, com eminência na articulação da seção Sul do país. Nascem novos acampamentos e assentamentos nesta região, e entre 1978 e 1985 doze assentamentos surgiram nas redondezas do Alto Uruguai. Os assentamentos comportam um grande

⁶⁵ MENDONÇA, Sonia Regina de. *A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 74.

⁶⁶ STÉDILE, João Pedro (org.). “Programa de Reforma Agrária do MST, 1984”. *A questão agrária no Brasil 3*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

⁶⁷ Cidade em que se formou um dos primeiros acampamentos do MST, no interior do Rio Grande do Sul, em 1981.

⁶⁸ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Porto Alegre. Abril de 1984, n. 35, p. 13.

número de pessoas, o que significa maior necessidade de subsistência e de sobrevivência e maiores demandas sobre a terra⁶⁹.

Os imperativos sociais de infra-estrutura, produção e vida eram tamanhos, o que fez a organização conservar a defesa de um caráter coletivista produtivo como um meio dos assentamentos não perecerem. Também lembramos que na segunda metade da década de 1980 a base social do MST passa a incorporar em especial trabalhadores rurais assalariados, ocupantes de terra para se livrarem do assalariamento⁷⁰.

O formato de organização produtiva tomada como paradigma pela entidade a partir da segunda metade dos anos de 1980 foi o do **cooperativismo**, que aos poucos protagonizou a verticalização produtiva nos assentamentos do MST. Gradativamente foi-se perdendo o caráter comunitarista espontâneo processado nos assentamentos do MST em suas primeiras experiências, dando lugar a políticas centralizadoras das ações produtivas coletivas.

Antonio Thomaz Júnior e Alexandre Domingues Ribas identificam, por um lado, que a incitação a essa linha cooperativista pelas lideranças do MST na segunda metade da década de 1980 ocorreu nas lições aprendidas por técnicos vinculados ao projeto político do MST em países como Cuba, Nicarágua, México, Honduras e Espanha. Estes sujeitos viajam a tais regiões a fim de conhecer suas experiências cooperativistas, e trazem estas novidades (referentes às suas potencialidades e limitações) ao movimento no Brasil, que paulatinamente vai introduzindo o paradigma cooperativista nos ideais e na materialidade dos assentamentos⁷¹.

Por outro lado, os autores acrescentam que as condições objetivas dos assentamentos eram precárias, e requisitavam uma constituição produtiva mais eficiente. Assim, é solidificada a idéia de associar a cooperação como um meio de ampliar o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, “(...) desde formas mais simples de organização (mutirões) até formas mais complexas (Cooperativas de Produção Agropecuária)”⁷².

⁶⁹ NAVARRO e al. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. In: MEDEIROS, L. & LEITE, S. *A formação dos assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

⁷⁰ FERNANDES, Bernardo Mançano. “27 anos do MST em luta pela terra”. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B. & WHITAKER, Dulce A. (org.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafio e rumos da política de assentamento rurais*. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008.

⁷¹ RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho)*. Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000.

⁷² Idem, p. 21.

O trabalho coletivo é colocado como economicamente vantajoso para os agricultores, pois eles poupam na compra de maquinário, adubos, ferramentas de trabalho, etc. Assim, “Os assentados descobrem as vantagens das compras em comum, pois comprando mais conseguem melhor preço, isto é, compra-se e consome-se a preços de atacado”⁷³. A falta de crédito, porém, conformava-se como um real empecilho às aspirações dos assentados, necessitados de recursos para tocar a produção, mormente na forma cooperativada-associada. O movimento se organiza internamente, e é formada a Comissão Nacional dos Assentados, cujas reivindicações são centradas em políticas de crédito à pequena produção. O resultado foi a criação do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária (PROCERA) em 1986, o que trouxe a canalização de algum recurso para os assentamentos.

Nos fins dos anos 1980 o paradigma **cooperativista produtivista** mostra-se consolidado no movimento, ao mesmo tempo em que outros sujeitos sociais passaram a ser introduzidos nas fileiras do movimento, como trabalhadores de origem urbana. A idéia aqui era a de que os assentamentos deveriam se **modernizar** e ampliar a sua produção, para, assim, angariarem maiores fatias de mercado e não definharem nas disputas por mercados na concorrência desleal da sociedade capitalista. O progresso produtivo e comercial adviria da simpatia às técnicas e insumos já conhecidos no interior da Revolução Verde, cujas tecnologias eram desenvolvidas para o agronegócio: utilização de maquinário; emprego de adubos e fertilizantes químicos; lavouras frequentemente monocultoras. A produção sob estes elementos tenderia a se alargar, o que permitiria uma maior inserção no mercado por parte dos assentados, que almejavam assim viabilizar condições para a sua permanência na terra.

Particularmente, a situação política do país mostra-se ainda mais tensa com a ascensão de Fernando Collor de Mello ao poder em 1990, fato este que limitaria as demandas sociais dos sem terra em todo o país. Por este lado:

“O cooperativismo adotado pelo MST estava associado à construção de uma estrutura político-organizacional pautada em objetivos que assegurariam a minimização da pobreza no campo, através do desenvolvimento das relações de trabalho superiores àquelas tradicionalmente constituídas”⁷⁴.

⁷³ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Fevereiro e Março de 1987, n. 60, p. 9.

⁷⁴ BORGES, Juliano Luis. *MST: do produtivismo a Agroecologia*. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica. Consultado em 21/04/2010.

As formas de trabalho ditas superiores estavam embasadas numa rígida divisão do trabalho e no abandono e, até mesmo, na refutação do saber camponês, atacado como excessivamente simples e anacrônico. De acordo com o discurso cooperativista desta época, a agricultura contemporânea praticada nos assentamentos precisava se modernizar, incorporando novas tecnologias e alterando a maneira de produzir. Para o alcance deste plano, o MST cria o **Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)**, o qual:

“(...) seria responsável pela organização de base dos assentados, pela organização da produção, da tecnologia, da transformação ou agroindústria, pela boa aplicação do crédito rural, pela comercialização e, também, pela mobilização social dos assentados frente a política agrícola do governo, a política econômica e pelas condições básicas dos assentamentos”⁷⁵.

De acordo com Juliano Borges, a pauta de cooperação agrícola imputava a uniformização da produção em todos os assentamentos do MST:

“Essa redefinição da organização coletiva centrada na homogeneização da cooperação agrícola (CA), por meio da institucionalização das cooperativas, permitiu ao MST implantar um projeto para os assentamentos rurais em todas as regiões do país”⁷⁶.

O início da década de 1990 é marcado pela expansão de Cooperativas Agrícolas nos assentamentos do MST, o que o fez “(...) articular seu modelo de cooperação agrícola em torno de uma estrutura de representação”⁷⁷. Surgem então as Centrais Cooperativas dos Assentamentos, que visavam coordenar numa mesma região as distintas experiências cooperativistas, e tinham como responsabilidade a:

“(...) comercialização da produção; compra de insumos e máquinas; logística da produção; obtenção de crédito para as Cooperativas

⁷⁵ CONCRAB. *Sistema cooperativista dos assentados*. Caderno de Cooperação Agrícola, nº 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

⁷⁶ BORGES, Juliano Luis. *MST: do produtivismo a Agroecologia*. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica. Consultado em 21/04/2010.

⁷⁷ Idem.

Agropecuárias; implantação dos projetos agroindustriais; busca de melhorias na infra-estrutura dos assentamentos; consolidação da matriz tecnológica, entre outras atribuições pertinentes”⁷⁸.

Em maio de 1992 é fundada a **Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil**, a CONCRAB, que seria responsável pela estruturação das discussões cooperativistas em nível nacional no MST, **institucionalizando** a opção cooperativista. Com a CONCRAB, o movimento ganha representatividade nas esferas local (Cooperativa de Produção Agropecuária), estadual (Central Cooperativa de Reforma Agrária) e agora nacional (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

A CONCRAB tem em sua base diversas formas de cooperação agrícola: Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) e Cooperativas Centrais de Reforma Agrária (CCA), esferas que se mantêm articuladas.

Nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) o objetivo é propiciar condições de produção e comercialização dos produtos num sentido mercadológico, possibilitando a permanência destas famílias no campo e o crescimento de sua qualidade de vida. A sua subsistência seria garantida pela produção familiar, o que direciona a ação cooperativada ao apelo do mercado. A propriedade é social, por pertencer aos trabalhadores, e a produção o é igualmente, cujos frutos são repartidos de acordo com o trabalho de cada um.

Já as Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS) efetivam funções de diversas naturezas, como “(...) compra de insumos, de bens de consumo; comercializa a safra dos cooperados; presta serviços de assistência técnica, de beneficiamento da produção e na área de máquinas (...)”⁷⁹.

O dimensionamento e a territorialização do sistema cooperativista carregaram uma série de dificuldades e limitações, que posteriormente serão melhor expressas e avaliadas, desencadeando a criação de organismos voltados a potencializar os aspectos produtivos e estruturais nos assentamentos. O MST então criou o Curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), e realizou uma gama de seminários e estudos acerca da temática produtiva ao longo dos anos 1990, em geral coordenados pela CONCRAB.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Revista Sem Terra. São Paulo. Julho, Agosto e Setembro de 1997. n.1, p. 19.

Variadas formas de cooperação – mutirões, núcleos de produção, associações, grupos semi-coletivos e coletivos, Cooperativas de Crédito, Cooperativas de Produção Agropecuária - são trabalhadas nos espaços do movimento, entretanto o MST tem na formação de Cooperativas a feição melhor acabada do cooperativismo nos assentamentos⁸⁰.

Finalmente, acreditamos que o direcionamento do grupo à verticalização das bases produtivas e comerciais com a solidificação do paradigma produtivista cooperativista acabou por desencadear um processo de descampesinização⁸¹ da sua base social do MST. Os aspectos técnico-produtivos e as demandas de larga comercialização acabaram afastando possíveis comportamentos de caráter autônomo e camponês.

1.4. Aspectos Teóricos do Cooperativismo

Desde as suas origens, o MST reivindicou que as formas de trabalho em que imperasse algum tipo de cooperação podiam ser vantajosas tanto para a qualidade produtiva nos assentamentos, quanto por ser um meio de conscientização dos trabalhadores na direção de uma sociedade mais justa. Vimos, porém, que a cooperação foi tomando outra direção como ponto tático do MST, empurrada num sentido cooperativista pragmático e produtivista. De tal modo, no final dos anos 1980 o MST assume uma postura de defesa do modelo econômico cooperativista **de caráter produtivista**, uma vez que os trabalhadores passavam por toda uma conjuntura de limitações sócio-políticas, as quais entravavam o desenvolvimento dos assentamentos. As dificuldades de acesso a terras férteis e a crédito e as demandas por infra-estrutura levaram a organização a identificar no cooperativismo altamente produtivo uma possível chave que auxiliasse na viabilização dos assentamentos.

Mas, afinal, quais são as origens históricas do cooperativismo? E como a sua introdução auxiliaria na potencialização dos assentamentos? As formas de trabalho, propriedade e produção em que imperava a cooperação entre os membros de um mesmo grupo são bastante antigas, e podemos remontá-las a grupos espacial e temporalmente distintos.

⁸⁰ SILVA, Tânia Paula. “Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST”. In: *Terra Livre. Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Ano 18, v. 2, n. 19. São Paulo, Jul-Dez. 2002, p. 1-296

⁸¹ O conceito será melhor trabalhado no terceiro capítulo.

De acordo com Luis Salgado Klaes, a tendência à cooperação e à ajuda mútua seriam vitais para a sobrevivência da própria espécie, estabelecendo-se como um comportamento inerente aos grupos humanos, em seu caráter social. A disposição coletivista também aparece em outras espécies, e igualmente visa a manutenção da vida dos membros do grupo. Sendo assim, em relação aos humanos, a cooperação seria uma característica remota, que acompanharia a espécie desde a sua formação, compartilhadora de sentimentos de solidariedade e auxílio mútuo⁸².

Muitas das formas tradicionais e camponesas de (agri)cultura esboçam tais sentimentos. Aqui tomaremos como exemplo o caso dos indígenas da América Latina e das comunidades aldeãs russas (o mir russo).

Ao versarmos sobre o primeiro tema, recorreremos à caracterização dos indígenas elaborada por José Carlos Mariátegui, teórico e revolucionário peruano. Mariátegui escreve nos anos 1930 passados, num contexto de precária condição social para milhões de indígenas que habitavam o Peru e outros países latino-americanos. O revolucionário reclamava que apesar de ter-se instaurado a República no Peru, a condição de miséria e exploração não se alterou no país (como em nenhum outro país da América Latina), ao contrário, a República trouxe consigo a substituição da classe dominante espanhola por latifundiários e comerciantes em grande parte nativos, o que aprofundou a exploração.

A hegemonia dos grandes latifundiários permitia-lhes tomarem as terras coletivas dos índios, submetendo-os a trabalhar para eles. Mariátegui vai atribuir o problema indígena latino-americano à expropriação destas das terras, elemento fundamental de sua formação material e cultural.

O autor diz que a cultura indígena da América Latina tem um caráter coletivista e de cooperação necessários, cujas bases estariam nas formas de propriedade, produção e trabalho existentes no passado. Ao se tratar do tema, o autor destaca duas referências fundamentais: os *ayllus* e a *minka*. Os *ayllus* seriam a forma de propriedade comum das terras, cultivadas coletivamente pelas famílias. Já a prática antiga da *minka* era marcada pela cooperação e auxílio no processo de trabalho entre os integrantes de um mesmo grupo, sujeitos que dividiriam o resultado das colheitas.

Ao se tratar do aspecto revolucionário de seus escritos, o peruano acredita que a tradição coletivista incaica permite que os povos indo-americanos não necessitem passar

⁸² COSTA, Luciano de Souza. *O cooperativismo: uma breve reflexão teórica*. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunicacao%20E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativismo>. Acessado em: 15/12/2010.

por transformações sociais que os europeus sofreram na busca pelo socialismo. O “comunismo agrário primitivo” com tradição inca, sob hegemonia do proletariado, seria uma coerente forma de instaurar o paradigma socialista em nosso continente. Para isso, Mariátegui salienta ser essencial romper com a propriedade privada e com as expropriações, pois para ele “O latifúndio feudal mantém a exploração e a dominação absoluta das massas indígenas pela classe proprietária”⁸³.

Um modelo de coletivismo e de cooperação produtiva altamente progressista reside nas comunas russas, pois ali a terra era de propriedade inalienável da comuna, e periodicamente a redistribuíam em lotes às famílias existentes. A comuna russa foi vista como a instituição embrionária de uma sociedade igualitária por grupos associados à transformação social num país tão controlado como a Rússia Tzarista. Assim, para a maior parte dos chamados populistas russos, a comuna seria⁸⁴:

“(...) o veículo pelo qual a devastação econômica e moral trazida pelo capitalismo poderia ser evitada, e realizado o destino excepcional da Rússia de mostrar ao mundo a maneira pela qual o socialismo poderia ser realizado (...). A federação das comunas livres substituiria o Estado autoritário e lançaria as bases da fusão das instituições russas ancestrais com o pensamento socialista ocidental contemporâneo”⁸⁵.

Para alguns autores, como o economista Luciano de Souza Costa, o cooperativismo como **fenômeno moderno**, “enquanto doutrina, teoria, sistema ou movimento associativista de trabalhadores”⁸⁶ nasceu no Ocidente, oriundo da “oposição operária às conseqüências do liberalismo econômico praticado na Inglaterra e na França do século XVIII e XIX”⁸⁷.

Boaventura de Souza Santos e César Rodríguez também asseveram que as raízes do **cooperativismo moderno** residem nos processos sociais fomentados no

⁸³ MARIÁTEGUI, José Carlos. “O problema indígena na América Latina”. In: LOWY (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 112.

⁸⁴ O debate entre marxistas e populistas russos acerca do papel da comuna rural no sentido de construção do socialismo foi intenso até as primeiras décadas do século XX. A respeito, consultar: JÚNIOR, Odair Michelli. *A questão agrária no marxismo europeu: alguns apontamentos*. Revista Acadêmica Multidisciplinar URUTAGUÁ. Maringá. Ano I, n. 3. Dezembro de 2001; e BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

⁸⁵ BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

⁸⁶ COSTA, Luciano de Souza. O cooepativismo: uma breve reflexão teórica. p. 4. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%20E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativism>. Acessado em: 15/12/2010.

⁸⁷ Idem.

desenvolvimento do capitalismo industrial. Em sua trajetória de existência, as primeiras cooperativas datam do início do século XIX, e são oriundas da Inglaterra “(...) como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial”⁸⁸.

Dentre as paradigmáticas experiências cooperativistas do período, destacam-se os casos das cooperativas de consumidores de Rochdale⁸⁹, e as cooperativas de trabalhadores⁹⁰, cujos referenciais teóricos se encontram em importantes autores que pensaram o associativismo e a ação cooperativada, como Robert Owen⁹¹ e Charles Fourier⁹².

O associativismo moderno postula valores de autonomia, igualdade, solidariedade e equidade, princípios marcadamente não capitalistas, pois opostos à separação entre capital e trabalho e à subordinação do último em detrimento do primeiro. Paradoxalmente, esse caráter igualitário dar-se-ia no seio do próprio capitalismo, em que as unidades produtivas cooperativadas estariam inseridas no mercado dominado pelo capital.

Foi crescente o número de cooperativas que surgiram na Europa do século XIX, diante da difícil situação dos trabalhadores. Apesar deste despontamento, os autores observam que:

“O associativismo nunca amadureceu até o ponto de se converter em uma ideologia coerente, capaz de resistir aos ataques provenientes tanto das teorias do socialismo centralizado quanto do liberalismo individualista”⁹³.

Com os autores, isso indica que o cooperativismo não se desdobrou em uma alternativa concreta em relação ao setor econômico capitalista.

⁸⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 33.

⁸⁹ Fundadas em 1844, na Inglaterra. Tinham o lema de procurar e vender coletivamente bens de consumo baratos e de qualidade aos trabalhadores.

⁹⁰ Nasceram em 1823, na França. Sua gênese se dá a partir das desumanas condições laborais nas fábricas, o que fez os trabalhadores fundarem e organizarem coletivamente as suas fábricas.

⁹¹ Socialista britânico. Elaborou um sistema baseado na cooperação mútua e na autogestão de bens, fundando a colônia de New Harmony, nos Estados Unidos, para testar as suas idéias.

⁹² Teórico francês do socialismo. Para tornar o trabalho atraente, pensou em agrupar os homens em falanstérios, que seriam cooperativas de produção e consumo com rendimentos a serem repartidos pelos trabalhadores.

⁹³ SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002. p. 34.

Os sociólogos levantam que apesar deste pessimismo na efetuação de ações de tipo cooperativada, nas últimas décadas têm-se assistido a uma retomada de estudos e experimentos neste sentido. A que se devem estas tentativas de recuperação do referencial coletivista associativo? Ocorrem como uma forma de resistência e uma intenção de minimizar os danos sócio-econômicos causados pelo aprofundamento de políticas neoliberais em nossa era.

Assim, são listadas algumas condições que suscitaram a viabilidade da cooperação no tempo presente: o fato do cooperativismo se constituir como uma alternativa econômica no âmbito do capitalismo, por sua natureza não capitalista, porém paradoxalmente opera em uma economia de mercado; o maior incentivo econômico e moral dos trabalhadores-proprietários os faz serem mais produtivos; o estímulo ao crescimento econômico e à diminuição das desigualdades sociais; e os ganhos não-econômicos, através da conscientização dos participantes do valor da solidariedade, assimétrico ao individualismo de base capitalista.

Este padrão do cooperativismo moderno mostra-se repleto de contradições, ao se operar aspectos produtivos e culturais contra-hegemônicos no seio das relações de mercado. Faz-se importante elucidar, porém, que a incorporação do cooperativismo pelo MST, sobretudo o cooperativismo de caráter produtivista (e não mais aquele vislumbrado na fase inicial do movimento), não era colocado politicamente como uma alternativa ao capitalismo. As formas de trabalho e de produção das cooperativas seriam um instrumento de conscientização dos trabalhadores, sobretudo através da experiência prática dos mesmos nas esferas de produção e comercialização dos produtos. Assim, o cooperativismo reivindicado pelo MST faria parte dos **aspectos táticos e estratégicos** do movimento, ao se tratar de um importante referencial de seu projeto político-ideológico⁹⁴.

João Pedro Stédile nos fala que a instituição da produção associativada foi fundamental para o movimento, pois colaborou no objetivo de superar a visão romântica da produção que os camponeses carregavam, ao crerem ser possível cultivar exitosa e autonomamente de maneira individual⁹⁵. Portanto, num primeiro momento, as formas de trabalho coletivas funcionaram como um estímulo à formação de sujeitos

⁹⁴ Para maiores esclarecimentos, consultar: RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho)*. Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000.

⁹⁵ STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

socialmente conscientes e solidários, porém o coletivismo do grupo vai se distanciar das formas de cooperação inicialmente constituídas, ao sustentar o modelo do cooperativismo produtivista (e descampesinizador).

Como vimos, dificuldades financeiras com cortes de créditos subsidiados pelo governo marcam uma nova fase da produção nos assentamentos por volta de fins dos anos 1980. Formas produtivas individualizadas são agora, mais do que nunca, atacadas pelas principais lideranças presentes na coordenação do MST. A produção coletiva deveria ser o norte da reforma agrária reclamada pelo grupo, ao congregiar as dimensões política e econômica, onde:

“No movimento temos como objetivo no econômico o desenvolvimento da cooperação agrícola para podermos chegar à agroindústria. No plano político visa fortalecer o projeto da classe trabalhadora rumo às mudanças sociais e a organização da sociedade socialista”⁹⁶.

Neste período há um deslocamento do eixo fundamental de reivindicação do MST, que passa do político-religioso ao político-econômico. A coordenação do grupo vai se aproximar de um ideário marxista-leninista em detrimento de sua maior fundamentação filosófico-cristã, ao assumir de um jeito contundente a defesa de uma sociedade socialista⁹⁷.

A institucionalização e a territorialização do cooperativismo de tipo produtivista no MST carregam em seu arcabouço teórico contribuições de um dos maiores pensadores da causa cooperativista que atuaram no movimento: Clodomir Santos de Moraes. O intelectual elabora o texto *“Elementos sobre a teoria da organização no campo”*, que figura no 11º *Caderno de Formação do MST*, material trabalhado em diversos espaços representados pelo grupo.

Clodomir Santos de Moraes advoga que os trabalhadores devem se organizar e produzir coletivamente, cuja representação prática teria como pontapé o que chamou de *“Laboratório Experimental”*. Através desta experiência, seria possível aos trabalhadores:

“(…) vivenciarem os vários setores de uma organização empresarial, mesmo

⁹⁶ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril e Maio de 1990, n. 93, p. 5.

⁹⁷ STRAPAZZON, João Paulo Lajús. *“...E o verbo se fez terra” Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra [SC] 1980-1990*. Florianópolis: UFSC, 1996. (Dissertação de Mestrado).

que imaginária, para adquirirem “consciência organizativa” e verem-se como apenas uma peça do trabalho produtivo, e não mais como um trabalhador integral. Para a realização do Laboratório Experimental são necessárias, no mínimo, 40 pessoas, que passam a direito de organização e deliberação sobre os meios de produção da empresa”⁹⁸.

Ainda sob as teses do autor, a organização produtiva seria baseada numa rígida divisão do trabalho, em vistas de aumentar a produtividade, e, portanto, a renda dos trabalhadores. A introdução de técnicas avançadas na produção de tipo agroindustrial também deveria fazer parte destas experiências, melhorando a qualidade da produção e sua competitividade no mercado.

A disseminação das idéias presentes na “Teoria da Organização no Campo” aparece na fala de uma das lideranças do MST, Egídio Brunetto, responsável pelo setor de assentamentos na Direção Nacional do grupo. Quando perguntado sobre como a produção deveria ser efetuada, ele respondeu que:

“Organizando as grandes cooperativas, socializando os meios de produção: terras, máquinas; concentrando mão-de-obra. Desenvolver a produção em larga escala. Aplicar técnicas avançadas. Fazer plano de produção a curto, médio e longo prazo, levando em conta mão-de-obra existente e recursos naturais. Organizar os setores da produção. Ter um plano de formação de quadros técnicos, principalmente administrativos, nos assentamentos”⁹⁹.

É válido atentar para as contradições existentes no discurso cooperativista que embasa as lideranças do MST da época. Ao mesmo tempo em que falam de socialização dos meios de produção, elemento fundamental à transição ao socialismo, falam também de centralização produtiva visando a maximização da produção e sua incorporação ao mercado capitalista por tal via.

Clodomir dos Santos também acreditava que através do aspecto econômico-material da divisão do trabalho a consciência social intrinsecamente individualista e sectária do camponês evoluiria para algo diferente. Pela vivência no trabalho estes sujeitos então perceberiam que não estavam separados no sistema social, que faziam parte de um grupo, uma classe.

⁹⁸ THOMAZ, Fernanda. *A organização do trabalho camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009. p. 10.

⁹⁹ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo. Março de 1990, n. 93, p. 6.

O caráter familiar da produção camponesa seria um sinônimo grave de *desvio de conduta* na sociedade socialista almejada por lideranças da entidade, portanto a consciência e a cultura camponesas eram um alvo de peleja e disputa. Clodomir dos Santos chega a falar em combater os **vícios** ou **desvios ideológicos** das formas artesanais (camponesas) de trabalho, que podem despontar nas seguintes características: individualismo; personalismo; espontaneísmo; anarquismo; imobilismo; comodismo; sectarismo; liquidacionismo; aventureirismo; e auto-suficiência¹⁰⁰.

O que explicaria essa resistência aos saberes e modos de vida camponeses? O que os tornaria tão limitados ao ponto de não se comportarem enquanto sujeitos históricos passíveis de auxiliar na construção de uma sociedade mais justa? Recuando no tempo, podemos perceber que a discussão sobre o papel revolucionário ou reacionário do campesinato no sentido do socialismo já aparece em escritos do século XIX, como no *18 Brumário de Luís Bonaparte*, de autoria de Karl Marx. Nesta obra, o campesinato francês pós-revolução é colocado como um grupo conservador, por sua existência cultural-produtiva isolada, em que são dotados de modos de vida essencialmente locais, e, assim, incapazes de criar um ambiente de comunidade e de se organizar coletivamente¹⁰¹.

Já em escritos posteriores, e num outro contexto histórico, Marx identifica o campesinato da comuna russa como um grupo potencialmente propenso às formas de vida e luta pelo socialismo, devido ao seu caráter coletivo produtivo-cultural¹⁰². Ao tratar do pensamento marxiano e da via camponesa nesse período, Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel Molina salientam que:

*“É necessário reconhecer a virada narodnista que se operou no pensamento de Marx em seus últimos dez anos, quando começa a analisar o papel do campesinato no processo histórico e, inclusive, na opinião de alguns estudiosos, é possível detectar a aceitação de determinados elementos dos marcos teóricos esquematizados na orientação teórica do narodnismo como a diversidade de vias para o socialismo e, possivelmente, a existência de uma via camponesa”*¹⁰³.

¹⁰⁰ Para melhores esclarecimentos, ver o *Caderno de Formação do MST* n. 11.

¹⁰¹ MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

¹⁰² MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. (vol. I).

¹⁰³ *Idem*, p. 41-42.

Marx acreditava no potencial das massas camponesas da comuna rural russa na transformação da estrutura social do país, nas vias do socialismo. No entanto, esse debate a posteriori do pensamento marxiano acerca do campesinato parece ter ficado obscurecido para importantes intelectuais marxistas e partidos políticos ao longo do século XX, que tenderam a solidificar uma leitura de Marx em que imperava a associação do campesinato a um grupo social e politicamente reacionário.

Importantes autores da tradição marxista vão refletir acerca do avanço do capitalismo no campo, e dentre estes, destacamos a figura de Karl Kautsky como teórico que acabou por embasar uma reflexão acerca do campesinato que permeou muitos discursos de grupos de esquerda ao longo do século XX. Num esforço em caracterizar sinteticamente o marxismo agrário de Kautsky, os intelectuais Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel Navarro destacam os pontos a seguir que estão presentes em sua teoria: 1) evolução unilateral: as transformações agrícolas estão inseridas no crescimento das forças produtivas e na configuração do progresso como seu resultado; 2) seqüência histórica: as sociedades são marcadas por específicos modos de produção históricos, que possuem uma seqüência irreconciliável entre si; 3) dissolução do campesinato: o campesinato tende a desaparecer no modo de produção capitalista, conjuntamente ao modo produtivo que o precede; 4) superioridade do latifundismo: possui um potencial de superioridade técnica na fusão entre agricultura e indústria; 5) contraposição à grande e pequena exploração¹⁰⁴.

A doutrina cooperativista reverenciada pelo MST, sobretudo nos escritos de Clodomir Santo de Moraes, bebeu da fonte do marxismo agrário de origem kautskyana, e aqui nos cabe destacar o futuro preconizado aos camponeses nestes referenciais. Os camponeses constituíam-se enquanto um ranço da ordem feudal, e, portanto estavam fadados a desaparecer enquanto sujeitos históricos no processo de expansão do capitalismo. Nas reflexões desse marxismo agrário as trajetórias camponesas transcorreriam em duas direções inexoráveis: ou se tornariam proletários, como efeito do avanço das forças produtivas capitalistas no campo; ou estavam destinados a se transformarem em capitalistas¹⁰⁵.

O protótipo cooperativista foi identificado como uma possível redenção por lideranças do MST, capaz de combater os vícios camponeses e de multiplicar a

¹⁰⁴ GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.) *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid, La Piqueta, 1991.

¹⁰⁵ KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

produção. Verifica-se, porém, que a artificialização das formas de produção e de trabalho, além de uma série de limitações materiais não possibilitaram o êxito dessa empreitada nos assentamentos, e a tendência cooperativista massificante começa a entrar em declínio, desde fins dos anos 1990.

1.5 Os limites do cooperativismo produtivista

É irônico que os pilares produtivos da revolução tecnológica que expropriou milhares de trabalhadores se tornem referência para uma organização que se constituiu no processo de expropriações gerado por esta mesma revolução. Mas foi isto mesmo que aconteceu. A dinâmica produtivista e cientificista gerada na modernização conservadora é incorporada por expressivas lideranças do MST, que a tem enquanto orientação para os assentamentos.

Essa inadequação teórica não poderia ir muito adiante, e nos anos seguintes, as tentativas de incorporar o cooperativismo de cunho produtivista mostram as suas limitações, fronteiras estas de natureza econômica, mas também cultural.

Com o objetivo de majorar os cultivos e a renda dos trabalhadores, opta-se por uma produção agropecuária de tipo industrial, marcada pelo uso significativo de insumos industrializado e de maquinário. Essa opção tecnológica depende excessivamente de fatores externos, o que compromete a autonomia dos trabalhadores, agora reféns das flutuações e oscilações do mercado para a obtenção de insumos e a venda de seus produtos.

A escolha desta linha agrícola também acarreta outro problema, pois é marcada por uma superutilização da terra e uma subutilização da mão-de-obra, justamente em estabelecimentos de reforma agrária que contam com vasta força de trabalho disponível.

Acrescer a produção sobremaneira tinha como revés a demanda por recursos financeiros, conseguidos através de empréstimos, muitos deles em programas do governo federal, como o PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Inicialmente, o governo acaba por estimular estas práticas nos assentamentos através da verba transferida, contudo o programa é extinto no mandato de Fernando Henrique Cardoso, o que compromete a viabilidade desse tipo de cooperativismo. A desmobilização do cooperativismo nos assentamentos pelas políticas públicas continua com a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar. A truculência no combate às manifestações dos sem-terra¹⁰⁶ e a criminalização dos movimentos sociais também foram marcos importantes que contribuíram para o declínio do cooperativismo produtivista.

No que se refere às problemáticas internas, a ação cooperativada não gerou a elevação esperada da renda. Ao contrário, os agricultores acabaram ficando endividados na compra dos insumos necessários à produção estabelecida, e para minimizar os percalços, buscaram elevar a produção, o que acabou por minar o seu tempo de produzir culturas de subsistência. Além disso, o paradigma cooperativista apregoadado era demasiadamente homogêneo, e não comportava o respeito aos distintos alicerces culturais e produtivos dos agricultores, nem às diversas formas de se trabalhar nos plurais ecossistemas encontrados.

Parte da composição social do MST é de camponeses (em diversos graus de campesinidade)¹⁰⁷. Logo, o risco deste coletivismo artificial assumir feições desagradáveis era alto. O rechaço à orientação cooperativista do MST acabou sendo elevado, sobremaneira pelos agricultores mais velhos, tendo os mais jovens maiores possibilidades de aceitação do ideal cooperativista¹⁰⁸.

A recusa maciça dos trabalhadores ao cooperativismo pode ser ilustrada na seguinte passagem “(...) nos 1.500 assentamentos associados ao MST, em junho de 2001, havia apenas 41 cooperativas coletivizadas com 2.229 famílias, 32 cooperativas de serviços e 3 de pequenos agricultores (isto é, somente 13.473 famílias de um total de 250.000)”¹⁰⁹.

O cooperativismo hegemônico no MST vai apresentando então uma série de entraves objetivos e subjetivos, o que faz as lideranças repensarem as bases técnico-produtivo-culturais que deveriam ser priorizadas. Um dos fundadores do MST, então membro da direção nacional, João Pedro Stédile, reconheceu que alguns métodos cooperativistas, como os de Clodomir Santos de Moraes eram um tanto ortodoxos, e precisavam ser repensados. Vemos, entretanto, que a liderança salienta que das experiências existentes uma lição fundamental se evidenciou: a necessidade de se

¹⁰⁶ O maior exemplo da violência utilizada contra as manifestações dos trabalhadores foi o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

¹⁰⁷ Veremos melhor esse debate no terceiro capítulo.

¹⁰⁸ VERAS, Melissa M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação (Mestrado em agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

¹⁰⁹ QUIJANO, Aníbal. “Sistemas alternativos de produção?” In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002. pp. 501.

estimular a cooperação agrícola, só que de forma distinta, agora mais flexível e adaptada às populações locais e às condições regionais.

“Essa é a meta. Só a cooperação agrícola vai fazer com que possamos desenvolver melhor a produção, introduzir a divisão do trabalho, permitir o acesso ao crédito e às novas tecnologias, permitir e manter uma aglutinação social maior nos assentamentos, criar condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada, colocar a escola perto do local de moradia”¹¹⁰.

Constatamos que desde fins dos anos 1990 novas alternativas produtivas à cooperação agrícola reificante vão aparecer com maior vislumbre no discurso oficial do MST e em algumas de suas tentativas práticas. Nesse processo de alargamento de paradigmas produtivos e culturais, a **Agroecologia** vai gradativamente se conformando enquanto uma potencial opção. Apesar deste direcionamento num sentido da produção e de modos de vida agroecológicos, a entidade não vai abandonar a perspectiva da cooperação agrícola baseada no cooperativismo. A contradição verificada com a simultaneidade de práticas e discursos cooperativistas produtivistas e agroecológicos vai figurar na dinâmica social do movimento, contudo o paradigma agroecológico toma frente e ganha corpo e hegemonia no discurso do grupo no recorte temporal citado.

1.6. A vez (e a voz) da Agroecologia

Como vimos, o declinar do cooperativismo de caráter produtivista como ponto tático do MST vai abrindo espaço para possibilidades alternativas de vida, produção e comercialização nos assentamentos. Muitas das lideranças vão repensar as limitações do paradigma produtivo hegemônico até então, o que compele a ascensão de um novo modo de se perceber os ecossistemas, a mão-de-obra e o trabalho. Assim, gradativamente, e desde a segunda metade dos anos 1990, a **Agroecologia** vem sendo coroada como uma nova estratégia produtivo-cultural diante das investidas do agronegócio.

¹¹⁰ STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999. p. 100.

Essa nova tendência viria a ser fundamentalmente alimentada com a inserção do MST na Via Campesina, grupo que acaba por reconfigurar as pautas de luta dos movimentos os quais nela se integram¹¹¹. A Via Campesina é uma instituição internacionalista que congrega pequenos e médios agricultores, sem terra, mulheres camponesas e comunidades indígenas de distintos países do globo, e tem como objetivos lutar pela preservação ambiental, pela defesa da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das culturas locais, alarmantemente fagocitados nas últimas décadas pelo modelo do agronegócio.

Antes da ditadura as principais pautas dos movimentos agrários no Brasil eram a reforma agrária e os direitos trabalhistas, e os seus maiores expoentes eram as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Com o processo de redemocratização de fins dos anos 1970 e nos anos 1980 as pautas anteriores voltaram a insurgir, conjuntamente à ampliação de direitos culturais, políticos e sociais e ao questionamento do modelo de desenvolvimento agrícola no país. Nesse bojo surgem o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), as oposições sindicais a CONTAG, o que formaria o Departamento Rural da CUT, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)¹¹².

Os anos 1990 vêem nascer novos e persistentes anseios nos movimentos camponeses mundo afora, e a constituição da Via Campesina é um indicativo do protagonismo que as questões ambientais assumiram nestes movimentos, em especial representadas pela Agroecologia, por seu caráter holístico, que congrega o natural e o social.

O respeito à natureza por si própria e uma tendência marcante a uma dinâmica produtiva sustentável¹¹³ não são pontos de grande visibilidade presentes no discurso

¹¹¹ Os movimentos nacionais que participam da seção brasileira da Via Campesina são o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

¹¹² PICOLOTTO, Everton Lazzaretti, PICCIN, M. B. “Movimentos camponeses e questões ambientais: positividade da agricultura camponesa?”. *Extensão Rural* (Santa Maria). , v.15, p.5 - 36, 2008.

¹¹³ Ficamos com a definição de sustentabilidade de Gliessman: “A sustentabilidade é uma versão do conceito de produção sustentável – a condição de ser capaz de perpetuamente colher biomassa de um sistema, porque sua capacidade de se renovar ou ser renovado não é comprometida”. In: GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009.

veiculado pelo MST até meados da última década. Já abordamos em pontos acima que em seus primeiros tempos de constituição o MST orientava a sua organização em vistas de ocupar massivamente as terras, na luta pela reforma agrária. As dificuldades impostas ao sucesso das ocupações – em relação à fertilidade dos solos, à concessão de créditos, ao aumento da produtividade – acabaram por direcionar uma linha cooperativista que estava apoiada na produção em larga escala e na divisão do trabalho, elementos degradantes das relações homem-natureza e homem-homem.

Quando o tema meio ambiente e/ou relações produtivas aparecia em entrevistas com lideranças, e em documentos porta-vozes do movimento¹¹⁴, o era de forma um tanto incipiente, e não adquiria uma plataforma hegemônica no interior dos objetivos do MST. No máximo, o recorte ambiental era tratado sob a forma de necessidades evidentes, como o reflorestamento de áreas assentadas, a conservação do solo e da água, etc.

Um dos primeiros documentos produzidos na época de formação oficial do MST como movimento nacional foi o *Programa de Reforma Agrária do MST*, elaborado em 1984. Nele, os sem terra tinham como objetivos principais definir quem eram os sujeitos da reforma agrária, além de tentar galgar articulações que fortalecessem a sua luta, sob o apoio de entidades como sindicatos, partidos políticos, igrejas, etc. A terra era requerida “(...) para trabalho e não para negócio”¹¹⁵. Vê-se que os desígnios ainda estão muito concentrados na conquista da terra, porém não apontam para as formas mais ideais de cultivo.

Em 1987 é redigido um abaixo-assinado pela “Comissão Nacional dos Rurais na Constituinte”, formada por setores combativos do campo, como sindicatos, CUT, CPT, MST, Pastorais Rurais e Articulações de Mulheres e Jovens, para influenciarem na Constituinte. O abaixo-assinado é constituído pelas propostas populares de emenda elaboradas pelo grupo acima à Assembléia Constituinte. A emenda seria sobre “Reforma Agrária e Política Agrícola”.

O projeto de Reforma Agrária evidenciado por estes grupos tem as respectivas pautas centrais: a terra como um bem social; estipulação de uma extensão máxima de propriedade; transferência das terras públicas aos trabalhadores; limitação de terras aos estrangeiros; produção e direito à terra; impossibilidade de venda da terra pelos

¹¹⁴ Como jornais, cartas, revistas, cartilhas, Cadernos de Formação, Cadernos de Cooperação, etc.

¹¹⁵ STÉDILE, João Pedro (org.). “Programa de Reforma Agrária do MST, 1984”. *A questão agrária no Brasil 3*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 179.

beneficiados da reforma agrária; participação dos trabalhadores nas decisões governamentais; destino do crédito rural; estipulação de orçamento da União para a reforma agrária.

Pelo conteúdo do documento, percebe-se que o recorte que se refere às relações homem-natureza não é bem destrinchado, apenas figura solto num dos pontos do texto: “A propriedade rural tem que cumprir a sua função social, ao contrário, deve ser desapropriada. A função social passaria pelo bom aproveitamento da terra; **pela conservação de seus recursos naturais**; e por justas relações de trabalho”¹¹⁶.

Anos depois, as reivindicações do MST diante do governo Fernando Collor e do Congresso Nacional deliberadas em seu **2º Congresso Nacional** giravam em torno da liberação de terras super concentradas para a reforma agrária; da legalização das terras ocupadas; da criação de condições estruturais para a manutenção das famílias sem-terra, como escolas, assistência médica, alimentação; da liberação de crédito para os programas governamentais de reforma agrária; e do **apoio financeiro para projetos de agroindústria na forma cooperativada**.

No 2º Congresso, a organização deliberou 56 reivindicações a serem apresentadas ao ministro da agricultura do período, Antonio Cabrera, sob as temáticas “Medidas de emergência; Desapropriações; Plano de reforma agrária; Imposto territorial rural; Assentamentos; Amazônia, áreas indígenas e meio ambiente; Justiça no campo; e INCRA”. Dentre as listadas demandas presentes, apenas **UMA** se remetia à questão ambiental no processo de reforma agrária: “N. 37: Implantação de uma política de estímulo à preservação do meio ambiente, à recuperação e à conservação do solo e ao reflorestamento nos assentamentos, com apoio creditício e de recursos”¹¹⁷.

Em julho de 1995 acontece o 3º Congresso Nacional do MST, que gera entre acalorados debates uma carta que serve de orientação para tocar as lutas políticas do movimento. A carta é dividida em duas seções: “Objetivos Gerais” e “Programa de Reforma Agrária”. Em resumo, os “Objetivos Gerais” dos sem-terra estão pautados em dois aspectos: a democratização de acesso à terra a todo e qualquer ser humano, sob a validação do emprego do trabalho nas áreas conquistadas e a difusão de estilos de vida de tipo humanistas e socialistas. Já o “Programa de Reforma Agrária” é entusiasta da alteração da estrutura da propriedade da terra, e assim acredita ser necessário subjugar esse elemento à justiça social. Na busca de uma reforma agrária em que seja tangível a

¹¹⁶ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 1987, n. 62, p. 10. Grifo meu.

¹¹⁷ Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril e Maio de 1990, n. 93, p. 13.

eliminação da fome no país e o desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores, faz-se necessário melhorar substancialmente as condições de vida, transporte, educação, saúde e lazer do meio rural. Além disso, tratando-se da produção, o MST permanece reiterando o anseio de estimular a produção familiar cooperativada.

Dentre as reivindicações listadas pela entidade na carta, apenas uma se refere, ainda que de forma superficial, às relações sócio-ambientais: “Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável”¹¹⁸.

Como um dos documentos mais expressivos do grupo, o *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* apresenta em sua edição número 160 um elogio ao Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), e delinea as linhas de ação deste organismo, visando uma estratégia maior para o grupo:

“O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) tem caráter político e econômico. As cooperativas devem colocar sua infra-estrutura, recursos e pessoal à disposição das mobilizações e lutas políticas em prol da reforma agrária e da transformação social. Ao mesmo tempo cuidar da produção, administração e gerência para garantir a eficiência econômica. Se só fizéssemos lutas políticas não precisaríamos constituir cooperativas nem legalizar associações. E só como empresa econômica cairíamos no desvio do economicismo”¹¹⁹.

A simpatia às tecnologias da Revolução Verde incorporadas por relevantes lideranças do grupo desde o final dos anos 1980 evidentemente seria contraditória a um discurso em que a sustentabilidade pudesse aparecer como uma plataforma político-produtiva central. Os descompassos entre a produtividade cooperativista e a harmonia produtiva endógena de uma agricultura sustentável não permitiam ao MST englobar verdadeiramente a questão ambiental como um de seus pontos fortes. Ao contrário, na década de 1990 o movimento vai ser severamente criticado por ambientalistas por priorizar um modo de produzir e de consumir altamente destrutivos ao meio ambiente.

Acredita-se que a entrada do MST na Via Campesina nos anos de 1995 forçou as lideranças a repensarem as táticas produtivas e culturais valorizadas até então, fato também compelido pelos sinais de crise do sistema cooperativista que vinha tentando

¹¹⁸ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo. Agosto de 1995, n. 150, p. 15.

¹¹⁹ *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo. Julho de 1997, n. 170, p. 6.

ser estabelecido. Novas abordagens civilizatórias vão sendo apresentadas, e elementos antes distantes vão paulatinamente ganhando corpo no discurso do MST, como a defesa da sustentabilidade; a preservação de recursos naturais, como a água, as matas e os solos; a soberania alimentar; a luta contra a introdução de alimentos transgênicos; e a necessidade de se produzir e de se comportar de maneira agroecológica.

De acordo com Canrobert Costa Neto e Flaviane Canavesi:

“De 1995 em diante, o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável”¹²⁰.

Observamos, porém, que só no 4º Congresso Nacional do MST, realizado no ano 2000, a consolidação da Agroecologia como instrumento de transformação social e produtiva vai ser efetivada. Na luta contra o esmagamento da agricultura camponesa pelo agronegócio, a Agroecologia vai finalmente assumir posição de destaque na orientação das ações estratégicas pelo MST.

Uma nova luz incide nas relações de trabalho e no saber camponês, que outrora deveria ser evitado e combatido. Com a Agroecologia, a valorização do conhecimento popular é primordial para uma relação de trabalho equilibrada entre a espécie humana e outras formas de vida, em que o saber local acumulado geracionalmente pelos camponeses permite um metabolismo sustentável nas relações produtivas.

Finalmente, em seu 5º Congresso Nacional realizado em 2007, o MST afirma que a luta dos grupos subjugados contra o neoliberalismo, o imperialismo e o agronegócio deve considerar questões ecológicas em sua raiz, aliadas às lutas políticas, por melhores condições de vida e de trabalho. Dentre as principais reivindicações do grupo que resultaram na Carta do último Congresso, a preservação natural e ontológica aparece como fundamental. Vejamos os trechos a seguir:

[Objetivos do MST]: “Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Combater o uso dos agrotóxicos e a

¹²⁰ NETO, Canrobert Costa; CANAVESI, Flaviane. “Sustentabilidade em assentamentos Rurais: o MST rumo a uma reforma agrária agroecológica no Brasil?”. In: Hector Alimonda. (Org.). *Ecología Política, Sociedad y Utopía*. 1 ed. México: CLACSO, 2002, v. 1, p. 209.

monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.; Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro; Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região; Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de Agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno; Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa; Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global”¹²¹.

O imperativo de repensar novas possibilidades produtivas para os assentamentos foi reconhecido por importantes lideranças do MST, ao abordarem os limites que o cooperativismo economicista vinha impondo. No *Caderno de cooperação agrícola n. 8*, que trata da evolução da concepção de cooperação agrícola do MST entre os anos de 1989 a 1999, importantes intelectuais do grupo, como Horácio Martins de Carvalho e Ademar Bogo vão apontar a urgência em transformações do modelo hegemônico.

Ao recuperar a trajetória do cooperativismo no movimento, Horácio Martins de Carvalho afirma que houve uma gama de deslizamentos em sua implementação, que pareceu estar fundada demasiadamente em referenciais teóricos, desconsiderando os grupos a serem contemplados por tais políticas. O resultado foi a implantação de uma coletivização independentemente da dinâmica histórica social vivenciada pelos seus atores:

“Assim, a composição institucional do SCA à época (CPA, CCA e CNC) ocorreu mais por opção político-ideológica do que por informações objetivas e subjetivas da prática histórica de cooperação entre os trabalhadores rurais”¹²².

¹²¹ Carta do 5º Congresso Nacional do MST. Brasília. Junho de 2007, p. 2-3.

¹²² Caderno de Cooperação Agrícola. São Paulo, 1999, n. 8. p. 30.

Já as críticas de Ademar Bogo se concentram no aspecto do trabalho e da alienação gerada, contraproducentes à construção de indivíduos autônomos e críticos, base de uma sociedade socialista. Ao se tratar das experiências cooperativistas do MST, ele diz: “Aqui se nota a forte crença na divisão social do trabalho, desconsiderando a alienação do trabalho que o modelo taylorista acentuou, como mostra também a ingenuidade de como encarar o desenvolvimento econômico e suas leis”¹²³.

A despeito das críticas focadas no cooperativismo, os pensadores e militantes colocam que não se pode confundir **cooperação** com **cooperativismo alienante e produtivista**, visto que o primeiro elemento funciona como um aparato de formação e conscientização dos agricultores. Portanto, a cooperação agrícola permanece sendo estimulada pelo MST em sua fase mais recente, como possibilidade de resgatar o senso comunitário e relações solidárias entre as famílias.

As bases da Agroecologia e da cooperação agrícola vão redefinir as práticas do movimento, num processo de construção contínua através de ações variadas, de caráter teórico e prático. Assim, uma série de cursos vão ser oferecidos aos assentados, muitos em parceria com o Estado ou ONGs:

“Iniciativas em parceria com o Estado, relacionadas ao processo educativo, evidenciam esforços nesse sentido, como os cursos do Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos de Residência Agrária (Especialização e pesquisa em rede na Agricultura Familiar Camponesa e Especialização em Agroecologia – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Cursos Superiores de Pedagogia da Terra (PRONERA – Ministério do Desenvolvimento Agrário); Curso de Agronomia para Movimentos Sociais no Campo (Universidade do Estado de Mato Grosso); Curso de Especialização em Agroecologia (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia/PR); Curso Técnico em Agropecuária com qualificação em Agroecologia e Meio Ambiente MST/ES); entre outros”¹²⁴.

Dentre as atividades realizadas nos cursos mediados pelo MST nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária sobressaem-se aquelas de caráter

¹²³ Idem, p. 17.

¹²⁴ BORGES, Juliano Luis. *MST: do produtivismo a Agroecologia*. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica. Consultado em 21/04/2010.

técnico. Ou seja, a transição agroecológica estimulada nestes espaços de formação prioriza os aspectos técnicos da produção, secundarizando os sociais mais amplos de aliar a transição agroecológica à camponesa.

Esses cursos prezam por considerar as especificidades naturais dos locais trabalhados, possibilitando atividades como as de: formação da capacitação agroflorestal, com práticas de instalação de viveiros agroflorestais comunitários; plantio de espécies com potencial agroflorestal da região; estímulo à cultura de sementes crioulas como uma das formas de se desenvolver a Agroecologia; composição de caldas naturais fungicidas e de biofertilizantes; conscientização dos mecanismos que geram o aparecimento de pragas e doenças no solo; etc.

Em tempos presentes, o sul do país é o que mais tem avançado nas experiências práticas e na formação agroecológica do MST. O estado do Paraná possui três escolas de formação de técnicos de nível médio em Agroecologia, como também uma escola de nível superior, a Escola Latinoamericana de Agroecologia. O movimento também é responsável pela conquista de um curso superior de especialização em Agroecologia no Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia, na cidade de Cantagalo (Paraná), e tem parceria com cinco universidades federais. O movimento também contribuiu para a criação do primeiro curso de Agronomia com ênfase em Agroecologia do país, que funciona na Universidade Estadual do Mato Grosso. Temos também:

“No Paraná, o Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente vem executando um programa de formação dos seus técnicos e dos Sem Terra. É um programa que acontece com etapas periódicas durante o ano, em que esses técnicos e camponeses vão se apropriando de conhecimento em Agroecologia para orientar o trabalho em todo o estado.

Outra coisa é a própria adoção da Agroecologia pelas famílias. Nos últimos cinco anos, o MST do Paraná vem alcançando êxito em estimular, motivar e orientar um número crescente de famílias que estão fazendo a transição da sua produção convencional para a agroecológica nas diferentes áreas técnicas. Seja na área da produção das sementes, na produção do leite orgânico, nas iniciativas de agroflorestas e na produção de hortaliças, além

dos grãos: milho, feijão, trigo, centeio, etc.”¹²⁵.

O MST também vem ampliando a sua participação em Jornadas de Estudos, Congressos, Seminários e Encontros sob o lema da Agroecologia e do desenvolvimento sustentável. Em articulação a outros movimentos sociais, o MST promove as *Jornadas de Agroecologia*, que funcionam desde o ano de 2001, e são marcadas por serem um espaço de troca de experiências entre pesquisadores, agricultores e estudantes da questão agrário-ambiental. Em sua última edição, em maio de 2010, os participantes da Jornada se definem como “um coletivo político que se contrapõe diretamente ao Capitalismo e sua expressão por meio do Agronegócio”¹²⁶, o que significa que estão na contramão do processo degradante do agronegócio, ao defenderem a agricultura familiar camponesa e agroecológica.

A alternativa de produção agroecológica adquire um papel estratégico de **contraposição ao agronegócio**, e passa a ilustrar um objetivo central na reforma agrária defendida pelo MST. Estimular a Agroecologia é sinônimo de combater o agronegócio, fincado no capital financeiro, industrial e oligárquico, portanto, é uma forma de violar práticas econômicas e culturais características da sociedade capitalista.

Os anos 1990 marcam o aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, expandidas nos mandatos dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. A transnacionalização da economia brasileira é consolidada nesse período, dominada, sobretudo pela força econômica de grandes empresas estrangeiras (ou nacional-estrangeiras) e imposições político-econômicas dos organismos multilaterais. A configuração do capitalismo contemporâneo no Brasil direcionou alguns movimentos sociais, como o MST, a identificarem nas imbricações entre o agronegócio, o Estado Brasileiro e o capital internacional o foco de luta a ser combatido. Assim, muitas das ocupações e das manifestações dos sem terra a partir da década de 1990 elegem grandes empresas como alvo de suas ações. Dentre as companhias mais criticadas pelo MST temos a Syngenta, a Aracruz Celulose, a Monsanto e a Companhia Vale do Rio Doce, privatizada em 1997.

¹²⁵ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Congresso de Agroecologia conta com grande participação de camponeses*. 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8575>. Acessado em: 10/02/2010.

¹²⁶ Carta da 9ª Jornada de Agroecologia. Paraná. Maio de 2010. p. 2.

A oposição ao agronegócio pelo MST carrega consigo a postura de aversão à sociedade capitalista, postulando algumas bandeiras mais específicas no interior destas críticas, tais como: a defesa da saúde das populações mundiais e a preservação do meio ambiente; a manutenção das populações camponesas em seus locais de origem, permitindo a co-produção entre homem e natureza; o combate à contaminação dos solos e das águas e à destruição das matas, com o avanço da monocultura empresarial; a crítica ao uso pesado de agrotóxicos que vem se alastrando não só no interior do pacote tecnológico do agronegócio, mas também nas pequenas e médias propriedades, o que leva a contaminação dos trabalhadores¹²⁷.

Um dos principais pontos de embate que passam a ser travados contra o agronegócio se refere à luta contra os transgênicos, inserida na pauta da defesa da soberania alimentar, preconizada pelo MST. O grupo vem empreendendo uma campanha conjuntamente a outros movimentos camponeses pela manutenção da possibilidade dos agricultores cultivarem as suas próprias sementes, prática secular que permite a subsistência dos mesmos e o melhoramento das colheitas. Através da campanha internacional *Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, tenta-se desenvolver um projeto de resgate das sementes crioulas, cultivadas e conservadas pelos agricultores de geração em geração¹²⁸.

As pautas de respeito ao meio ambiente e de instigação a práticas agrícolas menos agressivas ao homem e a natureza apareciam um tanto fragmentárias no discurso do MST, como fora visto anteriormente. Com a introdução do paradigma agroecológico as intrínsecas relações entre homem e meio vão tomando corpo, e o que outrora se mostrava deslocado no discurso da entidade adquire uma conotação central, pois o discurso que leva em conta a Agroecologia se propõe a ser totalizante, ou seja, aspectos políticos, econômicos, culturais e naturais são articulados na construção do pretense novo sujeito da reforma agrária.

¹²⁷ Desde o ano de 2008 o Brasil é considerado o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, aplicando largamente insumos já proibidos em outras regiões, como o continente europeu.

¹²⁸ Os transgênicos se comportam enquanto grandes vilões do meio ambiente e do homem por algumas razões fundamentais: além de não haver estudos suficientes e satisfatórios que comprovem que a sua ação não traria riscos às espécies vivas, a sua utilização no interior do pacote tecnológico do agronegócio vem acompanhada do uso abundante de agrotóxicos, marcando uma parceria um tanto degenerada. Outro agravante à utilização de elementos transgênicos é que estes são monopólio de algumas poucas corporações multinacionais, que visam criar com eles uma dependência completa dos produtores rurais aos seus produtos, dependência essa que é ainda mais acentuada no caso dos pequenos produtores.

O MST não possui um discurso oficial único acerca da Agroecologia, visto que diversos de seus intelectuais e lideranças parecem enfatizar determinados aspectos dos benefícios da Agroecologia em suas ponderações. Vemos, entretanto, que nos discursos da entidade os avanços no campo social, da saúde, da soberania alimentar e do combate ao agronegócio aparecem com maior frequência nas afirmações das principais lideranças do grupo. A compreensão do MST sobre a Agroecologia ainda está sendo construída, porém, já aparecem discursos avançados sobre essa matriz transdisciplinar em falas de lideranças do MST:

“A Agroecologia é uma forma de trabalhar a agricultura que se baseia em dois campos do conhecimento: o primeiro é o conhecimento tradicional. Aquilo que os agricultores, as comunidades e os povos indígenas desenvolveram ao longo de séculos. Esta é uma das bases que orienta a Agroecologia. Outro campo é a ciência biológica, os conhecimentos desenvolvidos nos últimos anos na Biologia, Botânica e Química, que ajudam a compreender um pouco melhor os processos ecológicos da vida, da natureza. Através desta compreensão, nós organizamos tecnologias e procedimentos técnicos para manejar a terra, a água, as sementes e os animais de forma mais próxima a natural. A Agroecologia junta este conhecimento de base tradicional, científica e desenvolve um novo padrão de agricultura. Na Agroecologia também se incorporam as Ciências Sociais e Políticas, trabalhando a formação da consciência dos camponeses e camponesas”¹²⁹.

1.7. Desafios na construção da sustentabilidade

Embora o discurso e o direcionamento político do MST tenham se refinado ao se aliar objetivos sociais e ambientais, o alcance prático da construção do *homo agroecologicus* nos assentamentos vem se mostrando restrito. Mesmo com o incentivo à formação pedagógica e prática dos agricultores em direção ao manejo ecológico dos agroecossistemas através de seminários, cursos e oficinas, a adaptação a tal alternativa produtiva não é homogênea entre os assentados e acampados. Em estudo realizado por

¹²⁹ Entrevista com José Maria Tardin, técnico agropecuário e integrante do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST. Tardin também faz parte da equipe pedagógica da Escola Latino-Americana de Agroecologia, onde dá aulas.

Sérgio Leite et al em fins dos anos 1990, constatou-se que a média geral de adoção de práticas agrícolas alternativas é bastante reduzida nas cinco regiões do país:

“Os dados revelam que 60% dos lotes (do total de famílias assentadas pesquisadas) utilizam insumos químicos, incluindo o uso de agrotóxicos (41%), medicamentos veterinários (42%) e fertilizantes químicos (37%). Apenas 18% dos entrevistados declarou não utilizar qualquer tipo de insumo e aproximadamente 50% dos entrevistados utilizou apenas um ou dois tipos de insumos (especialmente sementes/mudas compradas)”¹³⁰.

Podemos justificar esse quadro por motivos não só de origem cultural, mas também por aspectos materiais. O padrão tecnológico fomentado pelos órgãos de reforma agrária se fundava em tecnologias da Revolução Verde, tornando não só o solo viciado, mas também as práticas culturais dos agricultores. As técnicas e os mecanismos produtivos dominados pelas famílias passam pelo uso pesado de agrotóxicos e de fertilizantes químicos, o que em breve mostra o desgaste do solo, que necessita assim de mais componentes químicos e mecanização para florescer, criando uma relação perversa e viciante. Como os assentamentos quase sempre estão nas terras de pior qualidade, tendem a depender mais de tecnologias pesadas e de financiamento, o que futuramente compromete a qualidade das colheitas e causa o endividamento dos produtores. Assim, nas terras conquistadas, em geral já degradadas, o solo fica mais dependente de insumos químicos para poder produzir com maior rapidez, e os agricultores passam a naturalizar esse tipo de ação predatória.

Isso demonstra que os processos de descampesinização que afetaram as famílias vítimas das conseqüências da financeirização da agricultura tornam difíceis a reintegração destes sujeitos a modos de vida menos dependentes e potencialmente comunitaristas. A conscientização destas famílias dos benefícios das transições camponesa e agroecológica vem auxiliando na recampesinização das mesmas, indicando a fluidez social em que se encontram as populações rurais mundiais¹³¹.

¹³⁰ VERAS, Melissa M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação (Mestrado em agroecossistemas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. p. 68.

¹³¹ De acordo com o geógrafo Antonio Thomaz Júnior, a dinâmica de afirmação/negação do camponês é infinda no contexto contemporâneo e caracteristicamente fluido do capital, tornando os processos de descampesinização e recampesinização constantes. Thomaz Júnior afirma que o camponês brasileiro não tem um histórico de enraizamento com a terra, uma vez que as relações fundiárias são fluidas, portanto a identidade do camponês brasileiro se dá mais pelo seu modo de vida do que pelo acesso à terra, o que os difere dos camponeses europeus, ligados à terra com uma temporalidade mais longa. JÚNIOR, Antonio

A conscientização das famílias assentadas da necessidade de transformação da sua maneira intensiva de produzir é um processo lento, e, principalmente, contínuo. A passagem de uma agricultura dependente para outra de tipo agroecológica não é imediata, ao contrário, constitui-se enquanto um **processo**, pois estamos lidando com fontes de vida, que necessitam de tempo para se recuperar, diferentemente do tempo da máquina. A recomposição da fertilidade dos solos (pela matéria orgânica, microbiologia, nitrogênio, etc.) também depende de conhecimento do ecossistema em questão, o que influi na escolha dos melhores gêneros a serem cultivados. Assim, num processo de transição agroecológica é muito importante a existência de um suporte de assistência técnica, o que já evidencia uma das dificuldades dos agricultores, pois os programas de assistência ainda se dão em número bastante restrito, e a formação dos técnicos num sentido agroecológico é recente e ocorre em pequeno número. A transição técnica por si só não configura uma transição agroecológica, portanto o incentivo a práticas comunitaristas, autônomas e endógenas configurariam igualmente elementos essenciais para a consolidação deste processo nas formas de vida dos agricultores.

Na gradualidade da transição para uma agricultura de tipo agroecológica, o MST visa estimular que as famílias percebam os benefícios perdurantes resididos na agricultura alternativa. Os ganhos em produtividade e o menor tempo de maturação dos cultivos alcançados com as tecnologias convencionais são pontos de destaque para este modelo, contudo logo apresentam as suas contradições, com a destruição dos ecossistemas e da saúde dos agricultores, além dos altos gastos exigidos. A transição para uma produção agroecológica pode parecer, inicialmente, um pouco lenta, em especial numa época em que o tempo natural parece ser execrado pelo industrial, e pior ainda, pela volatilidade do tempo financeiro. Esse aspecto, porém, logo é superado pelos benefícios mais profundos adquiridos pelos agricultores, mas também pela sociedade em geral: menores custos de produção; tendência à autonomia produtiva; preservação dos ecossistemas; salvaguarda da saúde humana e animal; produção de alimentos saudáveis e frescos às populações; etc.

As práticas agroecológicas são relativas à recuperação de conhecimentos tradicionais, perdidos com o avanço do capital e com a dinâmica de descampesinização geradas. A construção de tais práticas dar-se-ia aliando saberes tradicionais

Thomáz. “A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado?” In: MANÇANO, B. (org.) *Campesinato e agronegócio na América Latina*. São Paulo. CLACSO/Expressão Popular, 2008.

(camponeses) a conhecimentos científicos modernos com base ecológica, para assim, reavivar e ressignificar os aprendizados perdidos com a modernização conservadora.

“Seu enfoque científico possibilita uma articulação das formas de sustentabilidade construídas localmente com estratégias modernas de produção, para maior viabilidade econômica, equidade social e preservação ambiental no meio rural”¹³².

Mesmo que agir em termos agroecológicos não signifique uma ruptura total com a sociedade capitalista, o MST reivindica e demonstra em suas experiências reais que a adoção de tal dinâmica permite a construção de uma maior autonomia dos agricultores, ao minimizar a sua dependência por fatores produtivos externos. A busca por esta relativa “liberdade” mostra-se essencial sob o ponto de vista social, em vista da pressão histórica sobre os camponeses no processo de modernização agrícola, como também por elementos políticos, econômicos e culturais do agronegócio.

Ainda que em número reduzido, parte das famílias presentes em acampamentos e assentamentos do MST vem introduzindo os pilares da Agroecologia em seu cotidiano desde a última década, reconstruindo suas relações com o meio ambiente e passando a enxergar outras possibilidades na ação do trabalho. A transição para patamares sustentáveis agrícolas fica evidenciada na seguinte passagem:

“Muitas de nossas famílias, ao conquistarem a terra, iludiram-se que o modelo capitalista de agricultura traria o seu desenvolvimento e o bem-estar. No entanto, diversos assentados, em seu fazer cotidiano, sentiram na pele as contradições e implicações concretas desta maneira capitalista de organizar a agricultura. As mudanças ocorreram por vários caminhos. Algumas famílias Sem Terra decidiram romper com esta lógica produtivista, porque foram contaminadas pelos agrotóxicos. Outras porque perceberam o alto custo de produção daquele modelo. Muitas outras porque se deram por conta da degradação que este modelo trazia para os seus recursos naturais, como solo, água, fauna e flora. Outras tantas modificaram, porque compreenderam a cadeia de submissão que tal modelo lhes arrastava”¹³³.

¹³² BORGES, Juliano Luis. *MST: do produtivismo a Agroecologia*. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica. Consultado em 21/04/2010.

¹³³ Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia. São Paulo. 2009. p. 36-37.

A expansão da formação teórica e a multiplicação das experiências concretas no seio da Agroecologia mostram-se como os maiores desafios que o MST enfrenta no início do século XXI. Recuperar a heterogênea trajetória de vida dos indivíduos da reforma agrária e conferir um significado positivo para os saberes e para a organização social camponesa aparenta ser tarefa árdua.

Hoje, em escala mundial, são cada vez maiores as críticas de movimentos sociais e ambientalistas ao aprofundamento das tecnologias da Revolução Verde. A Agroecologia emerge como um contraponto aos aspectos tecnológicos, ecológicos e socioeconômicos da agricultura convencional. Mesmo apresentando diversos aspectos avançados e progressistas, a ciência inter e transdisciplinar agroecológica não carrega a pretensão de abarcar as contradições e explorações que envolvem a classe trabalhadora como um todo. Esse conhecimento e ação prática direcionam-se aos grupos camponeses.

Talvez apresentando a intenção de fundir as transformações sociais que envolvam não só o campesinato, como também outras fatias de trabalhadores, o MST defende a articulação entre Agroecologia e o Socialismo na plataforma política do grupo. Para o movimento, não há mais como renunciar a construção de uma sociedade sustentável no caminho do socialismo¹³⁴. Nas palavras de Adalberto Martins, do Setor de Produção do MST:

“Apesar da Agroecologia não ter força em si mesma de edificar uma sociedade socialista, tal sociedade perderá sentido e força humanizadora se tal projeto não incorporar a Agroecologia e realizar uma radical crítica ao modelo produtivista do capital”¹³⁵.

Reiteramos, porém que apesar dos obstáculos e das contradições apontadas é fundamental que um movimento social com as dimensões do MST repense as atividades produtivas que têm como paradigmas. O caminho para a Agroecologia pode contar com inúmeros percalços e incoerências, porém o estímulo à transição agroecológica é um passo decisivo na formação e conscientização de grande massa de agricultores no

¹³⁴ Lembramos também que por vezes o discurso do MST apresenta algumas incoerências, ao aliar os paradigmas Agroecológico e Socialista como fins da entidade: a construção da sociedade socialista teria nas atividades político-produtivas centralizadas (que na prática muitas vezes ocorrem de cima para baixo) o seu cerne de atuação, enquanto a recuperação dos modos de vida camponeses contam com elementos de autonomia e de comunitarismo espontâneo.

¹³⁵ Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia. São Paulo. 2009. p. 37.

sentido de formas de trabalho, relações humanas e interações ambientais mais equilibradas, solidárias e respeitosas.

1.8. Trajetória e referenciais teóricos acerca da Agroecologia e do campesinato

Um termo bastante referenciado e que tem a sua origem nas ciências naturais, a Agroecologia vem sendo dilatada para além de suas fronteiras primárias. Inicialmente, o estudo da Agroecologia pertenceu prioritariamente às esferas que a constituíram: os campos da Agronomia e da Ecologia. Vê-se, porém, que as últimas décadas fizeram assistir à integração da Agroecologia a outras ciências, como as Ciências Humanas, entretanto a referência epistemológica mais “revolucionária” se encontra na incorporação de saberes populares camponeses aos ditames científicos agroecológicos, o que significa que os referenciais mais contemporâneos da Agroecologia têm um caráter não só inter, mas transdisciplinar.

Mas qual é o histórico de vida desta ciência tão debatida nos meios acadêmicos e que vem se expandindo para fora dele, ao ser abarcada por movimentos sociais e por agricultores de distintas partes do país e do mundo? Um dos principais estudiosos que se debruça sobre a temática da Agroecologia, Stephen Gliessman, fornece algumas coordenadas sobre a sua trajetória epistemológica. Com Gliessman, o encontro entre a Agronomia e a Ecologia, que viria a dar origem à Agroecologia, foi um processo gradual, visto que as duas ciências se encontravam em caminhos incomuns: a Agronomia se orientava por resultados, com seus estudos voltados a aplicabilidade prática na agricultura, enquanto a Ecologia era mais uma ciência pura. Em fins dos anos 1950 o conceito de ecossistema forneceu “(...) uma estrutura básica geral para se examinar a agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”¹³⁶.

Os anos 1960 e 1970 são marcados pela emergência do ambientalismo, o que vai implicar no aumento do interesse em aplicar a ecologia à agricultura. Por este modo, “Na medida em que mais ecologistas, nos anos 1970, passaram a ver sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudo, e mais agrônomos viram o valor da perspectiva ecológica, as bases da Agroecologia cresceram rapidamente”¹³⁷.

¹³⁶ GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2009. p. 57.

¹³⁷ Idem, p. 58.

Nos anos 1980 o conhecimento agroecológico se mostra mais maduro, com metodologia e estrutura conceitual no trato com os agroecossistemas. O período também é marcado pelo reconhecimento da sustentabilidade existente em agriculturas tradicionais verificadas e, em países em desenvolvimento, comprovou-se o saber popular como próximo a uma relação mais harmônica com os ecossistemas.

Hoje, em escala mundial, são cada vez maiores as críticas de movimentos sociais e ambientalistas ao aprofundamento das tecnologias da Revolução Verde. A Agroecologia emerge como um contraponto aos aspectos tecnológicos, ecológicos e socioeconômicos da agricultura convencional.

Destarte, a Agroecologia possui um enfoque que visa ser totalizante, ao abarcar dimensões não apenas **técnicas**, mas, sobretudo, **sociais**. O termo Agroecologia vem sendo utilizado largamente em nossos dias por diferentes atores sociais, o que acaba por incorrer em algumas interpretações confusas desta noção, por vezes identificada a alguns aspectos soltos como “produção de alimentos saudáveis”; “utilização de insumos naturais”; “preservação do meio ambiente”. É claro que esses assuntos fazem parte da agenda agroecológica, entretanto há que analisá-los não de maneira estanque, mas sim articulada e multifocada. A “preservação do meio ambiente” não pode ser colocada separadamente das formas de trabalho e de consumo estimuladas pela Agroecologia. A visão da necessidade de preservação da natureza estanque à da espécie humana é um tanto limitada e até mesmo conservadora, visto que parece negar a co-evolução existente entre homem e meio natural sob processos materiais (como o trabalho) e culturais (como a religião).

As práticas agroecológicas não são voltadas prioritariamente a aspectos técnicos e mercadológicos no âmago da sociedade do capital. Aí reside a diferença entre a **Agroecologia** e a **agricultura orgânica**, tendo a última o objetivo de formação de nichos de mercado, em que consumidores melhor informados almejam consumir produtos mais saudáveis. A agricultura orgânica feita por pequenos, médios e grandes produtores é progressista no sentido de romper com técnicas prejudiciais ao meio ambiente herdadas da Revolução Verde, entretanto mantém seu caráter conservador ao tender à produção em larga escala, contrária à lógica da produção agrícola familiar camponesa. Já a Agroecologia “prevê uma política de entrelaçamento produtivo-cultural com a produção familiar camponesa e visa continuamente a sustentabilidade

sócio-ambiental”¹³⁸. A Agroecologia vai então manter seus compromissos com a minimização das diferenças sociais, com a desconcentração fundiária e com a sustentabilidade.

O caráter holístico a que se propõe a Agroecologia é avultado por um dos grandes especialistas no assunto, o engenheiro agrônomo Miguel Altieri. A Agroecologia é por ele avaliada como uma ciência com princípios, conceitos e metodologias próprias no sentido de analisar e estudar agroecossistemas, visando propiciar uma produção o mais próxima da sustentabilidade. O autor compartilha do preceito de que a Agroecologia deve romper as barreiras disciplinares, ao promover a interação entre distintos campos científicos. Portanto, para ele:

*“Ela [a Agroecologia] utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas”*¹³⁹.

Ainda com Miguel Altieri:

“Porém, restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da Agroecologia. De fato, a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais. O estudo da etnociência (o sistema de conhecimento de um grupo étnico local e naturalmente originado) tem revelado que o conhecimento das pessoas do local sobre o ambiente, a vegetação, os animais e solos pode ser bastante detalhado. O conhecimento camponês sobre os ecossistemas geralmente resulta em estratégias produtivas multidimensionais de uso da terra, que

¹³⁸ NETO, Canrobert Costa. “Relações entre agronegócio e Agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro”. In: FERNANDES, Bernardo M. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 72.

¹³⁹ ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 23.

*criam, dentro de certos limites ecológicos e técnicos, a auto-suficiência alimentar das comunidades em determinadas regiões*¹⁴⁰.

A complexidade do enfoque agroecológico reside em seu aspecto intrinsecamente multidisciplinar, ao congregar saberes científicos de vastos matizes, mas também na relevância a que atribui aos conhecimentos, modos de vida e cultura camponesas, em suas estratégias de sobrevivência em seu processo de co-evolução com o meio natural. Este enredamento entre o popular e o científico permitiria a agricultura agroecológica atender a requisitos plurais: 1) Culturais: resgate e preservação da cultura camponesa, esmagada com a entrada capitalista no campo; 2) Ambientais: salvaguarda dos ecossistemas, de acordo com a lógica produtiva camponesa; 3) Econômicos: manutenção de relativa autonomia dos produtores diante dos mercados altamente fagocitantes.

O reconhecimento dos modos de vida camponeses em sua articulação com a Agroecologia é objeto de análise de paradigmáticos autores que estudam a causa camponesa contemporânea, como Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina. De acordo com os autores, a presença do campesinato em épocas históricas tão variadas não permite o entendimento desta categoria de forma genérica e determinista, entretanto eles acreditam que há características de certa forma comuns presentes nos modos de vida deste grupo em diferentes realidades espaciais e temporais.

A comunidade local camponesa seria o núcleo básico da vida dos grupos domésticos que a integram, o que não significa que tais comunidades estejam isoladas do resto da sociedade, ao contrário, estas estabelecem relações econômico-culturais com a sociedade local, regional e também global. Os camponeses estão inseridos contemporaneamente numa sociedade de mercado, porém agem e pensam fundamentalmente de acordo com modos de vida comunitários e endógenos, o que se constitui como um paradoxo. Estes sujeitos estão envoltos em uma economia de mercado ou externa, mas também se direcionam a uma economia interna. Isso se traduz numa contradição na produção de mercadorias para essas antagônicas esferas.

O campesinato tenderia a cultivar uma dinâmica mais próxima do endógeno, visando manter as suas famílias e a comunidade afim que o rodeia, através de práticas de solidariedade e variadas formas de ajuda mútua. Sua ação social seria então “(...) baseada em laços de parentesco e residência e, constituídos como unidade econômica

¹⁴⁰ Idem, p. 26.

em cujo seio se desenvolvem estratégias de subsistência e reprodução, têm uma dimensão central em nossa análise¹⁴¹”.

Ainda segundo Guzmán e Molina a conceituação agroecológica atual que vem sendo incorporada à categoria campesinato se relaciona à valorização das relações homem-natureza nas ciências humanas nas últimas décadas, em sua abertura inter e transdisciplinar. Logo, a percepção deste grupo em seu trato com os recursos naturais mostra-se mais explícita, e assim o campesinato é colocado como um grupo que tende a manejar os recursos naturais de forma sustentável, o que permitiria a manutenção do mesmo.

O campesinato apareceria como relacional ao meio natural também por se considerar parte deste no processo co-evolutivo, a partir das relações econômicas, culturais e sociais. Assim, numa perspectiva agroecológica o campesinato seria “(...) mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos “graus de campesinidade”¹⁴².

A análise dos processos de des-recampesinização e de agroecologização no movimento social MST serão alvo de estudo nos próximos capítulos. Debruçaremos-nos na experiência da Comunidade Terra Livre, localizada em Resende, sul fluminense, para assim identificarmos empiricamente como está sendo o alcance, quais são as perspectivas e as dificuldades encontradas junto aos agricultores numa via produtiva sustentável.

¹⁴¹ GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.). *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid, La Piqueta, 1991. p. 87.

¹⁴² GUZMÁN & MOLINA. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Expressão Popular: 2005. p. 78.

Capítulo 2: A Formação do MST no Rio de Janeiro

2.1. Configuração fundiária e agrária no estado do Rio de Janeiro

O presente capítulo tem por objetivo analisar a configuração fundiária e agrária no estado do Rio de Janeiro desde o último século, assim como as principais querelas fundiárias e os grupos envolvidos nas disputas por terras nesta região. Traçar o panorama sócio-produtivo agrícola do estado mostra-se fundamental para compreendermos as lutas por terras empreendidas pelo MST naquele estado. Estas lutas deram origem ao acampamento Terra Livre, objeto de estudo empírico nesta dissertação, em que se tenta avaliar o processo de transição agroecológica em curso naquele espaço.

De acordo com a conjuntura produtiva e demográfica do Rio de Janeiro, o tratamento da questão agrário-fundiária no estado parece ser comumente desprezado pelas autoridades locais, mas também por pesquisadores da temática rural. A região é permeada por uma enorme fuga populacional e de capitais do interior para os centros urbanos do estado, processo de caráter latente ao longo do século XX. Alguns dados poderiam corroborar para vetar a relevância da temática rural no estado, ao diminuir-lhe o peso analítico e uma possível força das políticas públicas: de meados do século último até o início da atual década, a população rural do Rio de Janeiro decaiu 40,64%, o que significa a saída de 830.890 pessoas do campo. Enquanto isso, a população urbana pareceu explodir, passando do total de 2.212.211 nos anos 40, para 13.798.096 em 2000¹⁴³. Segundo o Censo realizado no ano 2000¹⁴⁴, 96% da população do Rio de Janeiro residia em áreas urbanas, que carregam, de longe, a maior concentração do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, além de condensar a arrecadação de impostos¹⁴⁵.

Acrescentamos, porém, que os dados não falam por si só, cabendo a elaboração de uma análise qualitativa, para melhor compreensão do fenômeno em estudo. Dessa forma, neste recorte do capítulo nos propomos a constituir uma reflexão mais detida das transformações ocorridas no espaço agrário fluminense, e assim consideraremos as

¹⁴³ Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940 a 2000.

¹⁴⁴ Idem. A população total do estado estimada no período era de 14.391.282 pessoas. Destas, 13.821.466 residiam em zonas urbanas, e 569.816 habitavam o meio rural.

¹⁴⁵ Fonte: Produto Interno Bruto dos Municípios, 2003-2006.

formas de ocupação e de produção em disputa e os sujeitos envolvidos, com o objetivo de superar o caráter estritamente numérico do mote rural no estado.

O estado do Rio de Janeiro é marcado por um intenso processo de metropolização no século XX, desdobrando-se na subordinação do rural ao urbano devido à vertiginosa desruralização fluminense. A desruralização é entendida como “esvaziamento econômico e demográfico e perda de peso político e cultural”¹⁴⁶ do campo, em detrimento das cidades, que vão se tornando as maiores concentradoras de capital e de populações do estado.

A saída de populações rurais de suas habitações originais durante o último século é um fenômeno que não se restringe ao estado fluminense e ao nosso país, ao contrário, verifica-se a expansão desta dinâmica mundialmente, com óbvias diferenças de região para região. Em 2007, pela primeira vez na história da humanidade, a população urbana do planeta pareceu se equilibrar numericamente com a rural, o que vem gerando conseqüências sociais e naturais alarmantes, pois: exerce-se um peso supremo sobre os recursos naturais do meio rural para abastecer as cidades, tornando a alimentação humana cada vez mais mediada por regras de mercado; eleva-se sobremaneira o valor das terras existentes; há uma pressão excessiva sobre os grupos camponeses que ali habitam, influenciando querelas que envolvem estes sujeitos. O irônico é que 70% desta população urbana mundial está concentrada nos países periféricos (também chamados de Terceiro Mundo), conhecidos por seu histórico de abandono pelo poder público e de alta espoliação das populações pelas burguesias local e estrangeira¹⁴⁷.

No Brasil, a fuga de camponeses das zonas rurais é marcadamente potencializada com a introdução da modernização conservadora na agricultura do país, sobretudo a partir dos anos da ditadura militar. Sob a hegemonia deste paradigma, muitas famílias tiveram que abandonar o campo ou se subempregar em grandes empresas agropecuárias, perdendo parte de suas referências não só materiais, mas também culturais.

Das 17.582.089 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no país nos anos 1970, verificamos uma queda deste número para 16.414.728 pessoas em 2006.

¹⁴⁶ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “A evolução do espaço agrário fluminense”. *GEOgraphia* (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005. p.49.

¹⁴⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Geografía agraria de la crisis de los alimentos en Brasil”. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Org.). *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*. Maracaibo: Ediciones IVIC, 2009, v. 1, p. 203-224.

O número de estabelecimentos agropecuários, ao contrário da quantidade de pessoal ocupado nas atividades agrícolas pareceu subir, passando de 4.924.019 em 1970, para 5.204.130 em 2006, o que representa uma elevação de 5,68%. Já a área total dos estabelecimentos rurais passou de 294.145.466 ha em 1970 para 354.865.534 ha em 2006, o que significa um aumento de 20,64% no período em questão¹⁴⁸.

Ao consultarmos o Índice de Gini¹⁴⁹, podemos afirmar que a expansão da área total dos estabelecimentos rurais vem acompanhada de elevadíssimos níveis de concentração fundiária, marca já bem conhecida na história agrária de nosso país. Mas para além dos dados contidos no Índice, alguns elementos presentes no Censo Demográfico do IBGE de 2006 dão pistas da tendência centralizadora de terras e capital no país, principalmente a partir da introdução da Revolução Verde.

Como fora dito, o Censo coloca a queda do número de trabalhadores ocupados em atividades agropecuárias, enquanto o uso de maquinário cresceu enormemente, passando de 165.870 em 1970, para 788.053 em 2006, o que pode significar a preeminência de produtores mais capitalizados e tecnificados¹⁵⁰.

Logo, ao se tratar da evolução da estrutura fundiária nacional nas últimas décadas, averiguamos que o território do agronegócio avançou sobre uma área duas vezes maior do que a expansão do território camponês. Enquanto este perfez uma área de 36.510.186 ha, o território das grandes companhias agropecuárias se dilatou 71.942.393 ha no mesmo período. Isso significa que a tão veiculada expansão da fronteira agrária do nosso país diante do agronegócio parece manter intacta a condição altamente concentradora de terras do Brasil¹⁵¹.

Ainda de acordo com Eduardo Paulon Girardi, em sua excelente compilação sobre a questão agrária nacional, denominada “Atlas da Questão Agrária Brasileira”, atestamos que o alargamento da fronteira agrícola não vem acompanhado de emprego maciço de mão-de-obra, ao contrário, conserva a tendência de diminuição do trabalho humano e de utilização abundante de mecanização. Assim, dentre o pessoal ocupado em atividades agropecuárias no país, a maioria é representada por agricultores familiares camponeses, grupos que produzem decisiva fatia dos gêneros consumidos pela população brasileira, e que, em geral, empregam trabalho familiar, podendo também

¹⁴⁸ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

¹⁴⁹ Coeficiente matemático usado para aferir a concentração de renda, posse da terra e outros bens.

¹⁵⁰ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

¹⁵¹ GIRARDI, Eduardo Paulon. “Atlas da questão agrária brasileira”. <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acessado em 25/01/2010.

conviver com variadas formas de trabalho¹⁵². Segundo dados do IBGE, quase 80% dos agricultores ocupados em estabelecimentos agropecuários tinha relação direta com os produtores, o que indica relações produtivas intra-familiares, características dos pequenos produtores¹⁵³.

Com os números do Censo, afirmamos que as populações ocupadas em estabelecimentos agropecuários se concentram nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, sobretudo nas zonas próximas à costa brasileira, e com maior densidade no Sul e Nordeste. Por outro lado, as regiões Centro-Oeste e Norte são, de longe, áreas que empregam um número reduzido de mão-de-obra, o que se justifica pelo fato da região Norte ainda ser eminentemente coberta pela Floresta Amazônica (apesar do avanço do agronegócio ali), enquanto o Centro-Oeste é marcado pela força avassaladora da agricultura super modernizada, notória pela baixa utilização de força de trabalho em detrimento da máquina, sobretudo nas monoculturas de cana, soja e milho.

Ao nos retratarmos novamente ao Rio de Janeiro, acuramos que o processo de saída em massa das famílias do campo com destino às maiores metrópoles do país é evidenciado notoriamente na capital fluminense, que muito antes do panorama da “modernização conservadora” já congregava em seu território expressiva parcela de habitantes urbanos: nos anos 1940 a taxa de urbanização já ultrapassava os 60% no estado¹⁵⁴.

Esta queda demográfica rural ainda se reproduz na atualidade, apesar do novo papel que vem sendo atribuído ao rural nas últimas décadas. Assim, em 2006, o total de pessoas em estabelecimentos agropecuários no país era de 16.414.728, estando 157.492 concentradas no estado do Rio de Janeiro, de um total de 15.420.375 habitantes em todo o estado¹⁵⁵. Os números referentes ao estado mostram-se em declínio, uma vez que no último Censo realizado em 1996, 177.434 pessoas foram contabilizadas nas atividades rurais no espaço referido.

A área total dos estabelecimentos agropecuários do estado do Rio de Janeiro também se encontra em queda, variando de um total de 3.316.063 ha em 1970, para 2.629.365 ha em 2006. Já a área total do estado fluminense contabiliza 4.369.600 ha, portanto a área ocupada por estabelecimentos agropecuários congrega cerca de 60% do território em questão. As regiões estabelecidas como agropecuárias são proeminentes no

¹⁵² Trabalho assalariado permanente, trabalho assalariado temporário, etc.

¹⁵³ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

¹⁵⁴ Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940 a 2000.

¹⁵⁵ Fonte: IBGE, Contagem da População 2007.

estado, entretanto mostram um baixo índice de utilização produtiva da terra. De toda a área agropecuária do estado, acuramos que apenas **22,97%** possui lavouras (cerca de 604.005 ha em 2006). As mais largas extensões destas terras são abocanhadas por pastagens (1.605.959 ha em 2006, ou seja, **61,07%**), seguidas das áreas com matas e florestas (representam 362.531 ha, ou **13,8%** da área agropecuária do estado)¹⁵⁶.

O Índice de Gini confirma que a disposição nacional de concentração de terras se reflete também no estado fluminense, por mais urbanizado que se apresente. Assim, vemos que as últimas décadas evidenciaram altas taxas de concentração fundiária, em que a unidade federativa não conseguiu sair da casa do 0.7 na numeração do Índice¹⁵⁷. A concentração fundiária vem acompanhada de uma baixa utilização de pessoal nos espaços agropecuários, não porque esses locais se constituam enquanto predominantemente modernos, dispensando boa parte da força de trabalho humana, mas porque as terras estão esvaziadas e subutilizadas. Isso significa que a maioria dos estabelecimentos se concentra nas mãos de poucos, que pouco ou nada produzem, enquanto a menor parcela dos estabelecimentos agropecuários fluminenses abriga o pequenos produtores, que paradoxalmente, são a maioria do pessoal ali ocupado, refletindo cerca de 65% do pessoal total do estado. Muitas terras para poucos, ínfimas parcelas para a maioria... Situação crônica nacional, com um reflexo velado no estado.

A condição desruralizadora do Rio de Janeiro foi, sem dúvida, um processo dilatado no século XX, levando a essenciais transformações fundiárias e produtivas ali. Por essa via, o geógrafo Paulo Alentejano reitera que os propulsores desta espetacular dinâmica desruralizadora e metropolizadora foram o capital industrial e o capital bancário, ao romperem com a hegemonia da organização do espaço fluminense pelos capitais agrário e mercantil, dominantes até as primeiras décadas do século XX¹⁵⁸.

Logo, podemos pontuar que as políticas de ordenamento territorial do estado foram alteradas em decorrência da crise da oligarquia cafeeira (delineada no primeiro capítulo desse trabalho), o que abriu precedentes para a ascensão de outras frações de classe dominante, conduzindo a uma nova dinâmica territorial. Como exemplos, assiste-se ao esvaziamento de regiões outrora centrais na economia do estado, como o Vale do

¹⁵⁶ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

¹⁵⁷ Lembrar que o índice vai de 0 a 1, sendo o número 1 representativo das mais elevadas taxas de concentração.

¹⁵⁸ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. "A evolução do espaço agrário fluminense". GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005.

Paraíba, ao passo em que há um direcionamento industrializante na Baixada da Guanabara, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro.

Destacamos que a tendência à industrialização no espaço fluminense vai se acelerar a partir dos anos 1940, e carrega consigo toda uma dinâmica desruralizadora da região em estudo, com a concentração da população nas principais cidades. É importante assegurar que o crescimento urbano e industrial não se deu sem conflitos com os grupos sociais por vezes atingidos por estes processos. Um caso elucidativo foi a dinâmica especuladora que abarcou parte da Baixada da Guanabara a partir dos anos 1940. A área, hoje conhecida como Baixada Fluminense, contou com a intervenção governamental visando transformá-la em produtora de gêneros alimentícios a serem consumidos próximos, na capital federal. Destaca-se, contudo, que a região passou a ser alvo do capital especulativo, o que se desdobrou em sérios conflitos fundiários entre grileiros e pequenos proprietários habitantes do local.

Outras zonas sofreram processos de ordenamento territorial mais particularizados: na Região Serrana houve a expansão da atividade turística como segunda residência aos abastados da capital; o Noroeste sofreu gradual esvaziamento demográfico com o declínio da atividade cafeeira, a qual anteriormente havia migrado do Vale do Paraíba para lá; e o próprio Vale do Paraíba, que então se tornou referência para a instalação de grandes indústrias, como a Companhia Siderúrgica Nacional, substituindo-se o capital agrário pelo industrial como hegemônico naquela região.

Num período posterior, podemos dizer que os anos da ditadura militar fizeram avançar o desenho desruralizador fluminense, já em curso desde princípios do século XX. Alguns elementos são colocados como fundamentais nessa configuração:

“as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela da especulação imobiliária; a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar, o que eliminou uma das poucas forças contrárias ao processo dominante de urbanização/metropolização”¹⁵⁹.

A mão do Estado é peça-chave para delinear este quadro, uma vez que os incentivos estatais à modernização da agricultura e à produção de álcool acabaram por

¹⁵⁹ Idem, p. 58.

transformar substancialmente as relações produtivas e de trabalho na Baixada Campista. Por outro lado, o período é de avanço do capital imobiliário em regiões do Litoral Sul e das Baixadas Leste e Norte, como conseqüência de sua abertura turística, por serem áreas dotadas de extremas belezas naturais.

Tanto no Litoral Sul quanto nas Baixadas Litorâneas percebeu-se uma expulsão do campesinato ali residente, o que fomentou variados conflitos fundiários no período, que serão melhor descritos adiante.

Em geral, as distintas regiões fluminenses intensificaram o delineamento espacial-produtivo em curso no pré-1964. Exceção à regra é encontrada na zona da Baixada Campista, a qual sofreu grandes investimentos estatais devido ao Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira e ao Programa Nacional de Álcool (ProÁlcool)¹⁶⁰, incentivadores de um quadro produtivo altamente concentrador de capital, e que reproduziu relações de trabalho um tanto desastrosas.

As relações de trabalho são marcadas prioritariamente pela emergência da figura do bóia-fria, trabalhador expulso do interior dos latifúndios canavieiros e que agora vive nas periferias da região, empregando-se nas modernas usinas de produção de açúcar e álcool. Aliás, é igualmente relevante salientar as alterações nas relações não só de trabalho, mas também de produção, responsáveis pela eliminação dos antigos engenhos, através de uma forte concentração de capital e também fundiária. A atração de grandes grupos empresariais acaba por deslocar o capital agrário local, que perde expressivo poder.

O fôlego urbanizador e desruralizador estadual parece ser minimizado nos anos 1980, cabendo à Região Metropolitana¹⁶¹ conformar o maior número de litígios por terras do estado, sobretudo na Baixada Fluminense. A afluência dos conflitos já expressa a redução metropolizadora e desruralizadora, mas também indica os sinais de crise da metropolização fluminense, cujo quadro social se mostrava sufocante para a população expropriada e migrante.

Nas demais regiões do estado, mantêm-se as tendências definidas anteriormente, porém a região que mais apresenta mutações em seu perfil é o norte do estado. Os anos 1980 marcam um intenso processo de desruralização e de metropolização ali, alterando a sua dinâmica regional. Sem dúvidas, a concentração de enorme riqueza natural

¹⁶⁰ Programa brasileiro de substituição dos derivados de petróleo, criado pelo ditador Ernesto Geisel, em 1975, diante das crises mundiais que envolveram o combustível fóssil na década de 70.

¹⁶¹ A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é criada no ano de 1974, com a fusão do estado do Rio de Janeiro e da Guanabara.

representada pelo petróleo reconfigurou as atividades econômico-produtivas e sociais locais, reforçando o seu caráter urbano.

Ao se tratar da configuração espacial fluminense nas últimas décadas, apesar da complexidade do ordenamento territorial existente, duas contraditórias tendências podem ser localizadas:

“do ponto de vista industrial, isto é, da esfera da produção, vemos uma certa desmetropolização, do ponto de vista da esfera da circulação esta é reforçada, como indica a ampliação da atividade turística nas diversas regiões do estado, a qual está fortemente vinculada ao deslocamento sazonal da população da Região Metropolitana”¹⁶².

Desde os anos 1980 vem ocorrendo uma parcial reversão metropolizadora e desruralizadora no Rio, geralmente associada à **revalorização do rural**, sobretudo por seu potencial ecoturístico, o que preconiza não um retorno ao passado, mas a valorização de um novo rural. É comum o deslocamento das classes média e alta para áreas outrora especificamente rurais no interior do próprio estado, em busca de lazer em regiões de maior amenidade e beleza físicas. Os principais destinos destas populações são a Região dos Lagos, por seu caráter de veraneio e extensas e belas praias; a Região Serrana, pela temperatura amena; e o Médio Vale do Paraíba, pelo caráter turístico-histórico que vem sendo impresso ali, nas extintas, mas agora aquilatadas fazendas de café. Outra forma de valorização do rural, igualmente por sua virtuosidade mercadológica, reside na produção orgânica de hortifrutigranjeiros na Região Serrana (sobretudo), culturas que tem um escoamento comercial dedicado às classes mais informadas e detentoras de maior capital, geralmente habitantes da metrópole.

A revalorização do rural também se estrutura nas iniciativas de parte da população expropriada e empobrecida que adere às ocupações de terras e à constituição de acampamentos e assentamentos nos embates pela reforma agrária. Logicamente, aqui não se trata de uma apreciação pelo mercado, mas sim social e contra-hegemônica. São muitas as limitações de uma política por reforma agrária encontradas na esfera estadual, e verifica-se também certa concentração dos conflitos, o que faz da Região Norte do Rio de Janeiro palco privilegiado dos litígios na última década. O crescimento do MST no

¹⁶² ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “A evolução do espaço agrário fluminense”. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005. p. 65.

norte, com a constituição de imensos assentamentos em áreas decadentes da cana, é alvo de perseguições da elite agrária local, que vem se estruturando num sentido de combater essa proposta vista enquanto radical.

Uma das marcas mais visíveis do conflito é o contra-senso entre uma área absolutamente valorizada na contemporaneidade, principalmente pela extração petrolífera, e a territorialização das lutas pela terra, em geral organizadas pelo MST.

Averiguamos, portanto, que a configuração fundiária e agrária fluminense desde o último século vem demonstrando sinais de crise latente, o que torna o estado marcado por um intenso processo de desruralização e de metropolização, sobretudo incentivado pelo avanço dos capitais especulativo e imobiliário, relacionados à urbanização e ao turismo. A atuação do latifúndio improdutivo e também do agronegócio nas zonas rurais do estado também são agentes propiciadores do esvaziamento demográfico e econômico do estado, uma vez que é igualmente responsável pela expulsão de milhares de famílias do campo fluminense ao longo do período em questão.

Como vimos acima, paradoxalmente à identidade construída do estado do Rio enquanto modelo do que é ser urbano no país, 60% do território estadual é ocupado por estabelecimentos agropecuários, que são definidos pelo IBGE como áreas de lavouras, pastagens e de matas e florestas. Destas áreas, mais de 60% estão ocupadas com pastagens, o que explicita um péssimo aproveitamento das terras fluminenses, na realidade, em grande parte dominadas pelo capital especulativo. Ironicamente ao avanço de terras improdutivas no Rio de Janeiro, assiste-se à redução dos pequenos produtores pelo empobrecimento dos mesmos e pelo avanço desta especulação imobiliária, o que minimiza a potencialidade agroalimentar do estado, visto que historicamente são os pequenos produtores que perfazem as maiores fatias de alguns gêneros consumidos no estado.

O plano exposto, sem dúvida, justifica a necessidade de se olhar com mais cautela a urgência de uma reforma agrária no estado. Reforma agrária que funcionaria como suporte para as populações migrantes - do interior do estado, mas também de todo o Brasil -, que vivem em condições mais do que precárias, e que deveriam ter garantido o direito histórico de acesso à vida e à produção, pelos processos expropriadores a que foram submetidos no passado e no presente. Reforma agrária que desafogaria as cidades, caracterizadas por sua natureza já tão problemática. Reforma agrária em que imperasse o equilíbrio entre o produtor e meio, ditada por relações mais estáveis entre ambos elementos. E finalmente, uma reforma agrária que possibilitaria a produção de

alimentos à população, já que grande parte dos insumos consumidos no estado são externos a ele.

2.2. Breve panorama agrícola contemporâneo do estado fluminense

O estado do Rio de Janeiro é dotado de uma diversidade climática e topográfica acentuada, o que tem como conseqüência o desenho de atividades agropecuárias igualmente ricas. Assim, encontramos ali regiões de relevo bastante acidentado e com clima temperado ou subtropical, como a região Serrana, o Médio Paraíba e o Centro-Sul, mas também regiões de planície e clima tropical, como o Norte, o Noroeste e a Baixada Litorânea. Dessa forma, a variedade das microrregiões do estado acentua o caráter plural das produções estabelecidas.

De uma maneira geral, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários do estado parece não empregar técnicas consideradas modernas, nem ter aprofundado o paradigma produtivo característico da Revolução Verde. Na verdade, a estrutura fundiária local mostra-se bastante mal aproveitada, dominada por extensas regiões improdutivas, e não pelo agronegócio. Enquanto isso, os pequenos agricultores, que representam a maioria do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários, encontram-se descapitalizados e com imensas dificuldades de obtenção de recursos e crédito do governo, o que auxilia no caráter rudimentar da produção fluminense.

A própria configuração topográfica do estado é um empecilho à produção agrícola mecanizada, por ser extremamente acidentada e não apresentar grandes extensões de áreas contíguas. Além disso, as limitações para o desenvolvimento agropecuário e sua modernização no estado se remetem aos aspectos seguintes: baixa eletrificação rural; insuficiente oferta da rede de transportes em algumas regiões específicas, como o Norte e o Noroeste e a Baixada Litorânea; deficiência grande na capacidade armazenadora (apesar do estado contar com o segundo maior mercado consumidor de alimentos do país, ele não apresenta nem a décima capacidade armazenadora do país)¹⁶³.

¹⁶³ MALUF, Renato & WILKINSON, John (orgs.). *A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar do estado do Rio de Janeiro: desempenho recente e perspectivas*. Rio de Janeiro: SEAAP/UFRRJ-CPDA, 1997. 157p.

O Rio de Janeiro não aprofundou a sua transição para o paradigma hegemônico da Revolução Verde, como fora observado em outras regiões do país, entretanto, isso não significa que o estado permaneceu imune às transformações nacionais (e mundiais) processadas no âmbito da extrema modernização agrícola. Ao contrário, as mutações acionadas pela Revolução Verde foram intensamente sentidas no estado. Primeiramente, o estado foi afetado por uma imigração em massa de agricultores sem terra de todo o país, (também) como consequência das políticas modernizantes agrícolas, que desterraram milhões de trabalhadores nacionalmente. Muitos destes sujeitos acabaram se direcionando às favelas do estado, ou então foram destinados às áreas mais afastadas dos centros urbanos, sofrendo com a ausência de infra-estrutura e com a ineficácia do poder público. É interessante notar que parte destas famílias outrora expropriadas (elas ou seus descendentes) se constituíram e se constituem como atores políticos das lutas por terras no estado, participando de litígios em diversas áreas fluminenses por terras e sobrevivência.

Além disso, os efeitos da modernização conservadora também se fizeram sentir na alteração das técnicas e dos insumos utilizados por boa parte dos trabalhadores rurais. No estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Censo do IBGE, percebemos a intensa utilização de insumos químicos pelos agricultores, elemento chave do pacote tecnológico da “modernização” da agricultura, que tornou viciadas as práticas agrícolas dos pequenos agricultores em nível mundial e local¹⁶⁴.

Apesar do gargalo infra-estrutural que coíbe uma modernização mais agressiva da agropecuária fluminense, entende-se que alguns setores agropecuários do estado apresentam sinais de dinamização, como é o caso da produção olericultora nas regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste; a fruticultura praticada no Norte e Noroeste da Baixada Litorânea; e a criação de pequenos e médios animais, em especial a avicultura e a suinocultura, nas regiões Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba. Um problema verificado é que as áreas que no presente são as mais desenvolvidas na agropecuária fluminense se caracterizam por produzirem gêneros altamente perecíveis, o que apresenta o imperativo de elevação do índice de eletrificação rural do estado, ainda baixo nos anos 1990.

Apesar da baixa produtividade e do quadro desruralizador do Rio de Janeiro, a área é responsável por uma grande diversidade produtiva. Dentre os principais gêneros agropecuários do estado, destacam-se: cana-de-açúcar; mandioca; café; **fruticultura** –

¹⁶⁴ Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

banana, laranja, abacaxi, goiaba, maracujá, caqui, limão thaity, tangerina, coco verde; **olericultura**¹⁶⁵ – tomate, aipim, chuchu, quiabo, pimentão, repolho, inhame, alface, jiló, batata doce, pepino, couve-flor, abóbora, couve, salsa, vagem, milho verde, cenoura, abobrinha, berinjela, agrião, cebolinha, beterraba, chicória, maxixe, brócolis, ervilha, batata, nabo, rabanete; **cereais** – milho, arroz, feijão; **produção animal** – leite e carne (bovinos, suínos, aves)¹⁶⁶.

Ao se tratar da produção animal, destacamos a produção leiteira no noroeste do estado (leites C e B), apesar de haver produção em toda a região. A maioria dos produtores do estado são associados a cooperativas:

“Em grande parte dos casos elas [as cooperativas] são de pequeno porte e não possuem condições para o desenvolvimento de produtos industrializados, e nem para prestação de uma assistência técnica que atenda as verdadeiras demandas dos seus cooperados”¹⁶⁷.

Além disso, o baixo índice de eletrificação rural do estado compromete a potência da produtividade leiteira, uma vez que não há como armazenar o leite por mais de dois dias.

A pecuária de corte se estende por zonas variadas do estado, e não se concentra em regiões específicas, porém as áreas que apresentam os maiores números de animais são o Norte e o Noroeste com destaque para a criação de bovinos. Os animais são criados, igualmente a atividade leiteira, em pastagens naturais. Em relação às produções de aves e suínos, vemos que a maioria dos insumos consumidos pelos animais são importados de fora do estado. Destaque da produção de suínos na Região Metropolitana e da de aves na Região Serrana e no Centro-Sul Fluminense.

Os insumos consumidos pelos animais não são os únicos gêneros que vêm de fora do estado. A maior parte do abastecimento alimentar da população fluminense é oriunda de fora do estado. Podemos afirmar que apenas a produção de olerícolas suporta praticamente toda a demanda do estado. Já os gêneros, como leite, carnes, cereais e

¹⁶⁵ 70% da produção olerícola do estado vem da Região Serrana.

¹⁶⁶ Para maiores esclarecimentos acerca da natureza dos produtores e das condições de produção, consultar MALUF, Renato & WILKINSON, John (orgs.). *A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar do estado do Rio de Janeiro: desempenho recente e perspectivas*. Rio de Janeiro: SEAAP/UFRRJ-CPDA, 1997. 157p; e ALENTEJANO, Paulo Roberto. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2003. 376 p.

¹⁶⁷ Idem, p. 62.

frutas necessitam ser importados de outros estados ou de fora do país. As deficiências e demandas importadoras se consolidam tanto na produção agropecuária de tipo industrial como na *in natura*, o que denota a crise agrícola do estado e levanta o imperativo de transformações imprescindíveis.

O reduzidíssimo panorama da produção agrícola no estado não se coaduna às possibilidades de expansão desta produção, visto que há uma enorme quantidade de terras absolutamente inutilizadas, representadas por pastagens, que poderiam ser empregadas na fabricação de alimentos, servindo assim de subsistência às famílias que nelas trabalham, mas também se destinando às populações locais. Contraditoriamente, estas terras são marcadas pela concentração e especulação fundiária, ao serem tomadas por pastagens, plano que acaba pretendendo fazer das populações afastadas um rebanho excluído. Mas ao contrário desta dinâmica tão absurda, parte das famílias locais vêm historicamente se organizando diante desta tentativa de excluí-las enquanto um rebanho, pretensamente inertes às condições ameaçadoras que as rodeiam. Distantes de um olhar bovino, muitos grupos no estado se organizam, ontem e hoje, em busca de condições mais dignas de existência e vida, e para tal objetivo, empreendem feroz luta a favor do acesso à terra no estado.

2.3. Conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro

2.3.1 Disputas recentes: do pré-64 à redemocratização

Dentre os conflitos recentes por terras no estado do Rio de Janeiro, constatamos que a região da Baixada Fluminense foi palco das principais disputas desde fins dos anos 1940 até o período pré-ditatorial. Esta área era caracterizada por grandes extensões de terras desertas, pantanosas e insalubres, abandonadas com o fim do ciclo econômico da laranja, que vão ganhando relevo a partir de investimentos do Estado nos anos 1940, sob a proposta inicial de criação de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro. Esse novo olhar focado na “área de fronteira” entre o rural e o urbano representada pela Baixada Fluminense acabou por atrair a atenção de especuladores, estimulados por imensas possibilidades de lucros numa futura expansão urbana.

As principais pelepas eram entre grileiros e posseiros. Estes eram pequenos produtores de alimentos e, em número significativo, oriundos das fazendas de laranja desativadas durante a Segunda Guerra, ao terem se reduzido os mercados consumidores diante da conjuntura bélica. Já os grileiros encontravam-se:

“atraídos pela valorização das terras após as obras de saneamento da Baixada, que procuravam desocupar a área para especular com loteamentos para atender a demanda da expansão urbana por moradias, o que levou a um grande número de expulsões, ordens de despejo e resistências, inclusive, armadas”¹⁶⁸.

Ao se tratar das formas de luta destes agricultores-posseiros, inicialmente o máximo de tempo que conseguiam, mantinham-se nas terras, e alguns tentavam garantir essa permanência apelando à justiça, ao reivindicarem o direito ao usucapião, legalizador das terras possuídas. Como as leis não são sinônimo do que é e deve ser efetivado na realidade, o direito ao usucapião rapidamente foi abandonado pelos lavradores como principal forma de pressão. Definiram-se, assim, novas possibilidades de luta, calcadas no objetivo de desapropriação das terras griladas em benefício dos posseiros, como também em mobilizações bastante ofensivas, como ocupação de terras, diversas manifestações públicas (como atos, passeatas), e até resistência armada.

Em relação às ocupações, vemos que o caráter espontaneísta assumido nos anos 1930, 1940 e 1950 pelos camponeses desterrados nas ocupações na Baixada Fluminense ostenta outras feições posteriormente, pois: “(...) no final dos anos 50 e início dos anos 60 as ocupações passam a ser planejadas e entendidas como componentes fundamentais da luta pela reforma agrária”¹⁶⁹. Nos anos 1950 são criadas diversas associações de lavradores, incentivadoras das ocupações de terras agriculturáveis não exploradas e de áreas com titulação duvidosa. A formação das associações pareceu aprofundar a conscientização destes trabalhadores, reivindicadores agora de demandas sociais mais amplas.

O processo organizativo das dezenas de associações de lavradores que se formaram no estado do Rio desde fins dos anos 1940 culminou na realização da I Conferência Estadual de Lavradores do Rio de Janeiro, no ano de 1959, contando com a

¹⁶⁸ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Luta pela terra no Rio de Janeiro: 1950-1987*. Rio de Janeiro. S. ed., s. d., p. 1.

¹⁶⁹ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s.d., p. 14-15.

presença de cerca de 9.000 associados, representando 16 municípios. Dos debates e trocas deste encontro fundou-se a FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro -, que demonstrando o avanço e a organização da luta camponesa, logo se filiou à ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil¹⁷⁰.

A disposição das associações lavradoras no estado do Rio ratificava o significado político que suas ações vinham assumindo, desde a sua dinâmica cotidiana de lutas até formas mais representativas e com enorme peso simbólico, como as conferências realizadas pela FALERJ. As associações lavradoras contavam também com o apoio político de sindicatos urbanos, sobretudo os dos ferroviários e marítimos, o que aumentava o peso político de suas ações. Essa rede de apoios ultrapassava a contribuição dos sindicatos urbanos, expressando-se igualmente na ação de alguns parlamentares representativos da causa camponesa.

As disputas não se evidenciavam apenas pelo anseio à terra, pois este fim estava aliado à possível construção de uma sociedade diferente, ou seja, mais justa. A declaração de uma das lideranças do período pode ser esclarecedora da radicalização dos embates assumidos naquele período:

“companheiros, estamos chegando à conclusão de que para a aprovação da reforma agrária no Brasil será preciso que os lavradores de todo o país se levantem em luta mais vigorosa. Se quisermos ter uma reforma agrária de base, temos que seguir a experiência do povo cubano”¹⁷¹.

As ocupações de terras eram uma das principais formas de combate visando a reforma agrária. Salientamos, porém, que desde o início dos anos 1960, tais mobilizações passaram a contar com a participação de cidadãos, num sentido de reversão do êxodo rural, mesmo parcialmente. Os elementos urbanos no seio dos conflitos e das ocupações acabavam por ser usados como argumentos no esforço para deslegitimar e desqualificar a luta pela reforma agrária diante da “opinião pública”, fomentada pela imprensa corporativa, que insistia (e ainda insiste) em identificar a peleja por terras como “bagunça” e “alvorço”, em que se introduzem indivíduos

¹⁷⁰ A ULTAB é criada em 1954 e funciona como uma entidade que coordena as associações de lavradores em nível nacional. O direcionamento político da ULTAB é orientado pelo Partido Comunista do Brasil - depois chamado Brasileiro (PCB).

¹⁷¹ Declaração de Bráulio Rodrigues. In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s.d., p. 6.

afastados das diretrizes iniciais dos movimentos. O que se deve, porém, é tecer uma análise qualitativa através da recuperação do histórico de vida destes sujeitos, habitualmente expropriados no passado – os próprios ou integrantes de sua família como pais e avós -, e assim forçados a migrarem para o meio urbano em busca, minimamente, de subsistência. Esse plano, por si só, seria suficiente para justificar o retorno ao rural por eles/elas.

Os anos 1950 e o início dos anos 1960 evidenciam a politização da questão agrária não só no Rio de Janeiro, mas nacionalmente, mormente na ação das Ligas Camponesas, já referenciadas no Primeiro Capítulo. No estado fluminense a resistência do poder público se reflete em tentativas maciças de cooptação dos camponeses, seja na formação de associações de lavradores sem relações com a esquerda, seja na elevação do imposto territorial, entre outras possibilidades. Vemos, entretanto, que o desmonte dessa dinâmica de mobilizações rurais é determinado com a eclosão do regime militar¹⁷². Após o golpe, as tentativas de desmobilização assumem feições mais violentas, na truculência de prisões, torturas e mortes de lideranças camponesas e na repressão às organizações de agricultores. O período também é marcado por um grande número de despejos legitimados pelo Estado, retornando a posse de terra aos antigos “donos”, os chamados grileiros.

A ferocidade das ações encampadas pelos militares minimizou, porém não extinguiu a possibilidade de resistência camponesa nos anos da ditadura. As brechas permissivas a alguma forma de resistência eram mínimas, mas poderiam ser figuradas em manifestações individuais, como a permanência de alguns posseiros nas terras disputadas. Naqueles em que se pesava grande coação para a sua saída das áreas em litígio, acabavam forçados a migrarem para terras “sem donos” ou para as cidades, inchando as favelas na capital e na Baixada Fluminense.

Apesar das perseguições às lideranças do pré-1964 terem abalado a continuidade de lutas mais abertas pela terra, diversos conflitos foram contabilizados no período ditatorial de repressão mais intensa (até meados dos anos 1970). Havia certa constância nas denúncias que chegavam ao poder público pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), com maior grau de incidência nos objetivos de desapropriações. Logo:

¹⁷² A radicalização da questão agrária no Brasil, entre outros processos, motivou a instauração da ditadura em 1964. Sobre isso, ver: LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

“O sindicalismo que se implantou, desde 1962, a partir das associações de lavradores, não deixou de servir, embora de forma bastante desigual e de acordo com as regiões em questão, como porta-voz de pelo menos parcela dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra. Em grande medida herdeiros da tradição dos Círculos Operários, marcada pelas práticas assistencialistas, mas atuando em consonância com a Contag, fez a denúncia dos conflitos”¹⁷³.

Nos anos imediatamente posteriores à chegada ao poder dos golpistas, a maioria das disputas computadas se situava nas áreas já palco de conflitos na Baixada Fluminense, o que denota a permanente incúria do poder público nestes casos. Já nos anos 1970, os principais pólos de lutas estão na Baía da Ilha Grande e na Região dos Lagos. Naquela, há uma valorização de suas terras com a construção da rodovia Rio-Santos, o que favorece o acesso a esta área, sujeita a investimentos de grupos industriais e de projetos turísticos. A população rural ali residente era composta por caiçaras e remanescentes de quilombos e de fazendas escravistas, grupos desarticulados que facilmente foram expulsos das terras na ação de grileiros. Enquanto isso, a Região dos Lagos tem suas populações (posseiros e pequenos proprietários) afetadas pela especulação com fins turísticos, por empresas imobiliárias e de construção civil¹⁷⁴.

Vimos que as resistências camponesas no seio do governo militar são abafadas, porém não se tornam remotas. Mas é no contexto marcado pela redemocratização através da reforma partidária de 1979 em que:

“verifica-se intensa mobilização dos trabalhadores rurais como as manifestações em Angra dos Reis (Nov/80), atos públicos em Cabo Frio (mar/81) e em Cachoeira de Macacu (mar/80) todos denunciando as violências contra posseiros. Ocorrem também duas grandes manifestações na sede do Inca (dez/80 e jun/81) com apoio dos sindicatos, CONTAG e CPT, tendo como principal reivindicação a desapropriação das áreas em litígio que contribuíram para a desapropriação de São José da Boa Morte

¹⁷³ MEDEIROS et al. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: MEDEIROS & LEITE (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 2 ed. p. 140.

¹⁷⁴ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro*. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002. p. 115.

*em 22.1.81. Desta forma o campesinato ressurgia mais ativamente na cena política*¹⁷⁵.

Ao expandirmos nossa análise para o plano nacional, vemos que no início dos anos 1980 a luta pela terra passa a ganhar maior visibilidade, sobretudo nas ações dos colonos que futuramente constituiriam o movimento conhecido como MST, o qual surge na região Sul do país. No Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense aparece como palco dos conflitos agrários mais latentes do estado, prélios que se estendem por toda a década de 1980. Muitos deles representam os conflitos fundiários não resolvidos no pré-64, e contam, portanto, com as mesmas áreas disputadas e com parte dos mesmos sujeitos envolvidos.

É nesta retomada das pelepas fundiárias e na construção de novos alvos de disputa que surge o MST no Rio de Janeiro, que conjuntamente a outros movimentos sociais disputava a hegemonia da organização dos trabalhadores no estado. Parte substancial das tentativas de consolidação da entidade no estado transcorre durante o governo de Leonel Brizola (PDT-RJ), portador de ambigüidades em sua gestão no que diz respeito à questão agrária. No próximo ponto, pretende-se aprofundar as reflexões acerca desta temática.

2.3.2. A abertura política e as formações do MST no Rio de Janeiro

No Primeiro Congresso Nacional do MST, transcorrido no ano de 1985, foram deliberados os objetivos de territorialização e consolidação do movimento no país. As ações para estas tarefas se mostraram exitosas, e já no ano de 1990 o MST torna-se nacional, ao estar presente em todas as regiões do Brasil: Sul (em todos os estados); Nordeste (em todos os estados); Norte (em Rondônia); Centro-Oeste (em Goiás e no Mato Grosso do Sul); e Sudeste (em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais)¹⁷⁶.

De acordo com a leitura de Bernardo Mançano, o primeiro encontro entre o MST e trabalhadores do Rio de Janeiro ocorreu em 1984, quando um grupo de militantes do Paraná e do Rio Grande do Sul veio ao estado para conhecer o mutirão Campo Alegre, em Nova Iguaçu, numa clara tentativa de expansão do movimento. O

¹⁷⁵ MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Luta pela terra no Rio de Janeiro: 1950-1987*. Rio de Janeiro. S. ed., s. d., p. 4. Grifo meu.

¹⁷⁶ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

mutirão contava com 125 famílias, formadas predominantemente por trabalhadores urbanos e rurais expulsos de outras terras do estado. A articulação deste mutirão contou com especial apoio da Comissão Pastoral da Terra¹⁷⁷ e da Diocese de Nova Iguaçu¹⁷⁸.

É interessante acrescentar a existência de uma continuidade histórica entre a dinâmica agrária no pré-1964 e aquela verificada no período da redemocratização, tanto no que se refere aos atores sociais envolvidos, quanto no que diz respeito aos espaços em litígio. Observamos, porém, que as permanências históricas não são (e nem poderiam ser) absolutas, uma vez que o contexto histórico e o tipo de resistência são processados de forma particularizada.

Assim, concordamos com Paulo Roberto Alentajano, ao afirmar que:

“O contexto não é o da resistência ao avanço da especulação, mas o da fuga das mazelas do mesmo processo de urbanização para o qual foram empurrados compulsoriamente milhões de brasileiros. Os envolvidos nos conflitos não são lavradores ou posseiros que cultivavam a terra e se vêm ameaçados de expulsão ou que já expulsos buscam uma nova área para plantar, mas trabalhadores que por estarem vivendo em más condições, assolados pelo desemprego, a exploração no trabalho, o subemprego, as más aposentadorias, a violência, as precárias condições de moradia, vêm como alternativa retornar ao campo - no caso dos que haviam migrado para as áreas urbanas em década passadas - ou se direcionar para este - no caso dos que sempre habitaram áreas urbanas”¹⁷⁹.

Logo, quando comparada ao pré-golpe, uma diferença marca a **politização da questão agrária** no Brasil dos anos 1980: o país aprofunda a sua transição para um quadro predominantemente **urbano**. No caso do Rio de Janeiro, o estado acaba reproduzindo intensamente o processo de urbanização, portanto, no início desta década, 92% da população fluminense era urbana, com 81% residindo na região metropolitana.

A vertiginosa urbanização que marca o espaço geográfico fluminense está refletida na distribuição geográfica das disputas por terras, contabilizando-se em 107 os

¹⁷⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi fundada em 1975, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com os objetivos de denunciar e combater a exploração da mão-de-obra e a violência rural, a organização se tornou uma das maiores contestadoras do regime autoritário e da modernização conservadora no meio rural. As bandeiras de luta pela terra e de reforma agrária aproximaram a CPT de diversos movimentos rurais do Brasil, tendo destaque a atuação conjunta desta com o MST na formação e territorialização de assentamentos por todo o país.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro”. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002. p. 115.

conflitos fundiários encaminhados pelo governo Brizola. Destes, a maior parte se alocou na região metropolitana (80%) e os demais, na região litorânea (Rio-Santos e Rio-Campos). Dentre os objetivos, desejavam o “‘uso urbano’ (57), seguido do uso “rural” (44), “misto” (5) e ‘indígena (1)’”¹⁸⁰.

Quase a totalidade da população fluminense vivia em cidades nos primeiros anos da década de 1980, portanto não admira o perfil urbano dos sujeitos que são contemporâneos das mobilizações. Os desígnios destes homens na conquista da terra abarcam os sentimentos de “(...) volta ao campo como rejeição das favelas, volta às origens (saudosismo) e, principalmente, objetivando a sobrevivência, pois a maioria manteve seus vínculos empregatícios nos centros urbanos, onde suas mulheres e filhos residiam”¹⁸¹. Assim, os sujeitos políticos envolvidos nestes conflitos fundiários vão se destacar por seu perfil fortemente urbano, e na oportunidade de volta ao rural apresentam a intencionalidade de construir condições de sobrevivência mais seguras, podendo haver a concomitância das atividades agrícolas com outras fontes de renda. É também nesse contexto que se estabeleceu uma distinção mais nítida entre os que buscavam um local para morar e os que se interessavam por um pedaço de terra maior para a produção de alimentos, para a sobrevivência e comercialização.

O agravamento da politização da questão agrária no Rio de Janeiro é estimulado com a ocupação do cargo de governador do estado por Leonel Brizola, entre os anos de 1983 e 1987. Brizola foi um político cujo histórico de lutas estava ligado à esquerda e às questões agrárias¹⁸². Em seu governo ganhou destaque o caso da ocupação Campo Alegre, datada de 1984, o que forçou o governador a “criar uma política agrária para o estado, o que até então não fazia parte das preocupações centrais de seu governo”¹⁸³.

A ocupação da Fazenda Campo Alegre em Nova Iguaçu acabou por originar o mutirão Campo Alegre, obra de trabalhadores cujos interesses pela terra se misturavam à busca de um espaço para morar com maior segurança, e/ou terra para trabalhar. O mutirão Campo Alegre sinalizou a embrionária articulação do MST com trabalhadores

¹⁸⁰ NOVICKI, Victor de Araújo. “Governo Brizola, movimentos de ocupação de terras e assentamentos rurais no Rio de Janeiro (1983-1987)”. In: MEDEIROS et al (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 71.

¹⁸¹ Idem, p. 74-75.

¹⁸² Lembrar que Brizola foi um político incentivador das Reformas de Base do governo Jango, que dentre outras medidas, projetava uma reforma agrária no país. Enquanto governador do Rio Grande do Sul, foi um incentivador do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), contudo desapropriou áreas ocupadas pelos agricultores.

¹⁸³ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro*. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002. p. 113.

do Rio de Janeiro, pois dali foi tirada a deliberação de apoio a outros núcleos de famílias em luta por terras no estado.

Campo Alegre pareceu funcionar como mobilização para outras ocupações posteriores, parte delas lideradas por grupos pertencentes originalmente à própria Campo Alegre. Ocupações nas regiões de Japeri, Paracambi, Nova Iguaçu e Queimados transcorreram numa época de intensa mobilização pela terra na Baixada Fluminense. Outras regiões do estado, como a Região Serrana, dos Lagos e a Baía da Ilha Grande também foram marcadas por importantes querelas, entretanto a Baixada Fluminense é a área que assume as feições mais determinantes das disputas por terras no estado.

No que tange à articulação das lutas por terras no Rio pelo MST, vemos que duas lideranças do mutirão Campo Alegre foram indicadas para participar do primeiro congresso do movimento, passando a compor a sua coordenação nacional e tendo como objetivo construir a luta na unidade federativa. Entidades como o MST e a CPT apoiaram a resistência dos trabalhadores em ocupações nas regiões de Valença, Piraí e Paracambi, entretanto as lideranças do MST não conseguiram dar uma direção mais organizada e articulada às ocupações que estavam ocorrendo de forma isolada. Percebemos que tampouco se conseguiu formar novos quadros para tocar as disputas sócio-fundiárias. Além disso, a primeira tentativa de formação do MST no Rio não foi exitosa, pois as ações efetuadas não ultrapassaram a luta pelo acesso à terra, discordando das proposições oficiais do grupo¹⁸⁴.

Outro problema listado foi a cooptação de algumas importantes lideranças do MST que compunham a direção do movimento pela lógica assistencialista do governo Brizola. Os militantes acabaram priorizando a militância partidária pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), representante do governo, o que comprometeu a consolidação do grupo no estado. Tais limitações têm como eixo o controle que o poder público passou a exercer sobre o movimento, ao conceder os benefícios almejados pelas lideranças e ao vetar os anseios coletivos, negligenciando as reivindicações da entidade em conjunto.

Em face da impossibilidade do avanço e da territorialização do MST no Rio de Janeiro, a direção do grupo dissolve as suas ações no estado. De acordo com Leonilde Servolo de Medeiros: “Após 1987, no meu entender, ocorre uma desmobilização, perda

¹⁸⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

da visibilidade dos movimentos de luta pela terra no R.J tanto aqueles ligados ao MSTR¹⁸⁵ quanto ao MST, pois não mais ocorreram ocupações de áreas rurais”¹⁸⁶.

Houve um interstício – de 1987 e 1993 – no retorno da prática do MST no Rio de Janeiro, impossibilitando uma ação efetiva da entidade junto aos sem-terra fluminenses. Por outro lado, mesmo que parcialmente, os sem-terra do estado mantiveram relações com o MST através de reuniões, até decidirem, conjuntamente a outros estados, reorganizar as lutas no Rio. Outra forma de manter contato com o movimento foi a partir do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), onde essa relação era permeada por questões econômicas, como a busca de melhorias das condições de produção a partir de recursos públicos nos assentamentos, o que motivou a reorganização do grupo nas terras fluminenses¹⁸⁷.

A direção nacional do MST decide retomar a sua presença consolidada no estado do Rio de Janeiro a partir de 1993, o que levou o deslocamento de militantes de outros estados para o “cartão postal do país”. Nesse período há um deslocamento espacial das lutas pela terra no Rio de Janeiro, passando da Baixada Fluminense ao norte do estado, num processo de **interiorização do movimento**. Assim, as principais ocupações que ocorreram no estado até fins de 1997 localizavam-se no norte do Rio de Janeiro, uma área marcada pela existência de grandes latifúndios, forte exploração laboral, e intensa concentração fundiária. A crise do setor canavieiro incentivou as ocupações, algumas desfechadas por ex-trabalhadores rurais assalariados (não camponeses) das usinas falidas, tendo grande força a participação direta do MST. Até 1997 as ações pela reforma agrária no estado se voltaram para a periferia das regiões canavieiras, passando a alvejar terras de usinas nos municípios de Macaé e Conceição de Macabu, com a ocupação da fazenda Capelinha¹⁸⁸.

A partir daquele ano houve um segundo momento de interiorização do MST no Rio, com o movimento já consolidado. Assim:

“(...) as ações se deslocam para o centro da economia canavieira, ocupando terras da então falida Usina São João, situada a 7 km do município de

¹⁸⁵ Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

¹⁸⁶ MEDEIROS, Leonilde. *Luta pela terra no Rio de Janeiro: 1950-1987*. Rio de Janeiro. S. ed., s. d., 4p. p. 4.

¹⁸⁷ SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no estado do Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. João Pessoa, 2008. (mono).

¹⁸⁸ Idem.

*Campos dos Goytacazes, e dessa investida do Movimento nasce o assentamento Zumbi dos Palmares e o Che Guevara. Nesse mesmo período o movimento também se desloca para **Sul Fluminense** com a ocupação das fazendas do Salto e Primavera ambas no município de Barra Mansa, no entanto, só vai se territorializar nesta região a partir de 2000”¹⁸⁹.*

Num segundo momento de organização do MST no estado, este enfim consegue se estruturar de forma autônoma diante de outros grupos – sindicatos, partidos, Igreja. O projeto político nacional da entidade vai ser considerado a partir desta etapa, o que permite uma politização da causa agrária e a territorialização do movimento no seio das ocupações.

A retomada do MST no Rio de Janeiro teve como estratégia ocupar as terras canavieiras do norte, para assim tomar as áreas das usinas falidas no contexto de decadência do pró-álcool. O plano do grupo no sentido de possibilitar uma construção exitosa do MST no Rio era o de interiorização do movimento, adquirindo a região sucroalcooleira do norte papel central nestes objetivos, por ser área de volumosa pobreza e concentração fundiária.

O deslocamento de lideranças do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro condizia com a tarefa de rearticular os embates fundiários, sobretudo no norte fluminense. O apoio conjunto da CPT/RJ, de antigas lideranças do estado, e de uma base de trabalhadores do assentamento São Domingos foram primordiais na reestruturação do MST/RJ¹⁹⁰.

A interiorização do movimento também aponta para a relevante territorialização na região Sul, mormente no Médio Vale do Paraíba, com destaque para os municípios de Barra Mansa e Resende. O Sul Fluminense é uma região caracterizada por elevada concentração fundiária, seguindo as estatísticas nacionais. A área é marcada por forte urbanização, e se destaca economicamente como um dos maiores pólos industriais do estado. As práticas agropecuárias da região se distinguem pela elevada concentração fundiária, cuja posse de terra pertence, sobretudo, a grupos industriais e comerciários que não tem a renda principal proveniente da agricultura.

A interiorização do movimento não significou fugir do público predominantemente urbano nas causas da reforma agrária, mesmo porque o estado do Rio de Janeiro possuía, em meados dos anos 1990, 96% de sua população residindo em

¹⁸⁹ Idem, p. 28. Grifo meu.

¹⁹⁰ Idem.

zonas urbanas. Acompanhando as tendências de luta por terras ainda nos anos 1980, a retomada do MST nos anos 1990 é marcada pelo suporte de um público urbano. Essa situação se evidencia nos principais pontos de interiorização do movimento – o norte e o sul do estado.

No caso das populações envolvidas nas ocupações do norte, vimos que expressivo número de lutadores estava associado, de alguma forma, ao trabalho no corte de cana, como empregados, subempregados ou desempregados do setor. Sua residência se concentrava nas periferias das cidades da região, em especial Campos dos Goytacazes:

“Trata-se neste caso, em geral, de trabalhadores que moram em favelas e têm como única experiência agrícola o trabalho no corte da cana, ou de antigos operários das usinas que vêm seu mercado de trabalho reduzir-se cada vez mais em função das sucessivas falências e que buscam na obtenção de terra uma alternativa de sobrevivência, ou ainda de trabalhadores urbanos crescentemente excluídos pelo processo de modernização em curso nas atividades urbanas”¹⁹¹.

Das ações por terras na região Sul merecem destaque dois casos: o assentamento na ocupação da Fazenda do Salto, constituído em 1997, e o acampamento Terra Livre, efetivado no ano de 1999, cuja constituição será melhor detalhada em ponto adiante. As famílias envolvidas na luta na região Sul eram constituídas principalmente por trabalhadores provenientes da zona urbana, cujas atividades econômicas principais estavam na construção civil, na atuação como camelôs ou balconistas, serventes em empreiteiras das indústrias, empregadas domésticas e biscates em geral. Verifica-se, entretanto que as raízes e o histórico de vida da maioria destes sujeitos provêm de áreas rurais, habituados ao trabalho na “roça” quando mais jovens. Possuem, portanto origens camponesas.

O avanço das lutas por terras intermediadas pelo MST no estado é inegável, retomando de maneira orgânica um projeto de reforma agrária para o país. Porém, mesmo sob tais progressos, o movimento ainda tem um grande caminho a percorrer em sua empreitada de organização do grupo no Rio de Janeiro. Uma das questões fundamentais colocada na construção do movimento no estado é a sua formação de

¹⁹¹ ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro”. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002. p. 115.

militantes. Em fins da última década, as principais lideranças do MST fluminense eram militantes deslocados de outros estados, com o dever de auxiliar na organização dos anseios existentes. Isso acabou por refletir num certo desconhecimento da história agrária do estado do Rio por parte destes líderes, como também num choque cultural destes com a realidade dos sujeitos participantes das lutas, à medida que observavam comportamento alheio nos acampamentos e assentamentos hegemônicos pelo MST.

OCUPAÇÕES DE TERRA REALIZADAS PELO MST NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 1985- 2005

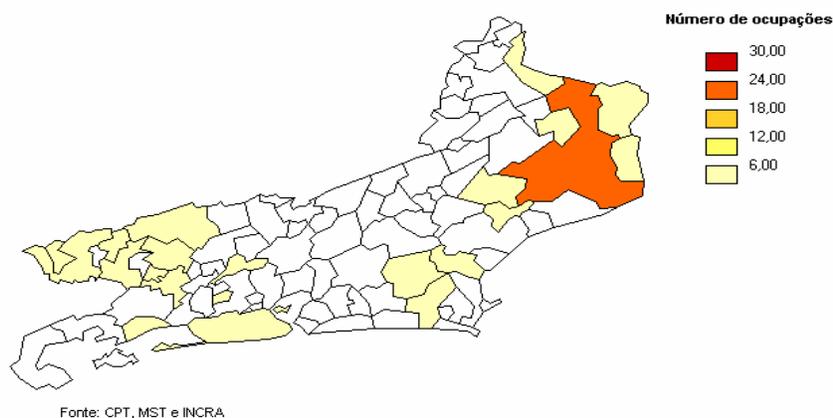


Ilustração 1: Ocupações de Terras – MST. Fonte: CPT, MST E INCRA.

Ainda neste período, a maioria dos componentes da direção estadual do MST era de militantes de outras unidades federativas, ocupando postos importantes na Coordenação de Frente de Massas, na Coordenação de Finanças e na Coordenação de Produção¹⁹². Tudo isso indica a necessidade, ainda presente, em se elaborar de maneira detida um trabalho de base para formar novos quadros no estado, e assim compor militantes habituados à realidade local, aspecto enriquecedor das lutas travadas.

Apesar das dificuldades e das limitações encontradas na expansão da organização e da militância no estado, os resultados das ações empreendidas pelos militantes e pela base do MST são inegavelmente progressistas no estado. A

¹⁹² MEDEIROS et al. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: MEDEIROS & LEITE (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. 2 ed.

multiplicação de acampamentos e assentamentos sem terra no Rio de Janeiro desde meados da última década vem se mostrando uma pedra no sapato das burguesias dominantes, que não raro, não medem esforços e violência para conter a iniciativa dos trabalhadores.

No próximo ponto buscar-se-á tecer pormenorizadamente a trajetória da constituição do acampamento Terra Livre, uma comunidade com muitos avanços apesar dos estorvos que lhe pesam. Os seus moradores ainda não receberam o título das terras, contudo não se intimidaram diante das incertezas. O acampamento Terra Livre ficou conhecido como um dos espaços do MST no Rio de Janeiro melhor organizados política produtivamente, inclusive se comparado a assentamentos. Abaixo apresentaremos o histórico de formação do acampamento, bem como o situaremos no interior da micro-região do estado conhecida como Sul Fluminense, para melhor entendermos a dinâmica desta comunidade.

2.4. O acampamento Terra Livre

2.4.1. Breves considerações sobre os municípios de Resende e Itatiaia

A comunidade Terra Livre está localizada no município de Resende, no sul do estado do Rio de Janeiro, e apresenta certas particularidades em sua constituição social, histórica e geográfica. O terreno faz fronteira com o município de Itatiaia, separado deste pelas águas do rio Paraíba do Sul, o que torna a comunidade socialmente integrada a ambos os municípios – Resende e Itatiaia.



Ilustração 2: Mapa da Região de Resende e Itatiaia no Estado do

Rio de Janeiro, 2007.
Fonte: internet

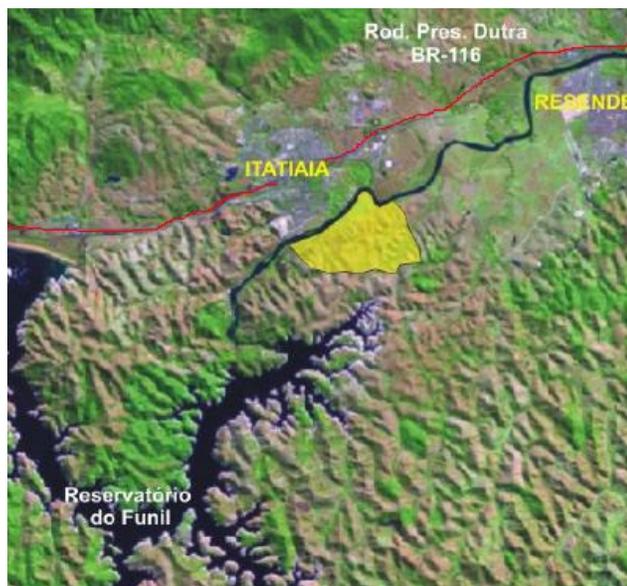


Ilustração 3: Mapa de localização do acampamento Terra Livre na região. A área do acampamento está em amarelo.
Fonte: Diagnóstico Agroambiental realizado pela Emater, 2002.

Resende está situado numa zona estratégica sob o ponto de vista econômico, ao estar próximo à fronteira entre as duas maiores metrópoles do país: os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Sua localização geográfica propiciou o acréscimo do fluxo de mercadorias, capitais e pessoas no município, contribuindo para a expansão demográfica, urbana e industrial. Estas atividades econômicas também foram instigadas pelo relevo plano comum na área, o que facilitou o seu crescimento.

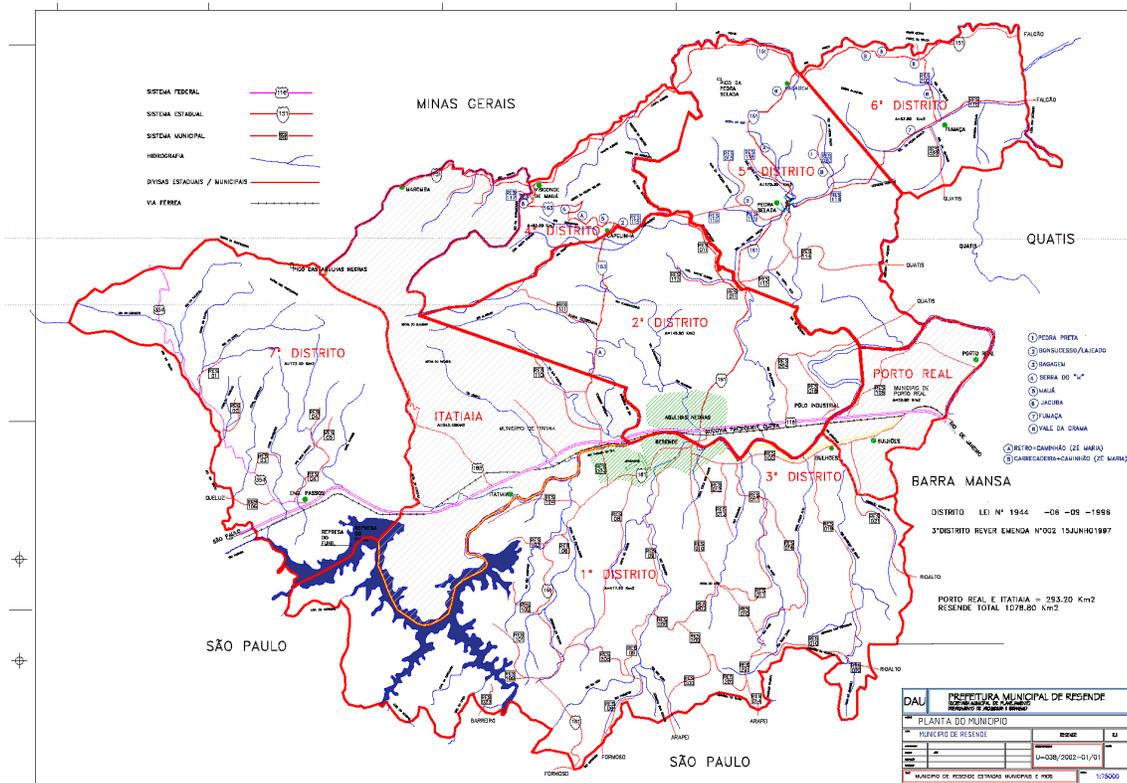


Ilustração 4: Mapa do município de Resende.
 Fonte: Site da Prefeitura de Resende.

A região é conhecida por ser um dos maiores pólos industriais do estado, ao sediar grandes empresas do ramo siderúrgico e metal mecânico, como também indústrias químicas especializadas em produtos farmacêuticos e veterinários. O intenso crescimento da região, sobretudo a partir dos anos 1950, trouxe consigo uma série de contradições, pois além da degradação dos recursos naturais, a instalação destes empreendimentos foi insuficiente para empregar a densidade de trabalhadores residentes ali, favorecendo situações de desemprego e miséria¹⁹³.

Enquanto isso, Itatiaia é um jovem município do estado do Rio de Janeiro, emancipado de Resende no final da década de 1980. O local faz fronteira com Resende e Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais, e compreende uma área de 225 km²,

¹⁹³ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. *A experiência da comunidade Terra Livre*. Resende, 2005. Resende, 2005; PEREIRA, Gladyson Stélio Brito. *A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei. Resende/Itatiaia. RJ (1993-1994)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

favoreceu a instalação de diversas indústrias e a atividade turística. A beleza do Maciço do Itatiaia com suas fontes de água, cascatas, rios e vegetação atraem turistas de diversos estados, em especial do sudeste. Nos dias de hoje a economia ainda gira em torno dos setores industrial e turístico, maiores acumuladores do PIB dali.

Com diminuta porcentagem da população residindo em área rural, o Sul Fluminense pareceu abandonar o seu passado agrícola, ao investir muito pouco na produção agropecuária. Em documento produzido pelo MST, vislumbramos as condições rurais especificadas:

“A agricultura na região Sul Fluminense é caracterizada pelo alto grau de concentração fundiária, a posse da terra em sua maioria pertence a grupos industriais e comerciantes que não têm a renda principal proveniente da agricultura, as terras em grande parte são marcadas pela baixa produtividade, sendo que a pecuária leiteira é a principal atividade desenvolvida, mas podemos constatar que os produtores de leite encontram-se descapitalizados e reféns dos laticínios”¹⁹⁴.

A negligência do poder público no atendimento das necessidades desses produtores e a deterioração dos espaços agrícolas pelos grandes proprietários de terras com queimadas e aração indevida têm gerado conseqüências calamitosas ao meio natural e às populações locais.

Com cerca de 96% de sua população residindo em área urbana¹⁹⁵, a região Sul Fluminense certamente possui características expressivamente citadinas, como alta concentração demográfica e forte presença industrial. A contradição reside no fato de municípios da circunscrição carregarem consigo aspectos culturais das relações rurais paternalistas e autoritárias estabelecidas no passado, como é o caso de Resende:

“Apesar da industrialização recente, o município ainda possui fortes laços com seu antepassado rural dos grandes fazendeiros e famílias tradicionais. Algumas evidências indicam que essa tradição rural se manifesta na má aceitação de conquistas históricas dos trabalhadores brasileiros, como por exemplo, os direitos trabalhistas ou mesmo da noção de autonomia de organização da classe trabalhadora. O próprio governo municipal é acusado

¹⁹⁴ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. *A experiência da comunidade Terra Livre*. Resende, 2005.

¹⁹⁵ Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.

de reproduzir, no trato com os funcionários da prefeitura, um mesmo comportamento de rejeição àquelas idéias”¹⁹⁶.

A despeito destes traços conservadores, Resende possui algum grau de reflexão e de organização política, norteados sobretudo pela influência de um clero católico progressista bastante atuante, ligado à Teologia da Libertação¹⁹⁷. O engajamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das dioceses da região contribuiu para a formação da consciência política de parte da população, denunciando as situações socialmente condenáveis, em especial àquelas envolvidas com as questões fundiárias¹⁹⁸.

Foi comum a articulação de lutas políticas entre a CPT e Sindicatos, em especial nas décadas de 1970 a 1990. Em uma das lutas conjuntas entre as entidades abriram-se os caminhos para a posterior ocupação da Fazenda da Ponte, terreno conhecido hoje como Comunidade Terra Livre. A fazenda foi denunciada pela CPT e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa nos anos 1990 como empregadora de mão-de-obra escrava.

2.4.2. A constituição do acampamento Terra Livre

O acampamento Terra Livre surgiu num momento de interiorização do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra no Rio de Janeiro, em busca de alargar as suas fronteiras e territorializar-se no estado. Dessa vez, o alvo dos sem-terra foi uma área conhecida como Fazenda da Ponte, localizada no município de Resende, sul do estado. A fazenda encontrava-se falida e estava embargada pela Justiça do Estado do Rio de Janeiro para o pagamento de dívidas trabalhistas, como também para quitar os débitos adquiridos com os fornecedores do local.

A fazenda fazia parte do espólio de Orlandino Klotz, que possuía inúmeras propriedades na região sul do Rio de Janeiro, várias delas apresentando denúncias

¹⁹⁶ PEREIRA, Gladyson Stélio Brito. *A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei. Resende/Itatiaia. RJ (1993-1994)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007. p. 93.

¹⁹⁷ Corrente teológica que identifica a pobreza como um pecado estrutural, mal em vista de ser combatido. Surge nos anos 1970, cujo arcabouço teórico é um misto de tendências filosófico-religiosas cristãs e marxistas. Acreditam que os cristãos devem se organizar de forma participativa e solidária, para assim combaterem a exclusão social.

¹⁹⁸ PEREIRA, Gladyson Stélio Brito. *A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei. Resende/Itatiaia. RJ (1993-1994)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

trabalhistas. Na fazenda funcionava uma granja, a Rocha Klotz, e parte das famílias ali empregadas residiam em choupanas no interior da própria granja, por não terem outras opções de moradia. Os abusos para com os trabalhadores estavam se tornando insuportáveis, e apesar da inexistência de alternativas de vida e de trabalho, estes se mostraram dispostos a reivindicar seus direitos numa situação de tensão latente.

Com o auxílio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa, construído num histórico de lutas conjuntas com a ala progressista da Igreja Católica - a Comissão Pastoral da Terra -, os empregados da granja Rocha Klotz passaram a denunciar os constrangimentos sofridos. Os funcionários da granja estavam vivendo uma realidade de trabalho escravo, submetidos aos seguintes excessos: ausência de limite para a jornada de trabalho, que englobava até a madrugada; inexistência de dias de folga; suspensão do assalariamento dos trabalhadores em troca de uma cesta básica que não supria as necessidades de subsistência, entre outros agravantes¹⁹⁹.

O caso da granja Klotz ainda perdura na justiça, e o local acabou falido e abandonado. Pelas relações sociais travadas ali, o espaço merecia ganhar novos contornos e práticas, numa tentativa de redenção de um passado aviltante. Assim, alguns anos depois das denúncias efetuadas contra a família Klotz, a Fazenda da Ponte é eleita como um dos locais em que se processaria uma ocupação do MST, numa tentativa de fazer cumprir a função social da terra.

O processo de ocupação da Fazenda da Ponte datou de março de 1999 e ocorreu sem maiores conflitos e violências físicas, selando a ação do MST junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra Mansa, órgão atuante nas denúncias de trabalho escravo provenientes da granja. Diante deste feito surge a “Comunidade Terra Livre”, cuja denominação visa rejeitar as desrespeitosas formas laborais outrora ali estabelecidas.

As cerca de 60 (sessenta) famílias que participaram do processo de ocupação da fazenda foram organizadas segundo as entidades colocadas acima, e provinham do próprio Sul Fluminense, especialmente dos municípios de Barra Mansa e de Volta Redonda. Muitas das famílias envolvidas na ocupação da Fazenda da Ponte eram originárias do acampamento Primavera, situado em Barra Mansa:

¹⁹⁹ PEREIRA, Gladyson Stélio Brito. *A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei. Resende/Itatiaia. RJ (1993-1994)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

“Esse acampamento se desloca para o município de Resende com a ocupação da Fazenda da Ponte em 1999. As famílias do Primavera ao se somarem com novas famílias que vieram para a ocupação, constituíam um novo acampamento por nome de Terra Livre”²⁰⁰.

Parte destes sujeitos veio também da Baixada Fluminense, encorajados por militantes do Setor de Frente de Massas do MST. A Baixada Fluminense é marcada por intensos conflitos e especulação fundiária, mormente durante o século XX, além do descaso do poder público nas questões sociais. Habitantes de acampamentos do MST nos municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Seropédica juntaram-se aos demais trabalhadores em busca de uma residência na Fazenda da Ponte, sendo a maioria oriunda do Sul Fluminense.

As origens das famílias participantes da ocupação que redundou na Comunidade Terra Livre são variadas: provenientes em sua maioria de zonas urbanas, parte desses homens e mulheres teve ligação com o meio e com o trabalho agrícola em algum momento do passado, enquanto alguns moradores afirmaram a ausência de experiências agropecuárias em época anterior, residentes desde a infância em cidades. As atividades econômicas urbanas desempenhadas por estes sujeitos eram prioritariamente de baixa qualificação, como nos mostram PIMENTEL, SANTOS & CHAVES:

“As famílias organizadas eram constituídas em sua maior parte por trabalhadores provenientes de zona urbana que tinham como atividades econômicas principais a construção civil como pedreiros, serventes, carpinteiros, o comércio atuando como camelôs ou balconistas, serventes em empreiteiras das indústrias, empregadas domésticas e biscates em geral”²⁰¹.

Muitos destes trabalhadores urbanos de pouca qualificação e de poucos estudos foram forçados a abandonar os seus pontos de origem, em geral rurais, pela precariedade das condições de vida antecedentes. A inexpressividade de investimentos públicos em suas cidades de procedência os estimulou a migrarem para zonas urbanas. Esse quadro marca bem o histórico de vida de alguns moradores do Terra Livre, originários de locais distantes, como o interior de São Paulo, de Minas Gerais e áreas

²⁰⁰ SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no estado do Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2008. p. 28.

²⁰¹ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. *Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade Terra Livre*. Resende, 2005.

rurais do próprio Sul Fluminense, que viram na migração para zonas urbanas do Rio de Janeiro uma possível saída para as suas mazelas.

A instabilidade empregatícia nas cidades inchadas e as débeis condições de sobrevivência das populações pobres podem lhes impor o imperativo de construção urgente de outros meios de existência. A opção dos trabalhadores em retornar à vida rural abandonada, fato permitido com a ocupação de terras, soa como uma alternativa viável que lhes possibilite maior estabilidade econômica e garantia de subsistência.

Nos parece interessante frisar o peso do norteamento econômico atribuído aos indivíduos que compartilharam a experiência de ocupar as terras da Fazenda da Ponte:

“Para muitas famílias que participaram da ocupação, e que estavam arraigadas pela cultura urbana, a ocupação de terras não passava de uma luta econômica, visto que, um pedaço de terra seria a possibilidade de resolver a maioria de seus problemas com relação as suas condições de vida. Então, um dos grandes desafios do MST era criar uma forma de organização espacial e de territorialização nessa nova comunidade, que buscasse ultrapassar os valores capitalistas e o individualismo, presentes na vida cotidiana das pessoas, especialmente daqueles que vivem nos grandes centros urbanos capitalistas como Rio de Janeiro e São Paulo. Outro grande desafio era incorporar a luta política do MST, que utiliza as ocupações de terras como forma de luta pela Reforma Agrária e por amplas mudanças na sociedade atual”²⁰².

A fim de construir um trabalho de base e de resgatar o senso comunitário entre as famílias esvaecido pelo processo de desterritorialização e de urbanização, as lideranças do MST primaram pela organização social e política das mesmas. Foram constituídos então núcleos de famílias, cujas tarefas dividiam-se em sua formação teórico-política e em atividades práticas, dentro e fora do acampamento. De maneira participava foi elaborado o regimento interno da comunidade, com a finalidade de estabelecer as suas regras de seu funcionamento²⁰³.

Viver no acampamento exigia a cooperação entre os seus membros, fortalecendo a identidade e os laços de amizade entre as pessoas, contudo não são excluídos

²⁰² SILVA, Thiago Lucas Alves da. *A comunidade Terra Livre: formação, territorialização e interações espaciais no Médio Vale do Paraíba Fluminense*. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

²⁰³ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. *Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade TerraLivre*. Resende, 2005.

momentos de tensão e conseqüentes afastamentos de indivíduos com idéias polarizadas. A cooperação entre os sujeitos era voltada para sanar dificuldades básicas como moradia, alimentação, água para o consumo, educação, mas também para combater as resistências do antigo arrendatário à ocupação.

A organização interna do acampamento estava se consolidando, afastando possíveis tentativas de apropriação do território ocupado. O comprometimento social das famílias teve como um de seus focos de luta a educação: já nos primeiros quatro meses da ocupação foi inaugurada uma escola de Ensino Fundamental de primeiro segmento no interior do acampamento. A Escola Chico Mendes é a primeira escola municipal rural do Rio de Janeiro a funcionar numa área ainda não assentada. A sua constituição representou um grande avanço para a comunidade, elevando a auto-estima da mesma, além de contribuir para a permanência das famílias no local, como instrumento de resistência na terra.



Ilustração 6: Foto da Escola Chico Mendes, Comunidade Terra Livre. Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.



Ilustração 7: Foto da Escola Chico Mendes, Comunidade Terra Livre. Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

O cotidiano das famílias no acampamento demandou uma produção mínima de gêneros alimentícios para a sua sobrevivência e reprodução social. Para isso, foi relevante a delimitação do espaço pertencente a cada família, uma vez que a maioria dos cultivos era feito de maneira individualizada. A comunidade foi dividida em três lotes, contando com cerca de 11 famílias em cada um deles, todas residindo em espaços individualizados. A produção de espécies alimentares ocorre na área plana do terreno, e a criação de gado é feita na zona ondulada do mesmo, localizada acima da vasta área plana. Essa divisão do espaço do acampamento em três lotes que priorizam o plantio na parte de baixo e as criações bovinas na parte elevada permanece até os dias presentes.

Uma das feições que particulariza a comunidade Terra Livre e que expressa o seu caráter progressista é aquela ligada à natureza do processo produtivo priorizado. Relatos dos moradores e documentos diversos do MST afirmam a existência da pauta agroecológica no Terra Livre desde os seus primeiros tempos, impulsionada frequentemente pela atuação do Setor de Produção e Meio Ambiente do MST no local. Alguns anos após a origem da comunidade vemos que as práticas agroecológicas e o trabalho coletivo avançaram bastante, em geral estimulados por parcerias do MST com uma série de instituições nacionais e estrangeiras, que fizeram avançar a conscientização social e ambiental das famílias ali residentes. Constatamos, entretanto, que muitas das iniciativas num sentido de formação agroecológica dos trabalhadores por parte do MST pareceram decair na segunda metade da última década, uma vez que a

época é marcada por uma relativa desmobilização política das famílias diante do movimento.

Interessa-nos aqui apresentar a trajetória sócio-histórica explanada acima de forma pormenorizada, para tentarmos analisar as transformações sofridas no interior da comunidade Terra Livre que envolvem a temática agroecológica e os possíveis processos de (des)recampesinização²⁰⁴ dos trabalhadores. Tal objetivo será efetuado em capítulo porvir.

2.4.3. Alguns aspectos físicos e sociais da área abrangida pela Comunidade Terra Livre

Sobre as características geo-físicas do espaço que abrange o Terra Livre podemos afirmar a existência de certas ambigüidades refletidas no cotidiano dos moradores. A comunidade fixa-se no município de Resende, abrangendo uma extensão de cerca de 426 ha, numa bela área estendida ao longo do curso de um trecho do rio Paraíba do Sul, o qual separa os municípios de Resende e de Itatiaia.



Ilustração 8: Vista da área elevada, Comunidade Terra Livre.

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

A beleza do lugar é latente, superestimada na atualidade com a recomposição da fauna e da flora como consequência do trabalho dos moradores do local. A comunidade

²⁰⁴ Tais conceituações serão explicadas detalhadamente no próximo capítulo.

também está localizada próxima a regiões comerciais, sobretudo o centro da cidade de Itatiaia, o que facilita a comercialização dos gêneros produzidos. O acesso à cidade é feito através do uso de embarcações, em geral construídas pelos próprios moradores. Outro ponto de destaque do acampamento consiste em seu potencial hídrico, não só pela proximidade com o rio Paraíba do Sul, mas também pela abundância de nascentes de água. Apesar da fartura hídrica, a sua utilização não é muito confiável, pois as águas do Paraíba do Sul mostram-se poluídas, e os benefícios da utilização das águas das nascentes estão reduzidos, uma vez que tais recursos vêm sendo contaminados pelo plantio do eucalipto pela empresa Votorantin, situada acima do acampamento.



Ilustração 9: Embarcação utilizada pelos moradores para a travessia do rio.

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.



Ilustração 10: Plantação de eucalipto da Votorantin. Vista da Comunidade Terra Livre.

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

Um dos maiores problemas enfrentados pelos acampados residia na péssima qualidade dos solos no momento em que chegaram ao local, terreno desgastado por décadas de atividades predatórias. O histórico das atividades produtivas sucedidas no lugar justifica a sua degradação: no século XIX o lugar era conhecido por uma exitosa produção cafeeira, substituída em tempos de decadência pela criação de gado para corte e leite. Já em fins dos anos 1970 a avicultura de corte associada à suinocultura despontou na região sul do estado, e reproduziu-se igualmente no terreno da presente comunidade Terra Livre, em sua extensão plana. Nesse mesmo período, a opção produtiva na área dos morros foi executada da seguinte forma:

“(…) nos morros, ocorreu o replantio da cultura do café seguindo as mais modernas técnicas utilizadas à época. Essa atividade, no entanto, foi logo abandonada devido à queda repentina dos preços internacionais do produto

o que tornou inviável a manutenção da cultura. Com isso, as terras altas foram novamente ocupadas com pastagem, em parte com brachiarias, e foi retomada a pecuária mista corte/leite”²⁰⁵.

O trabalho ligado à avicultura de corte permaneceu na localidade até o início dos anos 1990. A crise de tal atividade econômica na região aliada às querelas trabalhistas na Fazenda da Ponte cessaram a produção em vigor. Após décadas de uso indevido do solo, o saldo não poderia ser muito animador: o solo predominante da região - latossolo vermelho – estava em acelerado processo erosivo, acentuado não só pelas queimadas para plantio do café e pelo pisoteio e compactação do solo na criação de gado. A topografia local contribuiu para o desgaste, sobretudo numa área ausente de sua cobertura vegetal original, pois ali “Predomina [um terreno] ondulado à fortemente ondulado, com áreas de platô, fraldas e lançantes suavemente onduladas e, na calha do Paraíba, significativas baixadas”²⁰⁶.

Tudo isso indica as difíceis condições do solo na época em que as famílias decidiram ocupar aquela circunscrição, obstáculo que acabou apontando para o caminho da Agroecologia na comunidade, identificada, dentre outros objetivos, como meio de superar o quadro de degradação encontrado, mas também de oferecer sustento, autonomia e estabilidade às famílias. Como já destacamos previamente, a reflexão acerca das transformações na prática agroecológica no Terra Livre será objeto de investigação do capítulo a seguir.

²⁰⁵ FERREIRA, Thiago Lopes. *Dos sonhos de uma casa a casa dos sonhos: moradia e qualidade de vida na Comunidade Terra Livre*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA\UFRRJ, 2007. p. 46.

²⁰⁶ Idem.

Capítulo 3. As transições agroecológica e camponesa na comunidade Terra Livre

3.1. As opções sociais e ambientais na jovem comunidade

No capítulo anterior retratamos brevemente o histórico de vida dos moradores da comunidade Terra Livre e abordamos também o quadro em que se encontrava a área da Fazenda Ponte em tempos de ocupação. Neste capítulo, aprofundaremos as nossas reflexões acerca dos mecanismos acionados pelos trabalhadores para a sua manutenção na área ocupada e para a reprodução própria e de suas famílias. A opção por produções e estilos de vida agroecológicos vai permear a escolha de muitos destes sujeitos da reforma agrária, em seus delicados e complexos processos de recampesinização, em variados graus.

A origem predominante das famílias pertencentes ao acampamento era urbana, vítimas da “Revolução Verde” que expropriou milhares de trabalhadores do campo, num processo produtivo dispendioso baseado na mecanização e no uso de insumos químicos que destroem a natureza. As lideranças do MST presentes na comunidade Terra Livre apresentavam certo grau de consciência das conseqüências políticas e ambientais da Revolução Verde à sociedade como um todo, sendo assim, procuraram estimular aos agricultores a investirem em cultivos sustentáveis, desde os primeiros tempos da comunidade.

Neste sentido, discussões sobre os tipos de produção e comercialização agrícola ideais para a região da comunidade Terra Livre estiveram presentes já na juventude do acampamento. As famílias residentes foram suscitadas a optarem por cultivos agroecológicos como forma de restabelecer a permanência das famílias no campo e garantir a sustentabilidade dos agroecossistemas, perdida com o uso indevido da área em decorrência da herança da “Revolução Verde”.

Os malefícios desta agricultura “moderna” na região Sul do Rio de Janeiro são enumerados pelas lideranças do MST: alto grau de pastejo, sucessivas queimadas das pastagens, degradação das nascentes e matas ciliares e redução da biodiversidade. Visando fugir destas dificuldades, algumas destas lideranças afirmam que:

“(...) foi realizado um processo contínuo de observação e uso do espaço na fazenda, buscando aos poucos e com os poucos recursos disponíveis o reestabelecimento do agroecossistema na comunidade e a sobrevivência das famílias no campo”²⁰⁷.

No artigo citado, percebe-se que os moradores do acampamento elegeram a produção agroecológica primeiramente por questões econômicas, em face de suas limitações financeiras, uma vez que essa opção é realmente menos custosa, apesar de ter resultados a médio e longo prazo, ao respeitar os processos naturais. M., hoje uma das lideranças do MST na comunidade, retrata a situação inicial da produção:

“M.: E o princípio da Agroecologia no início do acampamento, foi muito mais por necessidade por falta de investimento, do que por noção política, né!? Você não tinha dinheiro para investir, por exemplo, em alguns tipos de herbicida que está todo mundo acostumado a usar em agricultura para fazer, precisa comprar isso, isso não é barato! Se você for ver o preço, os insumos hoje são caros... Então a princípio foi meio que por necessidade. “ Não, nós vamos ter que produzir do jeito que der...”, uma questão econômica... Até porque, se a pessoa tivesse a condição, do jeito que era degradada a terra, com certeza teria comprado alguma coisa, porque era muito, é muito degradada essa área. É um solo pobre, muito, mais empobrecido ainda pelo histórico da região do ciclo do café... Toda essa área foi muito degradada pelo café e pelo gado depois, né, o pisoteio... Uma área extremamente compactada e pobre de nutrientes (...)”²⁰⁸.

A opção de produções agroecológicas somente por demandas **econômicas** parece superestimar o papel da técnica no interior da ciência agroecológica, técnica esta que possibilitaria o incremento e a expansão dos cultivos para subsistência e a comercialização das famílias envolvidas, com o propósito de atenuar os apuros encontrados. Acreditamos que essa é uma visão predominante da Agroecologia para as Ciências Naturais e Agrárias, cujo paradigma agroecológico tende a subordinar aspectos sócio-culturais-ambientais aos técnico-materiais-ambientais²⁰⁹. Aqui, a recuperação e a

²⁰⁷ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. *Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade TerraLivre*. Resende, 2005.

²⁰⁸ Depoimento de M., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁰⁹ Podemos exemplificar essa afirmação a partir do aparato teórico de um dos autores mais destacados na construção epistemológica que envolve a Agroecologia no presente: o biólogo, botânico e ecólogo Stephen Gliessman.

reconstrução dos saberes populares aliada às bases científicas agroecológicas numa tendência mais participativa e holística (ao unir social, cultural, econômico e ambiental), parece ficar deslocada.

A premência na resolução das questões mais fundamentais de alimentação e subsistência encontraram na Agroecologia (no paradigma das Ciências Agrárias) uma chave para desenvolver aspectos de grande valia para a vida no acampamento. Gradativamente, e estimulados por lideranças do acampamento, os agricultores foram percebendo que tal alternativa técnica redundava em produtos saudáveis e de melhor qualidade, e que o equilíbrio no contato com a natureza nas relações produtivas era benéfico a todos os envolvidos. Ao mesmo tempo, a demanda por produtos saudáveis e livres de agrotóxicos igualmente encontrava mercado nas regiões imediatamente vizinhas ao acampamento: o centro da cidade de Itatiaia e trechos do município de Resende. A comercialização de produtos agroecológicos no entorno da comunidade funcionou como um capital simbólico catalisador de credibilidade às famílias acampadas, antes mal vistas pela vizinhança.

A difamação de quaisquer sujeitos ligados às atividades do MST em sua luta pela terra é constituída meticulosamente pelos meios de comunicação hegemônicos no país, historicamente ligados aos interesses das classes dominantes. A desconstrução dessa visão pelas populações vizinhas ao Terra Livre foi fortemente corroborada pela venda de produtos saudáveis e frescos pelos agricultores. Isso indica que os habitantes das adjacências do Terra Livre concluíram que ali havia não só trabalhadores, mas que estes adotavam práticas sustentáveis.

Vejam os outros trechos da entrevista com M. sobre os primeiros tempos da comunidade e da opção agroecológica:

“A princípio [a Agroecologia foi instituída por] condição de necessidade. Aí, como foi passando o tempo, a gente precisava também ganhar o apoio da comunidade no entorno, né? E no início foi bem complicado assim, quando chega assim, “Ah, vai chegar os Sem Terra na cidade!”, aí isso é... A população fica, né, com aquela idéia do MST, como coisa, fica todo mundo preocupado. E uma das maneiras de... Como eu disse de fazer essa aproximação, foi através da venda dos produtos, né, do excedente, e daí a garantia, essa diferença foi fazendo a diferença você ter um produto fresco e de qualidade, saudável, né, que como as pessoas sabiam que a gente não utilizava veneno, que o produto ia sair fresco e chegar a porta dele, muitas

peças deixaram de passar no mercado para buscar porque sabiam que fulano e fulano ia passar na porta dele levando”²¹⁰.

Estimuladas pelas lideranças do MST, as famílias acampadas intervíram de diversas maneiras na tentativa de recuperar a fertilidade dos solos e o florescer da produção. Ainda nos primeiros anos da comunidade foram tomadas uma série de medidas para a reconstituição dos ecossistemas locais. Uma delas foi a recuperação da cobertura florestal da região degradada, com o plantio de espécies nativas em uma das nascentes do acampamento num regime de mutirão de jovens e adultos, que mapearam as nascentes e escolheram a mais relevante para esse trabalho. A doação de mil e quinhentas mudas pelas Indústrias Nucleares do Brasil (INB) ao Terra Livre foi intermediada pelo MST, e ali as mudas foram plantadas ao redor da principal nascente do acampamento.

A introdução do cultivo de hortaliças comunitário e os cultivos de gêneros alimentícios variados aos poucos contribuíram para superar a exaustão do solo e recompor a fauna e flora locais, além de serem fontes importantes de sociabilização das famílias e de fortalecimento dos laços afetivos entre os participantes da ocupação.

Quanto à natureza dos modos de vida, produção e comercialização nos primeiros tempos da comunidade, vimos que as famílias adotaram práticas de cooperação, diante das incertezas e da hostilidade encontradas. A precariedade da infra-estrutura era explícita, o que forçava as famílias a se manterem unidas para reduzir os obstáculos. A moradia, a alimentação e a higiene dos acampados eram coletivas. Até sessenta famílias chegaram a residir num mesmo galpão, com cozinha e banheiro coletivos. Mesmo com os percalços existentes, as tentativas de melhorar as condições estruturais se faziam, como por exemplo:

“Fizemos um banheiro coletivo ali. O banheiro tinha fila direto. Parecia até o INPS (risos). Tomava banho... tudo nessa situação aí. Mas fizemos um negócio direitinho. Fizemos com fossa, tudo legal, tudo bonitinho, com água, instalamos água... Fizemos tudo direitinho mesmo”²¹¹.

As complicações produtivas e comerciais eram muitas, e a associação entre os moradores era necessária para manter a resistência nas terras. Produzir individualmente

²¹⁰ Depoimento de M., moradora do Terra Livre, 2010.

²¹¹ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

num solo degradado, sem incentivos adequados do poder público, e com limitações de saberes diante na inexperiência de alguns trabalhadores na produção agrícola eram empecilhos realmente consideráveis. Igualmente complicada era a comercialização dos produtos, pois as famílias deveriam driblar a desconfiança da população vizinha em relação aos “sem terra”, como também os intermediadores ou atravessadores comerciais e a concorrência dos mercados locais, muito antes ali estabelecidos. O relato de P. ajuda a entender o que foi aquele período:

“Tinha um lado lá que era o espaço coletivo que a gente plantava... [pausa] uma... [pausa] turma que se entendiam melhor, plantava junto. Eu comecei plantando com O. e T.. Depois eu mudei de perto... morava perto deles, morávamos todos juntos num barraco. Morávamos 12 pessoas num barraco: homens, mulheres, crianças, tudo junto. Depois nós separamos, ocupamos as casas, aí separamos, aí cada um foi plantar para si. Mas até hoje eu continuo vendendo produção dos outros também. Vendo a minha e vendo dos outros também”²¹².

Mesmo que houvesse diferenças entre as formas de produzir e a escolha dos gêneros cultivados pelas famílias, alguns aspectos diferenciais garantiam certa homogeneidade ao grupo. Dentre eles, um dos mais destacados é a contundente rejeição ao uso de agrotóxicos pelos agricultores ainda no início do acampamento. “Nós já chegamos aqui com essa idéia, e até hoje continua, é de **não** usar agrotóxico de maneira alguma”²¹³. Elementos químicos também eram rejeitados na adubação dos solos. Para restaurá-los, as famílias elegeram também uma forma orgânica de manejo: o uso de esterco de animais: “Mas tinha muito esterco porque aqui era granja e os galpões estavam lotados de esterco de galinha e de vaca também. Aí a gente tinha como produzir até melhor no começo”²¹⁴.

Os instrumentos de trabalho sempre presentes nos relatos dos acampados eram a enxada, enxadao, facão, foice e machado. O manejo se iniciava no capinar das áreas que seriam preparadas para o cultivo, para posterior aração e adubação dos solos. Neste processo, alguns agricultores se referem à terra como um elemento vivo sensível: “[Hoje] eu utilizo a enxada em tudo assim, mas depois que a terra já tá mansa, mas antigamente não tava mansa. Sempre fiz, amansei no cabo da enxada e da foice. Roçava

²¹² Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

²¹³ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009. Grifo meu.

²¹⁴ Idem.

e ia desbrocando na enxada²¹⁵”. Outros equipamentos, como roçadeiras e tratores foram sendo introduzidos no manejo dos agricultores, mas passados os tempos iniciais do acampamento. Os tratores são pleiteados junto à Secretaria de Agricultura, que os cede por um tempo às famílias, enquanto as roçadeiras foram doadas pelo Instituto Vale Flor, num total de três, uma para cada núcleo da comunidade.

O pontapé inicial dos cultivos no Terra Livre se deu com as hortaliças agroecológicas²¹⁶, e alguns meses depois a comunidade dedicou-se às espécies de quiabo, jiló, vagem, abóbora, milho, etc. O cultivo agroecológico de hortaliças se mostrou uma fonte de renda bastante importante para as famílias do Terra Livre, sendo a sua venda realizada nos municípios de Resende e de Itatiaia. A proximidade do acampamento com centros urbanos resultou numa troca contínua com a população da região, que passou a ter maior conhecimento do processo produtivo e dos anseios dos acampados, reconhecendo a relevância da iniciativa dos mesmos e passando a optar por alimentos que fazem bem à saúde e não degradam o ambiente. A comercialização de produtos agroecológicos foi inovadora na região, e a população pôde ter acesso desde então a gêneros saudáveis e num preço acessível.

O uso produtivo das terras da Fazenda da Ponte acarretou em uma alteração espacial considerável, corroborada por lideranças do movimento junto ao Terra Livre:

“Na paisagem onde se via apenas pastagens inicia-se uma intensa mudança pelo incremento da biodiversidade. O resultado do mapeamento da biodiversidade foi a compreensão de que em uma área onde havia apenas pastagem de brachiária atualmente possui 8 diferentes variedades de mandioca, três diferentes variedades de batata-doce, cará, seis variedades de milho, amendoim vermelho e amendoim preto, diversos tipos de plantas medicinais, várias hortaliças, feijão, favas, mais de 60 variedades de frutíferas, sendo que de banana encontramos cerca de 12 diferentes variedades cultivadas pelos acampados, além das várias espécies de pequenos animais criados”²¹⁷.

²¹⁵ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

²¹⁶ A Agroecologia aqui está mais próxima de uma transição técnica, para os moradores e as lideranças do MST.

²¹⁷ PIMENTEL, Vania; SANTOS, Eleidimar & CHAVES, Eilson. *Experiência agroecológica do MST no estado do Rio de Janeiro. A experiência da comunidade TerraLivre*. Resende, 2005.

Foi interessante verificar que esta reconfiguração espacial restabeleceu inclusive a fauna da área. Se antes a região afugentava certas espécies, no momento citado passa a atrair diversos pássaros, como também animais silvestres de importante preservação como tamanduás, capivaras e corujas.



Ilustração 11: Espécies plantadas ao longo do rio Paraíba do Sul , como ingás, bananeiras, etc..

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

A idéia de construção de um viveiro também foi implementada ainda nos primeiros tempos da comunidade Terra Livre, com o apoio de uma das lideranças do MST que trabalhava na Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro) como agrônomo. Com o auxílio da Emater, e a partir do trabalho coletivo, o viveiro foi construído no acampamento, o que também repercutiu na criação de laços afetivos e comunitários entre os membros do acampamento. Foi estabelecida a necessidade de um dia de trabalho coletivo (às quartas-feiras) no viveiro, para cuidar das mudas de hortaliças em bandejas, das mudas de frutíferas e de árvores nativas. O viveiro também era composto por uma unidade de produção de agrobio²¹⁸ e por um minhocário. Essa ação cooperada serviu para suprir as necessidades de produção das

²¹⁸ Agrobio é um tipo de adubo foliar, produzido à base de esterco e micronutrientes essenciais ao desenvolvimento das plantas.

famílias, mas contribuiu também para a formação de vínculos de solidariedade entre as mesmas.



Ilustração 12: Viveiro da comunidade²¹⁹.

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.



Ilustração 13: Viveiro da comunidade²²⁰.

Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

Uma outra forma de conscientização dos sujeitos no processo produtivo sustentável se deu com a redução parcial da tradicional prática de queimada. Lideranças do MST nos dizem que:

“(...) em um dado momento foi realizado um mutirão para apagar o fogo proveniente da fazenda vizinha, sendo esse mutirão um caráter inovador na região. Essa prática resultou no fôlego que os pequenos remanescentes de mata da área tiveram ao longo desses seis anos. Essa experiência é inovadora na região, pois a tendência é a saída de agricultores do campo e com essa experiência podemos afirmar o quanto é necessário uma reforma agrária que contemple a Agroecologia e que fortaleça na prática a cooperação e a economia solidária entre os moradores dessa nova comunidade”²²¹.

²¹⁹ A fotografia do viveiro é atual, do ano de 2009.

²²⁰ Idem.

²²¹ Idem, p. 6.

Redução das queimadas não significa extinção das mesmas. O desmatamento e as queimadas são práticas e técnicas agrícolas com as quais alguns dos trabalhadores estão habituados em suas experiências produtivas passadas, e, portanto, são difíceis de serem superadas. Um dos focos de conflito entre alguns agricultores e lideranças do MST reside na relutância daqueles em mudar tais hábitos. Em compensação, diversas famílias aceitaram e comprovaram os benefícios da redução destas práticas.

Parte das famílias residentes passou a ter maior consciência da importância de um processo produtivo mais harmônico com a natureza, porém esse caráter não se tornou único na comunidade. Assim, as movimentações dos militantes visando a formação de um acampamento em que a produção fosse direcionada para a sustentabilidade tiveram cisões internas. Muitas famílias abandonaram a oportunidade de retorno ao rural, como também não conseguiram superar a sua condição de descampesinizados. Assim:

“(...) Algumas pessoas, por dificuldades pessoais, ou por não se adaptarem à nova forma de vida e à produção agrícola desistiram do acampamento o que em alguns momentos causou bastante tensão entre os membros da comunidade. Quanto aos que permaneceram, o resultado quantitativo foi a geração de trabalho direto para cerca de 70 pessoas, que agora já sobrevivem de sua produção”²²².

Houve a promoção de uma série de cursos agroecológicos por diversas entidades para os agricultores. Quando perguntados sobre os cursos que fizeram, alguns dos moradores do Terra Livre responderam que:

“Eu fiz tanto (curso) quando eu morava em Miguel Pereira²²³ pela Emater, pela prefeitura, pelo SENAR, pela Embrapa, pela Rural (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro) como aqui eu já fiz pela Emater, fiz em Itatiaia pela Emater, fiz curso de compotas, curso de embutidos e fiz um curso (isso já em Miguel Pereira) de conservantes naturais, que não levam química, como a pectina, (ácido) cítrico, isso tudo para se produzir em casa. E na Emater de Miguel Pereira e na Emater de Resende eu já fiz cursos de embutidos, derivados de leite (não todos, uma parte dos derivados do leite), derivados de suíno, conservas, doces, salgados, congelados... Tudo isso eu

²²² Idem, p. 5.

²²³ Antes de ir para o Terra Livre a moradora participava de outro acampamento do MST em Miguel Pereira, até ser deslocada para Resende.

fiz pela Emater e prefeituras, tanto Miguel Pereira como Resende e Itatiaia”²²⁴.

“[O curso foi] aqui no galpão mesmo. Aprendi fazer todo o sistema de Agroecologia, conservação de solo, essas coisa toda. Adubação orgânica... muito bom. Embora seja muito trabalhoso, mas é muito bom, eficiente, ajuda muito, muito e muito. Sem esse tipo de coisa não pode ficar... Mais o quê? Algumas caldas... Calda bordalesa, agrobio, sulfato de cobre misturado também com outra coisa... Então, foram várias coisa que eu aprendi, no sistema agroecológico. E foi muito válido”²²⁵.

Alguns dos cursos de formação agroecológica promovidos por órgãos públicos - como a Emater - foram intermediados pela ação de lideranças do MST. Assim, se a própria entidade não ofereceu tantos cursos ao acampamento, serviu como intermediária da prática do poder público na comunidade. Uma das principais lideranças que investiram na formação agroecológica do Terra Livre era a militante V., citada em entrevista:

“V. era do projeto do Instituto Vale Flor. Ela trabalhava pela Emater e pela Prefeitura, pelos dois órgãos. Ela dava apoio para a gente pela Emater. Aí quando chegou o projeto da agrofloresta, a gente precisava do apoio da Prefeitura, aí a Prefeitura deixou ela mesmo porque ela já estava aqui. Inclusive ela morava aqui”²²⁶.

Parcerias do MST junto a instituições ou ONG's visando benfeitorias para a comunidade Terra Livre são comuns nos depoimentos coletados. Por exemplo: a cozinha coletiva construída próxima ao galpão de festas e à sala de informática do acampamento foi resultado da relação do MST com uma ONG francesa; a rede telefônica saiu pelas ações do MST junto ao Ministério das Comunicações; instrumentos de trabalho como roçadeiras foram doados por projetos do MST junto ao Instituto Vale Flor; o mesmo Instituto coordenou a construção de uma estufa de produção de mudas no Terra Livre.

²²⁴ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

²²⁵ Depoimento de G., moradora do Terra Livre, 2009.

²²⁶ Depoimento de O., moradora do Terra Livre, 2010.

Os cursos direcionados ao manejo agroecológico dos agroecossistemas por variados intermediários como instituições governamentais e movimentos sociais (MST) evidenciam o caráter técnico atribuído à Agroecologia. Este enfoque agroecológico insiste numa transição agroecológica que esteja centrada nas transformações dos padrões técnico-produtivos destes trabalhadores, estimulando-os a utilizarem insumos e a conservarem o solo e as plantas de maneira o menos predatória possível nas relações homem-natureza. A nós, não nos parece, entretanto que relações sociedade-natureza sejam tratadas de maneira mais complexificada nos cursos agroecológicos citados. O percurso total da cadeia produtiva que abarca não só a produção, como também o **consumo**, mostra-se apagado, onde a intenção endógena do consumo e produção, um dos cerne da Agroecologia, não foi trabalhada nos cursos oferecidos à comunidade.

E ficam algumas indagações, ainda na esfera da produção: se a Agroecologia se propõe a resgatar os conhecimentos camponeses ora perdidos com o avanço da agricultura capitalista no meio rural, aliados ao conhecimento científico, será que as vozes e as experiências dos agricultores do Terra Livre foram consideradas nestes espaços de formação? Ou será que a Agroecologia aqui é colocada de *cima para baixo*, ou seja, somente sob a perspectiva da técnica agroecológica de base científica? Será que esses cursos incentivaram a troca de experiências produtivas dos agricultores? Ou já vieram com as suas verdades prontas e fechadas, sem intenção de trocas entre os conhecimentos popular e científico?

Por exemplo, uma das queixas dos habitantes da comunidade é que os cursos oferecidos quase sempre exigem a participação de pessoas alfabetizadas, o que impede a presença de muitos trabalhadores. Agricultores com vasta experiência na “roça” ficam impossibilitados de participar e, talvez compartilhar os seus conhecimentos. Esses dados não são exclusividade do local estudado, pois como informa Eric Sabourin: “A maioria dos beneficiários [da reforma agrária] é analfabeta ou possui baixa escolarização”²²⁷.

“Olha... Desde que nós chegamos aqui, quase todo ano, o movimento consegue alguma coisa, algum curso para alguém daqui. (...). Aqueles que querem ir, não sabem ler. Quem fala “Eu vou”, não sabe ler. E o movimento tem um problema: eles visam muito quem tem mais estudo. Eu não tenho nem

²²⁷ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. p. 117.

o primeiro grau completo. Eu só estudei até a 6ª série. Na época era o primário. Quando eu estudei era primário. Tinha o primário e admissão. Primário era até a 5ª série, aí vinha admissão e depois que vinha o 2º grau. Só que agora esses meus estudos não têm valor, então agora eles me falam que eu sou semi-analfabeta, então não posso participar de nada”²²⁸.

Os depoimentos dos agricultores não abordam a sua possível participação na construção dos conhecimentos agroecológicos a serem implantados no Terra Livre estimulados nos cursos. A eles cabia reproduzir os manejos e técnicas oferecidos nos mesmos.

Logicamente, mesmo que a Agroecologia seja tratada dessa forma, tal entendimento apresenta um cunho bastante progressista, à medida que auxilia na desconstrução de possíveis práticas predatórias dos agricultores nas relações produção-meio ambiente. O que a faz limitada, é a tomada da Agroecologia tão somente como um meio de produzir sem degradar APENAS o meio natural e os agricultores em envolvidos. Mas e o que dizer das relações de consumo? E do trato com a comunidade no entorno? A cooperação e a solidariedade entre os acampados não pareceu ser pauta dos cursos agroecológicos.

O que queremos apontar então é que nos cursos agroecológicos propostos não só pelo MST, mas também por instituições que representam o poder público (Emater e as universidades) domina a compreensão da transição agroecológica como transição técnica, ao menos no caso estudado e citado. Sem intenções generalizantes, associamos essa compreensão ao caso da comunidade Terra Livre no que se refere à **assistência técnica**.

Indubitavelmente, a transição agroecológica impulsionada pelo MST junto às famílias acampadas não se resume aos cursos oferecidos ou intermediados pela entidade. Os passos para uma transição agroecológica que vise avançar devem necessariamente contar, para além de tecnologias adequadas, com o desenvolvimento de práticas comunitaristas.

Feições sociais cooperativistas não só para a produção, mas para a vida dos agricultores permearam sim as práticas do MST junto a estes, desde o pretérito acampamento. O movimento incentivou o auxílio mútuo, a participação e a solidariedade entre os trabalhadores nos setores produtivo (como a horta comunitária, a

²²⁸ Depoimento de E ., moradora do Terra Livre, 2009.

criação de um viveiro, do reflorestamento); comercial (venda coletiva, promoção de feiras); habitacional (moradia coletiva); alimentar (refeições coletivas); político (assembléias), etc. Acreditamos que esses elementos funcionaram como uma forma de conscientizar essas famílias dos benefícios das relações associadas, comuns nas práticas camponesas. Mesmo havendo a dissolução de algumas práticas ao longo da trajetória do acampamento, como a da moradia e alimentação coletivas, outras se mantiveram, em especial às relativas aos auxílios mútuos na produção e comercialização.

3.2) Mecanismos de recampesinização

3.2.1) Base social do Terra Livre

Com a finalidade de tecermos uma análise social dos processos que vêm possibilitando a recampesinização e a permanência das famílias da comunidade Terra Livre, acreditamos ser salutar recuperarmos alguns aspectos da composição social das famílias acampadas, para assim identificarmos os mecanismos de resistência e reprodução acionados diante do contexto social encontrado. Isso significa que tentaremos definir quem são os sujeitos sociais envolvidos na luta pela terra na comunidade estudada. Para tal, achamos importante reaver alguns debates significativos que envolvem a composição social do MST no país, para assim percebermos algumas das especificidades dos sujeitos que compõem a luta pela reforma agrária em regiões mais metropolizadas, como o Rio de Janeiro.

A constituição da base social do MST sofreu transformações ao longo da trajetória do movimento, resultando numa composição heterogênea. Criado no sul do país em 1984 por ex-camponeses proletarizados pela modernização conservadora, o MST pareceu dar uma resposta ao quadro de expansão dos novos latifúndios que estavam se fortalecendo. Mas quem eram os pioneiros destas reações? Colonos expulsos das terras indígenas no oeste do Rio Grande do Sul; posseiros do oeste de São Paulo expulsos de suas roças pela pecuária; famílias camponesas atingidas pela construção da

Hidrelétrica de Itaipu no sudoeste do Paraná; famílias camponesas com pouca terra no oeste de Santa Catarina²²⁹.

O MST agregou posteriormente assalariados agrícolas desempregados pela mecanização e trabalhadores diaristas rurais ou urbanos, conhecidos como bóias-frias. O alargamento de sua composição social acompanhou a territorialização do grupo pelo resto do país, ao estender as suas fronteiras até o norte brasileiro. Então, vemos que “À medida que o movimento se expandia e assumia dimensão nacional, já no início da década de 1990, essa “base camponesa pura” foi diminuindo, apesar de haver indicações de que seja, ainda hoje, majoritária, salvo exceções de cunho regional”²³⁰.

A participação de trabalhadores urbanos nas reivindicações pela reforma agrária do MST adquiriu maior expressão a partir dos anos 1990. Na tentativa de constituir uma organização massiva com forças de interpelação junto ao Estado, o MST lançou a postura de reunir o maior número possível de trabalhadores, não só mais aqueles de origem estritamente rural. Portanto, assalariados agrícolas demandadores de terras e até mesmo trabalhadores urbanos foram sendo trazidos para as fileiras do movimento²³¹.

As conseqüências das políticas neoliberais dos anos 1990 agravaram a situação econômica e social do país, desdobrando-se num montante de expropriados e desempregados cada vez mais numeroso, sujeitos que também passaram a compor a base do MST. Numa tentativa de definir sociologicamente os componentes do MST à essa época, concordamos que:

“Temos dessa forma, uma base social fundamentalmente heterogênea, policlassista, indefinida, composta por diversos grupos e classes sociais, que num esforço teórico de abstração podem ser classificados como parte significativa das classes dominadas da atual formação social brasileira”²³².

²²⁹ FERNANDES, Bernardo Mançano. “27 anos do MST em luta pela terra”. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B. & WHITAKER, Dulce A. (org.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafio e rumos da política de assentamento rurais*. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008.

²³⁰ COLETTI, Claudinei e MORAES, Reginaldo Carmello Correia de. “MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível?” In: MORAES, Reginaldo Carmello Correia de. (Org.) *Globalização e radicalismo agrário, globalização e políticas públicas*. São Paulo: editora UNESP, 2006.

²³¹ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. p. 116.

²³² KURIYAMA, Rafael. *Ideologias do protesto popular e o MST*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.

É recorrente no histórico das populações marginalizadas incorporadas pelo MST a condição de camponeses em tempos pretéritos, feição obstaculizada com a proletarização das mesmas. Logo, esses trabalhadores são forçados a venderem a sua mão-de-obra no campo ou na cidade, em condições não muito dignas e justas. Tal enquadramento justifica a imensa dificuldade teórica em caracterizar a composição social do MST, sobretudo em conceitos como os de camponês, proletário ou pequeno burguês, “pois na prática todas essas diversidades de classes se fundem e se confundem”²³³.

Bernardo Mançano Fernandes vai entender a formação social do grupo sob três momentos relacionados:

“As lutas que geraram o MST foram, simultaneamente, lutas de posseiros e arrendatários para ficar na terra ou expulsos ocupavam latifúndios (1979-1985). As lutas realizadas no segundo momento de formação do MST (período de territorialização e consolidação do movimento em todo o país, que engloba os anos de 1985 a 1990) foram predominantemente de trabalhadores rurais assalariados, que ocupavam terra para se livrarem do assalariamento. As lutas realizadas a partir do terceiro momento de formação do MST (época de institucionalização e consolidação do grupo, anos 1990 até hoje) contavam em parte com a participação de trabalhadores de origem urbana. Portanto, eram lutas que promoviam a ressocialização de trabalhadores que nunca tiveram terra”²³⁴.

No capítulo anterior, falamos brevemente das origens históricas e sociais das famílias que passaram a compor a comunidade Terra Livre. Por se localizar numa região altamente metropolizada é comum que os sujeitos atrelados à comunidade fossem provenientes de áreas urbanas, empregados em atividades de baixa qualificação, porém nem todos os acampados vinham do trabalho nas cidades. Parte deles era formada por trabalhadores rurais assalariados, descontentes com a pauperização de suas condições de vida. Havia também alguns desempregados, que aderiram ao processo de ocupação dos lotes como um meio de reequilibrar as suas vidas.

²³³ Idem.

²³⁴ FERNANDES, Bernardo Mançano. “27 anos do MST em luta pela terra”. In: FERRANTE, Vera Lúcia S. B. & WHITAKER, Dulce A. (org.). *Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafio e rumos da política de assentamento rurais*. Brasília: MDA, São Paulo: Uniara, 2008. p. 33.

Ocupações anteriores dos moradores do Terra Livre

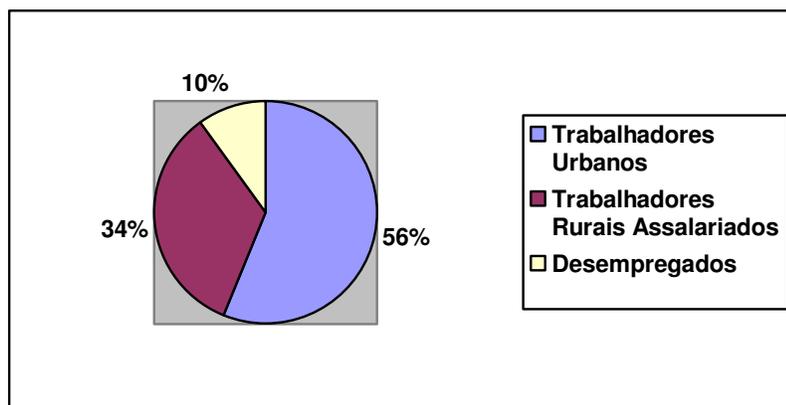


Ilustração 14: Ocupações anteriores dos moradores do Terra livre

Fonte: Pesquisa de campo. Priscilla Gomes da Silva. 2010.

Um aspecto comum que marca a maioria dos depoimentos coletados trata das origens camponesas destes sujeitos. Expulsos de suas áreas de origem - eles próprios ou membros de sua ascendência – estes trabalhadores passaram a viver como migrantes, em busca de condições de sobrevivência em áreas urbanizadas, ou a vida “lhes empurrou” para o trabalho no próprio meio rural. Tornaram-se assim trabalhadores assalariados proletarizados (urbanos ou rurais).

Habitantes da comunidade afirmam que a transposição de suas vidas para a cidade não apagou totalmente as práticas agrícolas. Vejamos as falas:

“Priscilla Gomes: A senhora já tinha experiências anteriores? A senhora já plantava...”

P.: Já, porque eu nasci na roça, me criei na roça. Depois fui pra cidade, mas... pra trabalhar na cidade, mas meus tios, minha tia que me criava, cabô que me criava morava na roça... (dia) de fim de semana eu tava na roça com ela.

Priscilla Gomes: E o que vocês plantavam lá?

P.: Era horta mermo. A gente só plantava horta porque ela trabalhava fora também. Aí plantava horta só pra comer. Mas fim de semana é que a gente limpava. Ao invés de descansar, a gente ia trabalhar na hortinha dela no quintal. Depois que eu formei minha

*família, por onde eu morava, eu fazia minha hortinha também, pra não ter que comprar*²³⁵.

Há também os moradores que já nasceram e foram criados em cidades, e que não apresentaram quaisquer saberes acerca da vida rural. O compartilhamento de saberes e a ajuda mútua presentes no acampamento possibilitaram a incorporação de conhecimentos necessários ao auto-sustento produtivo destes trabalhadores, que se mostraram entusiastas do estilo de vida que passaram a levar, mais “tranquilo” e seguro, pois garante, ao menos, a subsistência dos mesmos.

*“Inclusive tem um morador aqui, um companheiro nosso aqui que o primeiro cacho de banana que madurou na terra dele, ele queria que alguém arrumasse uma escada pra ele ir lá cortar o cacho de banana. (...) E esse que queria a escada pra cortar o cacho de banana, ele pegou o maxixe, inteiro, abriu um buraco no chão e enterrou o maxixe inteiro, dizendo que ia plantar maxixe. **Ele não tirou a semente.** Ele plantou a fruta inteira. Quer dizer, essas coisa aqui aconteceram. Até hoje ainda acontece muita coisa. Você pegar alguma planta e: “É assim que se planta?”. Enfim, né? **Aí a gente explica, ensina...**”²³⁶.*

Mesmo sem noções do trato agrícola, diversos trabalhadores se mostraram dispostos a aprender com os mais entendidos, tendo por fim garantir o sustento de suas próprias famílias. A participação nos cursos agroecológicos também contou com estes trabalhadores que vinham gradativamente adquirindo experiências sustentáveis em seus lotes.

“Cheguei aqui, menina, ó, não sabia fazer nada! Eu penei, mas como eu penei pra conseguir... Hoje, você vê... Engraçado, mas sô eu que cuido lá das plantação. Tenho criação de coelho, tenho vaca, aprendi a tirar leite...”²³⁷.

Outros moradores que também possuíam as suas raízes nos modos de vida urbanos rejeitaram o que chamam de “estilos de vida” rurais. Segundo alguns relatos, eles não se interessam na produção agrícola, nem mesmo para o auto-consumo, e se

²³⁵ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

²³⁶ Depoimento de A., moradora do Terra Livre, 2009. Grifo meu.

²³⁷ Depoimento de V., moradora do Terra Livre, 2009.

empregam em atividades fora do acampamento, para assim garantir a sua sobrevivência. Para esses indivíduos, que sem dúvidas são esmagadora **minoría** no contexto do acampamento, a agricultura e o trabalho na terra são atividades inferiorizadas. Tais trabalhadores, portanto, não se mostram interessados em transformar os seus padrões culturais e materiais, portadores de discursos e valores urbanos. Estão, portanto, afastados de uma possível dinâmica recampesinizadora.

3.2.2) As transições agroecológica e camponesa

Vimos que ainda nos primeiros anos de estabelecimento da comunidade Terra Livre em Resende, as famílias, de forma geral e estimuladas por lideranças do MST, passaram a entender o valor de produzir de forma sustentável, sem depredar homem e/ou natureza. Falamos também das formas de ação comunitárias que desde cedo foram essenciais à permanência das famílias ali, pois cercados de hostilidades mercadológicas e ambientais, tinham na união e no auxílio mútuo ferramentas de superação das críticas condições de vida.

A moradia e a convivência em barracas de lona espalhadas pelos galpões já existentes cederam lugar, cerca após de um ano dessa situação, ao estabelecimento das famílias em seus respectivos lotes, ao longo de três áreas delimitadas na baixada da antiga fazenda. As famílias deliberaram residir em lotes individualizados, demarcando bem as fronteiras entre as diversas moradias. No que diz respeito ao cercamento do terreno, aproximadamente 80% dos lotes possuem cercas:

“Esses dados demonstram claramente a cultura do cercamento muito presente nas práticas e entendimentos das pessoas. Parece haver a necessidade de demarcar a posse, estabelecer o que é de cada um. Quando se justifica tal prática pelo controle da criação, é na maioria dos casos referente à criação do vizinho. Isso demonstra mais uma preocupação em estabelecer limites territoriais de posse do que contenção de gado, já que a cerca limita todo o lote e não apenas a área de criação dos animais”²³⁸.

²³⁸ FERREITA, Thiago Lopes. *Dos sonhos de uma casa a casa dos sonhos: moradia e qualidade de vida na comunidade Terra Livre*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, 2007.

Mas se, por um lado, as famílias apresentavam intenções individualizantes referentes as demarcações de suas moradias, por outro, muitas das práticas realizadas em suas próprias moradias contavam com um caráter eminentemente comunitário.

“Depois eu mudei de perto... morava perto deles, morávamos todos juntos num barraco. Morávamos 12 pessoas num barraco: homens, mulheres, crianças, tudo junto. Depois nós separamos, ocupamos as casas, aí separamos, aí cada um foi plantar para si. Mas até hoje eu continuo vendendo produção dos outros também. Vendo a minha e vendo dos outros também. E pra plantar, a gente também planta junto, ajuda a roçar, a limpar a área...”²³⁹”.

Os hábitos de auxílio nos plantios e nas vendas não foram específicos da época do acampamento coletivo, momento em que imperava a necessidade de ajuda coletiva para a sobrevivência de todos. Esse período pareceu ser de grande importância na construção de laços entre as famílias que mais se identificavam, vínculos que permaneceram estreitos com a ocupação dos lotes individuais pelas mesmas. O manejo coletivo dos recursos e o mutualismo do trabalho, aliados a comportamentos solidários na comercialização dos alimentos produzidos na comunidade configuraram práticas de reciprocidade entre os acampados. O apoio entre as famílias é traduzido na fala de uma das depoentes:

“E gostamos de ter contato com o pessoal aqui dentro. Eu gosto assim: Os que eu conheço dentro eu não tenho nada do que reclamar, o pessoal dá apoio... me dá muito apoio... aduba, roça... dá apoio pra nós porque sabe que nós somos pessoas que trabalham. Porque a gente tamo aqui, não é porque é... pra ter um canto, pra ficar escondido não. É porque a gente gosta de plantar, a gente gosta de trabalhar. Aí a gente tá sempre trabalhando, fazendo que a gente pode, porque o povo já tá cansado já. Na verdade a gente já tá cansado. Mas a gente não desiste fácil não. Pega em Deus e vamo à luta”²⁴⁰.

²³⁹ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

²⁴⁰ Depoimento de T., moradora do Terra Livre, 2010.

O suporte comum entre os acampados vai para além da esfera produtiva e comercial, e aparece também em casos de saúde, apoio para alguma viagem, festas e outras confraternizações, almoços em família, etc.



Ilustração 15: Galpão em que ocorrem as confraternizações entre as famílias. Comunidade Terra Livre. Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

Conforme Eric Sabourin, as comunidades camponesas se orientariam por algumas características específicas, e dentre elas, o autor atribui ênfase à **reciprocidade**. Para ele, reciprocidade seria a dinâmica de reprodução de prestações, geradora de vínculo social. Ele também define a reciprocidade como “o redobramento de qualquer ação ou prestação, que permite reconhecer o outro e participar de uma comunidade humana”²⁴¹. Eric Sabourin difere reciprocidade de troca: esta teria um caráter econômico acentuado, baseado prioritariamente em interesses materiais, enquanto a reciprocidade apresenta um caráter simbólico mais forte do que o econômico, no sentido de fortalecimento das relações interpessoais e coletivas e nos sentimentos de amizade e de solidariedade.

Na dinâmica do processo de recampesinização das famílias da comunidade, acreditamos que essa condição de reciprocidade esteja presente nos modos de vida destes sujeitos, respeitando as particularidades inerentes a cada indivíduo em sua

²⁴¹ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. p. 116. p. 51.

trajetória social. Assim, no movimento recampesinizador em curso no Terra Livre podem ser observados distintos **graus de campesinidade**, que significam diferentes variações de reciprocidade.

A **hospitalidade** seria uma das primárias formas de reciprocidade, visível em práticas como as de doação de água e alimentos e as de oferecimento de estadia²⁴². Estes costumes parecem corriqueiros ao observarmos o comportamento de muitos moradores do Terra Livre. O oferecimento de um “cafezinho”, ou de refeições propriamente ditas, e a concessão de estadia e a garantia da casa “sempre de portas abertas” foram hábitos comuns em todas as moradias que visitei. Sem dúvidas, um dos aspectos marcantes da visita a campo foi a hospitalidade da comunidade.

Como sugere o termo, recente e proveniente da ação das Comunidades Eclesiais de Base, **comunidade** “(...) pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns”²⁴³. Logo, a denominação do acampamento como **Comunidade Terra Livre** parece não ser gratuita, apontando para noções de reciprocidade e de compartilhamento de recursos cultivados naquela área ainda em seus primeiros tempos de ocupação. Ainda, é importante lembrar que “comunidade” passou a ser a maneira de auto-definir o local em que aqueles trabalhadores moram. Ao serem questionados sobre a zona onde residem, não a chamam de acampamento, e sim de comunidade.

A troca de saberes e de conhecimentos entre as famílias para os variados cultivos e criações de animais foi uma ferramenta crucial na aprendizagem produtiva destes trabalhadores. A ajuda oferecida pelos mais experientes figura em múltiplos depoimentos, construindo relações de reciprocidade sólidas. L., trabalhador rural assalariado, teve na maior parte de sua experiência agrícola a limpeza e a ensilagem em milharais e a ordenha de vacas. Hoje é um dos mais destacados produtores do lugar, acumulando conhecimentos em policultivos, além da criação de variados animais para o leite e corte:

“É. Eu fui aprendendo (...) Então o que eles falavam e eu ia pescando, eu ia captando, eu vinha guardando. Então eu já fui justamente querendo fazer... Igual teve um dia eu plantei... que eu fiz uma horta. Aí um cara chegou pra mim e falou: “Poxa cara, você não pode

²⁴² SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. p. 116.

²⁴³ Idem, p. 48.

plantar isso aqui não, porque isso aqui, você vai encharcar cara. Vai encharcar e não vai ficar bom. Você vai plantar esse pé de mandioca aqui? Aqui quando der uma chuva aí, vai encharcar cara. E isso aqui é mandioca cara. Apodrece. É bom você plantar ela num lugar assim que... você vê que não vai ficar com tanto volume de água e tal...”. Então são coisas que as pessoas falam pra você, você não tem idéia, mas são coisas que é válido. Nessas conversinhas, nessas críticas que eles vão fazendo e você vai aprendendo”²⁴⁴.



Ilustração 16: Policultivos agroecológicos no lote de L. Comunidade Terra Livre.
Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

O intercâmbio de experiências e as variadas contribuições interfamiliares vêm condicionando algum grau de auto-suficiência referente aos alimentos consumidos pelos agricultores. Parte dos entrevistados afirmou que a terra enquanto moradia não era o único objetivo da ocupação, “porque quando nós chegamos aqui, o objetivo de um era o de todos. Era plantar para ter *pra* comer e vender *pra* comprar o que não tinha²⁴⁵”. A redução da dependência econômica de mercados maiores e a busca por autonomia já estavam presentes, portanto nas intenções de alguns dos acampados desde o início da ocupação.

Hoje, a maioria das famílias basicamente produz quase tudo o que consome nas refeições diárias. Os principais cultivos que pude perceber nos lotes em que visitei

²⁴⁴ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

²⁴⁵ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

foram os de frutíferas – acerola, banana, limão, laranja, coco, jaca, manga, tangerina, abacate, mamão -; hortaliças – alface lisa, crespa, couve; leguminosas – pepino, feijão, vagem, chuchu, abóbora; tubérculos – inhame e mandioca; e cereais – milho. Todas as casas também contavam com a criação de animais: galinhas e/ou porcos. A criação de espécies bovinas ocorre na área elevada do Terra Livre. Os animais são mantidos de forma livre e as criações se dividem entre as três unidades do acampamento.



Ilustração 17: Criação de galos e galinhas no lote de uma moradora. Comunidade Terra Livre. Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.



Ilustração 18: Criação de animais na área elevada.
Comunidade Terra Livre.
Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

Ao serem questionados se conseguiam sobreviver apenas com o que produziam, alguns dos moradores disseram que:

“Aqui a gente colhe quase tudo que a gente precisa para comer, né!? Aqui a gente tem quiabo, tem jiló, tem abóbora, tem couve, tem... Agora já tem o café aí, o nosso [inaudível] já está cheio de fruto para a gente colher café... E eu fico... contente (...) Animais nós temos um, um lote bem bom, nós temos 29 cabeças de gado já... A gente começou com 5 bezerras, meu marido comprou 5 bezerras, e aquelas bezerras já produziram, elas já estão na segunda cria já... E estão seguindo, graças a Deus, está dando bastante leite... A gente toma o leite, vende leite, faz um queijinho né, para as despesas... Galinha também, eu sempre criei muita galinha, agora que eu diminuí um pouco²⁴⁶”.

“Eu, pelo menos, eu vivo só com o que eu produzo. Não tem de onde tirar, de outro lugar para tirar. É só o que eu tenho (...) E a produção para comer mesmo que a gente planta aqui é feijão, é milho... Quando tem milho verde a gente aproveita para comer. Mandioca, batata-doce... Essas coisas a gente planta para ter sempre²⁴⁷”.

²⁴⁶ Depoimento de C., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁴⁷ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.



Ilustração 19: Policultivos agroecológicos de hortaliças e leguminosas (ao fundo).
Comunidade Terra Livre.
Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

Muitos dos alimentos são produzidos no interior dos lotes, com exceção de alguns dos gêneros da cesta básica do brasileiro, adquiridos com a verba da comercialização dos excedentes ou com atividades pluriativas, discutidas posteriormente:

“Arroz, sal, macarrão, isso a gente não tem como, mas o resto a gente produz aqui mesmo...”²⁴⁸”.

São muitas as manifestações de solidariedade e de reciprocidade acionadas pelos agricultores, mas temos no escambo de saberes para a produção de sementes e na troca das sementes propriamente ditas exemplos destas condutas. Eric Sabourin também alega que a solidariedade camponesa “(...) se manifesta nas doações de alimentos e sementes, bem como nas ajudas de trabalho sem retorno sistemático, no caso de uma colheita ruim, doença ou acidente em uma das famílias²⁴⁹”. Dona N. declara o trato das sementes efetuado por ela:

²⁴⁸ Depoimento de V., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁴⁹ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009. p. 52.

“ Às vezes, né! Às vezes a gente utiliza a própria semente da própria colheita, né!? Mas quando quer plantar mais quantidade aí a gente compra! Compra semente de quiabo, semente de abóbora... Abóbora de melhor qualidade... E às vezes a gente ganha também assim, as pessoa dão, né!? Por exemplo eu tenho uma abóbora aqui muito boa, tirei semente então eu passo para outro que essa semente é de boa qualidade. E outra pessoa também tem, aí trás para a gente. **Então é tipo assim uma troca, né²⁵⁰!**”.

Já para um grupo de famílias, a alternativa de produzir as próprias sementes não despontou, mesmo com o compartilhamento de idéias e práticas. Uma das agricultoras relata as tentativas do grupo (cerca de 8 famílias) em produzir as próprias sementes:

“B: Primeiro foram comprados pacotinhos na casas de rações. Depois nós tentamos fazer a nossa própria semente, só que ela não produz o suficiente. Ela fica pura, sem agrotóxicos, porque a semente já vem com agrotóxicos. O **quiabo** Santa Cruz que é desse tamanho, se você tirar a semente e plantar de novo, ele dá desse tamaninho. O **jiló** dá bichado. Aí nós paramos de fazer a nossa própria semente. Tem muita gente que ainda compra pacotinho aí fora. O meu filho, como todo mês ele vai ao Rio de Janeiro, ele vai ao CEASA comprar. Você colhe a semente da **alface** nasce um pé bonito, mas ele não cresce. Ficam aquelas folhas enormes, as folhas são enormes, mas ele não fecha. Fica aquela alface aberta. A **chicória**, as primeiras folhas são grandes, as outras de dentro são desse tamaninho... Não compensa (...) Antes de chegar a época de você colher ela está já amargando, está dura... Aí não vale à pena. (...) **Couve chinesa**: Plantamos a couve chinesa. Deu cada uma enorme. Fechou. Ficou linda. Plantei lá embaixo perto daquelas árvores. Aí o pai de F. deixou dois pés para dar semente. Tiramos a semente. Plantamos e ela não fechou. Ficou igual a um pé de mostarda. Foi dando as folhas e não deu aquela cabeça. O **repolho** não deu cabeça. Deu uma cabecinha desse tamaninho. A **couve-flor** não deu nenhuma. Ela nasceu, deu aquelas folhas, não deu uma couve-flor, não deu uma cabeça, nem flor ela deu. Morreu. O **brócolis**: Nós tiramos semente e plantamos. A M. tirou semente também na casa dela e plantou. Estava aqueles cachinhos desse tamaninho assim, aquelas cabecinhas do

²⁵⁰ Depoimento de N., moradora do Terra Livre, 2010.

brócolis. Aquele talo deesse tamanho [mostrando algo grande], com uma folhinha miudinha lá em cima. Não compensa. É melhor você comprar a semente”²⁵¹.

A comercialização dos produtos agropecuários em geral acompanha nuances de reciprocidade e de solidariedade, mesmo porque os resultados produtivos são entendidos muito mais como valores-de-uso do que como valores-de-troca²⁵². Foram constantes os relatos que assinalaram a ajuda entre as famílias na venda de suas mercadorias e a repartição dos lucros. É comum que estes produtos sejam comercializados na vizinhança de porta em porta ou em feiras organizadas pelos próprios agricultores.

“(...) a maioria da minha produção vai mesmo é no porta-a-porta. Eu boto no carrinho de mão, atravesso o [rio] Paraíba e vou vender de porta em porta. Mas eu faço isso porque eu acho que o retorno pra mim é mais rápido e melhor, porque eu entrego no sacolão por um preço, mas eu vendo na porta pelo preço que o sacolão vende. Então o que eu vender, por minha conta, de porta em porta, eu lucro muito mais. Se eu entrego 25 quilos de quiabo lá fora e vendo 25 aqui, com esses 25 que eu vendi, de porta em porta, eu ganho o dobro do que eu entreguei lá, então pra mim é lucro. Eu tendo mercadoria eu vou pra rua 3 vezes na semana”²⁵³.

“C: É...Tem um que tem uma verdura que o outro lá não tem, então... Então a gente se ajuda, né, um vai e pega um pouco e leva para vender, e trás uma parte do dinheiro para a gente... Esse J. mesmo ele vendeu mandioca, ele comprou o mandiocal todinho, arrancou e

²⁵¹ Depoimento de B., moradora do Terra Livre, 2009. Grifo meu.

²⁵² A produção de mercadorias serve para satisfazer as nossas necessidades biológicas e/ou sociais. A mercadoria só pode ser assim definida, pois é ao mesmo tempo um objeto útil e um veículo de valor, portanto ela apresenta um duplo valor: de uso e de troca. Assim, “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso” (MARX, 1974: 42), de acordo com a sua utilidade para o respectivo usuário. Já o valor-de-troca é mais objetivo, manifestando-se objetivamente nas relações sociais com a troca, compra e venda de produtos. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua fabricação. O modo capitalista de produção é um modo de produção de mercadorias, marcado não pelo uso direto dos produtos pelos produtores e sim pela lógica da venda dos produtos, onde o valor-de-troca é o fundamento da atividade econômica. Assim, a satisfação do consumo direto baseada no predomínio do valor-de-uso em sociedades anteriores é esmaecida, pois no capitalismo todas as atividades produtivas tendem a se tornar valores-de-troca. No contexto das relações generalizadas de troca o uso do dinheiro se consolida, se tornando o equivalente geral na reprodução ampliada do capital.

²⁵³ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

vendeu, e trazia [inaudível]... Depois ele começou a trazer jiló, levando jiló também para vender... R. vendendo... Ano passado nós colhemos muito, muito quiabo, R. vendia também... saía com o saco cheio de quiabo, cento e vinte, trinta quilos de uma vez... Jiló teve um dia que ele inventou, pegou duzentos quilos! Então é, é uma coisa boa!²⁵⁴”.

Observamos também que muitas das famílias evitam ao máximo a **dependência** econômica, investindo em alternativas para contornar uma vinculação aprofundada com grandes mercados. A dependência é rejeitada tanto no quesito da produção como no da comercialização, o que aparece na escolha dos insumos utilizados, em geral orgânicos e ali produzidos; na fuga de recursos controlados pelas agroindústrias; no manejo das áreas; na fuga de atravessadores na venda dos produtos; na objeção a empréstimos bancários; na refutação ao comércio com grandes redes de supermercados que desvalorizam a produção; etc.

“Mas também os mercados não dá valor... L. A. ofereceu lá, eles queria pagar pouco, ele não deixou, mas ele levou um saco de jiló para vender, combinou com o filho do dono do mercado, ele, ele combinou de pagar R\$ 1, 50 o quilo do jiló, quando foi entregar, o rapaz que estava lá era o pai que estava, ele queria pagar um real só no jiló! Eles estão vendendo no mercado três e pouco, por que estão pagando um real aqui? Aí eu falei, “ Não, não vou deixar não! Se você não pagar R\$ 1, 50 como combinou, por um real eu volto com eles tudo na carroça para minha casa lá, dá para os porcos, dá para as vacas, mas não deixo por um real aqui não!”. Aí ele resolveu pagar 1, 50. Mas a gente não vende mais não, quando tem muito... Roça é sempre assim, se você não tem, é difícil, se você tem é difícil também, que as pessoas não dão valor! Ano passado nós plantamos muita abóbora, mas muita abóbora mesmo! Aí veio um rapaz aqui que queria comprar a quarenta centavos o quilo... “Meu senhor, está ficando doido, rapaz? Quarenta centavos o quilo de abóbora? Nós não vende de jeito nenhum! Nem por cinquenta redondo se você oferecesse eu não vendia, quanto mais quarenta!²⁵⁵”.

²⁵⁴ Depoimento de C., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁵⁵ Depoimento de V., moradora do Terra Livre, 2010.

A agricultura diz preferir alimentar os animais criados com o que sobrou e não foi mercantilizado do que ter seu trabalho desvalorizado diante do mercado. A opção econômica assim influencia no reaproveitamento dos recursos produzidos de forma agroecológica:

“Quarenta centavos! Eu falei, “Você não sabe a dificuldade que é de você plantar, cuidar e colher? Para vender por isso? Ah não! Deixa estragando na roça lá, serve de adubo aí na roça de novo... Serve pra adubar minha terra!”. Aí não vendemos não!”²⁵⁶”.

Sabemos que a agricultura camponesa não é apenas uma agricultura de subsistência. Ela está integrada a diversos tipos de mercados - local, regional, nacional e/ou internacional -, e/ou a distintas categorias de intermediários - conhecidos também como “atravessadores”. O que realiza a categoria de camponês aqui referida é que este grupo, mesmo com a adversidade que o permeia, possui comportamentos que o levam a tentar reduzir ao máximo tal dependência²⁵⁷. Logo, de maneira geral, a produção do Terra Livre é parcialmente mercantilizada, pois destina-se fundamentalmente ao consumo interno e à subsistência das famílias. Sua relação de comercialização com os mercados tem como base a venda dos excedentes, porém alguns produtores prezam por relações mais interligadas a mercados externos, o que conseqüentemente amplia a sua dependência. Isso significa que tal categoria camponesa não é estática, ela demonstra variações.

Ao tratar da questão agrária contemporânea, Jan Douwe Van Der Ploeg contextualiza a produção agrícola em nível mundial a partir da caracterização de três grupos que seriam díspares, porém interligados, representados pela agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista. O primeiro grupo apresentaria mão-de-obra sobretudo familiar ou inserida em relações de reciprocidade com a comunidade a que pertence, além de ter a sua produção orientada fundamentalmente para a reprodução da unidade agrícola e da família, mesmo com a sua integração a mercados. O segundo seria uma produção agrícola essencialmente marcada pelo investimento dos capitais industrial e financeiro, com produção especializada e totalmente voltada aos mercados. O terceiro grupo seria o que o autor

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009; PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

denomina de agricultura capitalista, a qual opera articulada aos “Impérios Alimentares”, por sua natureza monopolista e concentrada de capitais, constituída por enormes empresas voltadas ao processamento e comercialização de alimentos, que agem em escala mundial²⁵⁸.

Van der Ploeg procura romper com o dualismo agricultura camponesa x agricultura capitalista, pois tal entendimento não dá conta da situação produtiva agrária contemporânea. Assim, o autor vai introduzir uma nova categoria que denomina agricultura empresarial, evitando não atribuir, por exemplo:

“(...) qualquer diferença teórica entre famílias brasileiras de posseiros composta pelo pai, três filhos e dois tios, que possuem 1.500 hectares de soja altamente mecanizados, e outra família de sem terras, provavelmente vizinha, composta por pai, mãe e três filhos, que trabalham 15 hectares de terras pouco férteis com frutas, vegetais e algumas vacas num assentamento em terras recém-ocupadas²⁵⁹”.

O sociólogo dá destaque em seu estudo ao desenvolvimento do campesinato atual e ao seu propósito de **autonomia**, o que vai motivar as ações e modos de vida destes sujeitos. O contexto hostil agrário hegemônico pelos Impérios Alimentares tem nas práticas cooperativistas e nos objetivos de autonomia camponeses o seu contraponto, evitando assim processos de desativação²⁶⁰ e até de descampesinização²⁶¹, comuns nas sociedades presentes. Em vistas de construir algum tipo de autonomia num contexto tão contraditório, os camponeses têm como subterfúgios a manutenção de uma base de recursos auto-controlada a partir da co-produção entre homem e natureza, que, em geral, conta com a cooperação vizinha. Os resultados da produção se destinam ao

²⁵⁸ “O Império é aqui entendido como um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. Ao mesmo tempo, o Império é personificado por uma variedade de expressões específicas: grupos de agronegócio, grandes varejistas, mecanismos estatais, mas também leis, modelos científicos, tecnologias, etc.”. PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008. p. 20.

²⁵⁹ Idem, p. 38.

²⁶⁰ “A desativação implica a contenção ou mesmo redução progressiva dos níveis de produção agrícola, enquanto a descampesinização implica que os camponeses deixem a agricultura”. Idem, p. 314.

²⁶¹ O fenômeno da **descampesinização** seria o “(...) enfraquecimento, erosão ou até desaparecimento das práticas camponesas e da racionalidade associada a elas”. PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008. p. 52.

mercado, mas essencialmente se referem aos fluxos locais e descentralizados, reduzindo a **dependência** econômica do campesinato²⁶².

Sem dúvidas, a finalidade de autonomia aliada à cooperação entre os trabalhadores é afinada ao comportamento das famílias do Terra Livre, pois a condição de marginalidade e de instabilidade do campesinato lhe deu o imperativo de ação conjunta. Frisamos, porém que essas condutas apresentam especificidades, indicadoras da natureza **heterogênea** da condição camponesa. Assim, se Van der Ploeg pensa a condição camponesa em torno de características comuns como as citadas acima, estas contêm variadas gradações e peculiaridades, de acordo com a trajetória social dos indivíduos.

Tentando dar conta destas variações, o autor trabalha com o conceito de “graus de campesinidade”. A luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência envolve um campesinato bastante diversificado espacial e temporalmente. Logo, enquanto algumas comunidades camponesas se destacam por conseguirem reduzir a dependência dos grandes mercados a partir da co-produção entre homem e natureza e do consumo essencialmente endógenos, há grupos camponeses que por pressões econômico-sociais exteriores ou por aspectos individuais apresentam graus de dependência mais elevados, o que de alguma maneira compromete aspectos produtivos e de consumo mais próximos de relações endógenas.

Esses graus indicam flutuações importantes nos processos de des-recampesinizações, que marcam a passagem da agricultura camponesa para a empresarial ou vice-versa. Portanto, Van der Ploeg pondera que a condição camponesa, assim como a condição da agricultura empresarial e a da agricultura capitalista não são estáticas, apresentando certa fluidez entre uma categoria e outra.

Para Ploeg, a definição da condição camponesa atende a algumas determinações, porém essas são bastante variáveis e se particularizam no tempo e no espaço. A condição camponesa não pode ser engessada, uma vez que se trata de sujeitos que refletem a história em que estão enraizados. Os níveis de co-produção, cooperação, as relações com o mercado, a base de recursos e a dependência diferenciam-se em cada realidade camponesa. A análise de tal variabilidade caracteriza processos de des-recampesinização.

²⁶² PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

Os processos de recampesinização avaliados no Terra Livre refletem múltiplos graus de campesinidade e variadas relações de autonomia e dependência. Enquanto há famílias que priorizam o auto-consumo da produção e a mercantilização em circuitos curtos, assim como relações mais harmônicas com o meio natural, além de diversas formas de reciprocidade, há famílias que vivenciam tais aspectos com menor intensidade, contudo também interagem com a dinâmica recampesinizadora.

Um episódio que ocorreu na comunidade pode ilustrar essa diversidade de modos de vida: há alguns anos as famílias receberam a proposta de uma grande empresa alimentícia para produzir individualmente nos lotes pepino para ser comercializado nos grandes mercados como pepino em conserva. Tal empresa prometeu uma série de lucros salientes aos moradores do acampamento, o que ocasionou divergências entre estes sujeitos. Parte deles priorizou a permanência das relações agroecológicas (termo utilizados por eles) e a venda dos produtos à comunidade próxima ao acampamento, que oferece seus produtos de porta em porta aos consumidores, ou então a pequenos mercados da região. O outro grupo escolheu participar do negócio do pepino, mesmo tendo seu tempo direcionado exclusivamente à produção deste gênero, que demandava tanto trabalho que os agricultores diminuíram a sua dedicação aos policultivos para a subsistência. Sobre o caso do pepino, uma das moradoras ressaltou que:

“Nós tivemos o projeto do pepino para conversa, que o pepino iria para o Japão. O projeto trouxe todo o material que a gente precisou: o ralo para irrigação, chuveirinho, borracha para gotejamento, semente, arame... nós só precisamos cortar o bambu. Veio para todos, teve assembléia, mas só dez plantaram²⁶³”.

A maioria dos agricultores decidiu em assembléia a não aderir ao projeto do pepino, mormente pelas relações de consumo direcionados ao mercado internacional e pelos insumos utilizados na produção:

Entrevistadora Priscilla: “Mas qual era o argumento de quem era contra?”

²⁶³ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

“O argumento foi o seguinte: você sabe as questões por uso de agrotóxicos não é permitido. Não é que “não é permitido”, mas eles são contra²⁶⁴”.

“Eles” se refere às lideranças do MST no acampamento e à maioria das famílias que habitam o local. Enquanto isso, alguns produtores viram no caso do pepino uma grande oportunidade para atingirem outros patamares produtivos, de maior escala e com maior inserção no mercado. Para isso, eles teriam acesso a empréstimos bancários, o que, nesse caso, poderia maximizar a dependência dos mesmos:

“Mas poxa, era um negócio que abria as portas pra muitas outras coisas aqui dentro. Era um progresso até legal, um convívio melhor com a Prefeitura, uma coisa que nós precisávamos disso. Até, por exemplo, esse empréstimo do Banco do Brasil começou a partir disso, por causa desse projeto pepino. E muitos que não plantaram pepino, pegou empréstimo. Então foi uma coisa que adiantou o lado de todo mundo. E eu ralei pra caramba por isso”²⁶⁵.

Mesmo com a projeção da perda de certa autonomia dos produtores, esse outro grupo foi em frente em sua empreitada, contudo o plantio não se mostrou muito exitoso, e ao invés de lucro, estes indivíduos acabaram tendo prejuízo:

“Mas aí o cara começou a dar cheque sem fundo... Até hoje eu estou com o cheque sem fundo de R\$ 150. Aí ele veio buscar as caixas e dinheiro do adubo (que esse era plantado com adubo, pois reservamos uma área só para isso por tinha que usar adubo) (...). Aí, quando ele veio para recolher as caixas dele e pegar o dinheiro do adubo, aí eu me segurei. Ele sumiu também. O pior que eu tinha trocado o cheque lá no mercadinho, aqui fora, no R. Ele tinha confiança na gente e trocou para gente, já era tarde não tínhamos onde trocar. Quando foi em janeiro, arrumando as contas dele, os três cheques (meu, da D. e da C.) estavam sem fundo²⁶⁶”.

Pelas deliberações em assembléias na comunidade, sob a liderança do MST, é negada a utilização de substâncias químicas na produção. Vimos, entretanto a posição

²⁶⁴ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

²⁶⁵ Depoimento de M., morador do Terra Livre, 2009.

²⁶⁶ Depoimento de P., moradora do Terra Livre, 2009.

de famílias que acreditam ser valioso o uso de fertilizantes e outros insumos não naturais, para a expansão da produção e a diminuição da dependência de fatores naturais em seu processo produtivo. A extrema dependência de causas naturais na produção (como chuva, sol, fertilizantes orgânicos, praguicidas orgânicos) pode acarretar em colheitas mal sucedidas que comprometeriam a renda destas famílias, que vendem seus gêneros fora do Terra Livre.

Esses agricultores teriam uma visão mais “empreendedora”, almejando uma espécie de convênio com alguma empresa para que houvesse a introdução de um maquinário e de novas técnicas que possibilitassem o aumento da produção em larga escala para a venda no mercado e para a elevação da renda. Em conversa com alguns deles, eles afirmaram acreditar ser melhor para a saúde e para o meio ambiente uma produção de tipo agroecológica, entretanto esta tem limites, pois não possibilitaria produção em larga escala e dependeria bastante de fatores naturais.

A defesa da utilização de insumos químicos por estes agricultores por vezes expressa que os mesmos valorizam demasiadamente o aspecto econômico nas relações sócio-produtivas, concentrados nos fins e não nos meios de sua produção. Tais características demonstram que estas famílias passam por um possível processo de descampesinização. Devemos ressaltar, contudo que mesmo com as contradições apresentadas, esses agricultores mais “empreendedores” também reproduzem práticas de reciprocidade na comunidade, e ações para o bem do coletivo.

Por exemplo, o agricultor L. justifica suas opções a partir das condições de sua produção, que sem dúvidas é muito mais árdua do que as das outras famílias. Ele é solteiro e vive sozinho em seu lote. Isso significa escassez de mão-de-obra, o que contradiz os princípios (ao menos produtivos) da Agroecologia de forte demanda de mão-de-obra para os policultivos. Mesmo recebendo auxílio da vizinhança, L. não suporta produzir tudo o que precisa para se alimentar e comercializar de maneira agroecológica. A utilização de insumos químicos lhe pareceu ser um meio de escapar das possibilidades de perda das colheitas, garantindo-lhe a sobrevivência.

Se no campo da utilização de insumos esse trabalhador afirmou fazer opções contraproducentes com as da maioria da comunidade, por outro lado, no campo das relações sociais, ele parece estar disposto a práticas visando ao coletivo, pois está inserido em relações de reciprocidade. L. foi um dos responsáveis pela luta política que deu origem à escola da comunidade (Escola Chico Mendes), como também é figura comum nas principais atividades do acampamento que requerem o auxílio coletivo, seja

em relações que envolvam trabalho, a participação em festas, a doação de alimentos, etc.

Em relação àqueles que decidem por empréstimos bancários não necessariamente tornar-se-ão mais dependentes. Para muitos, tal verba é direcionada para a produção nos lotes, em vista da diminuição da dependência.

“Pelo Banco do Brasil nós conseguimos um empréstimo ano retrasado, fez um ano agora em novembro. Pouquinho, mas deu para equilibrar um pouco. Foi quando fiz a minha canoa, fiz meu galinheiro e o resto eu botei na terra²⁶⁷”.

Essa pluralidade de comportamentos dos trabalhadores do Terra Livre significa que há famílias contraditoriamente rumando para um processo descampesinizador, porém também há diversas famílias imersas em diversos graus de campesinidade: alguns apresentam maior dependência e relações mais ou menos endógenas com o meio em que habitam, entretanto as famílias, de forma geral, podem ser caracterizadas no âmago da dinâmica recampesinizadora em curso naquele espaço de resistência.

A transição agroecológica pensada num contorno holístico e totalizante, que abarque as esferas produtiva e social, encontra-se em curso (não necessariamente linear) no Terra Livre. Integrada ao processo de recampesinização e a reconstituição de práticas de reciprocidade e de autonomia dos agricultores, novos paradigmas produtivos e modos de vida vão se conformando na comunidade.

A contribuição do MST para a transição agroecológica naquele espaço, desde os seus tempos de maturação, pareceu compreender e estimular tal processo sob o aspecto técnico, focado no uso de adubos e fertilizantes não químicos, em técnicas e no manejo que não depredassem o meio ambiente e os agricultores, na produção de policultivos, etc. Mesmo encorajando os trabalhadores em algumas atividades produtivas comunitárias e estimuladoras da construção de laços afetivos entre estes, a concepção de Agroecologia trabalhada com os agricultores recaía fundamentalmente na Agroecologia como transição técnica, o que não necessariamente os conduziria a processos de recampesinização, muito mais abrangentes, pois contam com transformações de valores e de modos de vida.

²⁶⁷ Depoimento de M., morador do Terra Livre, 2009.

Vimos, porém que as orientações do movimento para a construção de valores avessos aos de uma sociedade excludente e individualista presentes na formação política e nos modos de vida dos agricultores incitavam práticas de solidariedade, reciprocidade e de ajuda mútua, elementos fundamentais às transições agroecológica e camponesa. Assim, mesmo ao não tratar da Agroecologia de forma totalizante, outras ações e direcionamentos do movimento junto aos acampados contribuíram plenamente para as transições – agroecológica e camponesa – em questão.

As movimentações dos agricultores em favor da Agroecologia têm como base não apenas o estímulo – direto ou indireto – do movimento, mas também contam com aspectos particulares da trajetória deles. A transição agroecológica que abarca essas famílias significa não só a retomada das experiências passadas, mas tem a ver com a sua realidade presente, norteando suas atividades com vistas a reprodução do núcleo familiar ou do grupo de cooperação. Assim, valores e ações passadas são **ressignificados** diante do contexto social atual.

Se primeiramente produzir com insumos e manejos não depredatórios se deu como uma opção econômica, os benefícios ambientais e sociais subsequentes foram sendo observados pelos trabalhadores, que aliaram suas projeções econômicas aos seus modos de vida. Produtos limpos e saudáveis acarretaram a confiança da comunidade vizinha ao Terra Livre, constituindo um valor simbólico de auto-estima destes trabalhadores. Os instrumentos acionados para a manutenção das famílias e da unidade produtiva necessariamente contaram com a troca de experiências e com a reciprocidade entre as mesmas, visando superar a hostilidade de viver num acampamento com infraestrutura precária.

As relações comunitárias não estiveram presentes só na época em que as famílias viveram juntas nos barracões: elas foram conservadas com a ocupação das famílias nos lotes individuais, como meio de garantir a sobrevivência e a reprodução das mesmas, como já foi apresentado. Já o trato dos agricultores com o meio natural, se inicialmente se mostrou pouco degradante por motivos econômicos, aos poucos os agricultores foram (e vêm) se conscientizando da necessidade de preservação por motivos sócio-naturais mais englobadores, como os de preservação da vida natural, saúde, bem-estar, reprodução da unidade agrícola, etc.

Ao se tratar de Agroecologia nesse sentido holístico, que admita relações sócio-naturais, Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber tem a seguinte perspectiva:

“(...) quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade”²⁶⁸.

Ao se apoiarem em Sevilla Guzmán e Manuel Navarro, os autores também dizem que:

“Uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), para quem a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para —através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica— reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade”²⁶⁹.

Logo, acreditamos que o movimento recampesinizador e agroecológico em transição na comunidade caminham juntos, com aspectos intrinsecamente relacionados, que contam com matrizes de preservação ambiental e de reprodução das famílias.

3.3) As expressões da pluriatividade

Diante do contexto econômico hostil que cerca a atividade camponesa, esse grupo é, historicamente, forçado a diversificar suas atividades produtivas, assim como as suas fontes de renda. Apela-se para o trabalho extra-agrícola como uma forma de

²⁶⁸ CAPORAL E COSTABEBER. *Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis*. pp. 5. Disponível em:

<http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>

²⁶⁹ Idem, pp. 5.

manter a integridade e a reprodução familiar, pois “(...) o núcleo familiar é o que dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais”²⁷⁰.

Por muito tempo a ocupação camponesa em múltiplas atividades ostentou um ranço negativo nos debates acadêmicos, indicando a precariedade da condição camponesa e a sua possível desintegração, num momento em que cada vez mais indivíduos se ocupavam de atividades não agrícolas, dada a expansão da Revolução Verde. O trabalho não agrícola era denominado “agricultura a tempo parcial”. Os debates conceituais que envolveram o termo pluriatividade ganharam escopo na academia desde a segunda metade dos anos 1980²⁷¹.

Com a retomada dos estudos camponeses a partir dos anos 1970, alguns traços de nova conformação histórica desse grupo foram aparecendo nas pesquisas efetivadas. No contexto da modernização agrícola era comum apelar para alternativas empregatícias fora do cerne agrícola. Nos países periféricos e centrais, a capacidade da agricultura de absorver a mão-de-obra rural ficou bastante comprometida, o que demandou a coexistência com distintas atividades. Esse período foi marcado pela diminuição dos fluxos migratórios do campo para as cidades, e o que estabeleceu as pessoas no campo não foi a agricultura, mas sim outras possibilidades produtivas, espalhando o número de assalariados rurais²⁷².

Flávio Sacco do Anjos diz, entretanto, que a prática da pluriatividade é algo já conhecido no histórico dos camponeses:

*“O camponês tradicionalmente sempre se ocupou do exercício de múltiplas atividades e é somente a partir da modernização agrícola (Revolução Verde) que as mudanças apontam na direção de uma crescente e incessante especialização (...)”*²⁷³.

Mas de que maneira o campesinato em suas formações e reconformações históricas acionou tais práticas de forma a torná-las úteis para si próprio? Segundo Jan Douwe Van der Ploeg, um dos especialistas contemporâneos que tratam da questão camponesa, a condição camponesa varia temporal e espacialmente, porém a busca por

²⁷⁰ CARNEIRO, Maria José. “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”. In: CARVALHO COSTA (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Proex/Mauad, 1999.

²⁷¹ A trajetória acadêmica e político institucional dos debates acerca do fenômeno da pluriatividade aparecem em autores como SCHENEIDER, 2006; ANJOS, 2001; CARNEIRO, 1999; GOMÉZ, 2001.

²⁷² ANJOS, Flávio. Pluriatividade e Ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro, 2001, n. 17.

²⁷³ Idem, p. 68.

autonomia é um dos elementos essenciais que definem tal condição. A construção de uma base de recursos própria e auto-controlada diante do ambiente ameaçador em que se insere a agricultura empurra estes trabalhadores para outras alternativas de fontes de renda²⁷⁴.

Para o autor, longe de exprimir a decadência da autonomia e da liberdade tão caras ao campesinato, a pluriatividade funciona como um mecanismo de manutenção da unidade familiar produtiva e da autonomia camponesa. As atividades pluriativas são vistas como secundárias diante da centralidade atribuída à perpetuação da unidade familiar produtiva. A condição de marginalidade e de instabilidade do campesinato o compeliram a lançar mão de variadas práticas para a sobrevivência de seus modos de vida.

O emprego em variadas funções não agrícolas faz parte do cotidiano das famílias do Terra Livre. Dentre todas as famílias residentes, apenas uma afirmou viver exclusivamente do que produz:

“P: Você consegue sobreviver com o que você produz?”

L: Eu consigo sobreviver com o que eu produzo, por incrível que pareça. Se não me engano, acho que eu sou o único. Aqui dentro eu sou o único”²⁷⁵.

As funções mais comuns desempenhadas no interior ou fora do acampamento que configuram a atividade pluriativa são as de carpinteiro, costureira, manicure e trabalho na construção civil. Segundo os relatos das famílias, o trabalho agropecuário ainda é o mote principal de suas atividades produtivas, mesmo que alguns não se empreguem no trabalho agrícola durante o mesmo período em que se empregam em atividades de outra natureza. O que tornaria a agricultura uma atividade central é a **identificação** destes sujeitos com o a vida e o trabalho na terra, sob relações co-produtivas. Portanto, compartilhar de relações mercantilizadas e assalariadas não significa desenvolver uma racionalidade mercantil.

Pluriatividade não deve ser confundida com multi-ocupação: enquanto esta seria caracterizada tão somente pela precarização do trabalho nas sociedades

²⁷⁴ PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.

²⁷⁵ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

contemporâneas, marcadas por atividades clandestinas e informais, a pluriatividade seria uma condição de **resistência** dos trabalhadores num sentido de reafirmar e reproduzir a sua condição camponesa²⁷⁶. Logo, para haver a manutenção e talvez o fortalecimento dos estilos de vida camponeses, busca-se direcionar a renda obtida em múltiplas atividades familiares na atividade agrícola, entrecruzando aspectos econômicos e culturais da vida camponesa.

O próprio desejo de autonomia destes trabalhadores os leva a empregar sua mão-de-obra em outras funções, para o investimento posterior em insumos para a produção, em instrumentos de trabalho, em rações para animais, como também, é claro, para atender outras demandas da família, como higiene, saúde, lazer, educação dos filhos, vestuário. Evitar a **dependência** de grandes circuitos mercadológicos com os empréstimos em geral concedidos pelos bancos aos agricultores também pode fazer parte de um dos objetivos do trabalho extra-agrícola:

“Na maioria das vezes, a pluriatividade é uma forma de suplemento da renda, mas muitas vezes ela serve também para obter fundos que permitem aos camponeses investir na compra de combustível, bombas de irrigação, sementes, fertilizantes, bois, tratores e/ou na alimentação da família. Através da pluriatividade, a dependência de circuitos bancários e de prestamistas pode ser evitada”²⁷⁷.

A moradora C. residiu no campo em sua infância e parte da juventude, até migrar para centros urbanos em decorrência do emprego do marido. Na maturidade, ela e o marido optam em morar na comunidade Terra Livre. C. afirmou se empregar em trabalhos paralelos aos da “roça” desde a sua juventude:

“Eu aqui [no Terra Livre], aqui eu trabalho de costureira. Que eu sempre costurei, né? Na roça [na juventude] sempre costurei. Ai depois eu continuei, fiz, estudei, fiz dois cursos de costureira, e costurava, trabalhava muito para ajudar em casa... E a gente ia levando a vida da gente aqui, os filhos pequenos, o Darci doente, Marcelo trabalhando, e eu também ajudando ele na costura... E até

²⁷⁶ GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.) *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid.; La Piqueta, 1991.

²⁷⁷ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

*lavar roupa para fora, já lavei muita roupa, sabe? E a gente não parava, a gente nunca parou de trabalhar não!*²⁷⁸.

Outro caso é o do morador F., trabalhador da construção civil na cidade de Resende. Quando residia na comunidade com sua esposa e duas filhas, todos viviam basicamente dos frutos das atividades agrícolas, enquanto F. e a esposa faziam alguns “bicos” para compensar as necessidades da manutenção da casa e da família. Com o processo de separação do casal e a demanda do pagamento de pensão às duas filhas, F. abandonou a atividade praticamente exclusiva na terra e empregou-se num trabalho assalariado na cidade. F. mostrou-se descontente com tal opção, porém acredita ter a obrigação de “honrar” com os compromissos com a família, expressão por ele utilizada em conversa informal. A atividade agrícola não ficou deslocada da vida de F.: sempre que pode, dedica um pouco de seu tempo durante a semana para as suas plantações, e nos finais de semana ele trabalha conjuntamente com vizinhos em suas terras, demonstrando a existência de relações de reciprocidade na comunidade.

Já as atividades produtivas no interior do acampamento feitas por algumas das lideranças do MST são, por vezes, temporárias, pois estes militantes passam períodos fora do acampamento em atividades de formação/atuação do movimento. Quando retornam, em geral auxiliam suas famílias no trabalho na “roça” e na criação dos animais. Através de pesquisa de campo, percebi que a sua dedicação é exclusiva à unidade de produção familiar em sua estadia no acampamento, não se empregando, portanto, em outros meios de vida que não os agrícolas.

3.4) Os significados da terra

A ocupação da Fazenda da Ponte reuniu indivíduos das mais variadas origens e histórias de vida. Posteriormente, outras famílias foram se unindo às já existentes. A heterogeneidade social da composição do Terra Livre indica a existência de plurais objetivos que empurraram os sujeitos para a ocupação e/ou fixação naquelas terras, ansiosos por uma transformação radical em suas vidas. Afirmamos, porém que mesmo havendo particularidades óbvias nos desejos de cada indivíduo presente na comunidade, há um objetivo central estimulante para a escolha da vida ali: a possibilidade de

²⁷⁸ Depoimento de C., moradora do Terra Livre, 2010.

manutenção e reprodução das respectivas famílias. Concordando com Marisa de Fátima Lomba, “A **família** é o sujeito fundamental do processo de luta pela terra e na terra”²⁷⁹.

A maioria das famílias entrevistadas apresentou algum grau de instabilidade em suas vidas, fosse ela empregatícia, de moradia, de segurança, de subsistência, etc²⁸⁰. Assim, a saída para tais sujeitos foi tentar encontrar algum tipo de equilíbrio, conforto e qualidade de vida para as suas famílias nas propostas de reforma agrária. Nos depoimentos recolhidos, vimos que diversos acampados ligaram a vida na terra à tranqüilidade, autonomia (de subsistência, empregatícia), conforto e trabalho, elementos que possibilitariam manter as suas famílias.

A conjuntura social da vida no acampamento apresenta inúmeras dificuldades - produtivas, comerciais, de modos de vida -, e um meio para minimizá-las encontra-se na fortificação dos laços entre as famílias que melhor se entendem e que mais se identificam. O **reenraizamento** das famílias envolvidas nas lutas pela terra é um quesito essencial para compreendermos a trajetória presente das mesmas. Tal reenraizamento é paulatino, e está presente naquele espaço desde o período mais antigo da ocupação de terras, em que homens e mulheres juntaram forças para se manterem firmes diante dos obstáculos. A recriação de raízes vem com a consolidação da ajuda mútua pela sobrevivência e manutenção das famílias, desde o período mais crítico dos tempos iniciais do acampamento até os dias atuais, baseada na recriação dos laços de solidariedade entre as famílias. Isso possibilitou a criação de sentimentos de pertencimento a um coletivo e a uma **comunidade** (explícito na escolha do nome do local: *Comunidade Terra Livre*).

O esfacelamento das vidas e memórias passadas dos sujeitos participantes das lutas pela reforma agrária no país certamente é objeto de estudo de muitos autores da questão agrária brasileira. Para alguns deles, como Marisa de Fátima Lomba, a vivência possibilitada nos acampamentos e assentamentos pôde reestruturar a vida destes trabalhadores, pois “Nessa nova terra, os entes familiares projetam referências antigas e atuais com a possibilidade de um **reenraizamento** que poderá estruturar e alicerçar suas

²⁷⁹ FARIAS, Maria de Fátima Lomba de. “O cotidiano dos assentamentos da reforma agrária: entre o vivido e o concebido”. In: FERRANTE et al. *Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília; São Paulo: Uniará, 2008. p. 153. Grifo meu.

²⁸⁰ Alguns autores que tratam das condições movediças e fragmentárias do trabalho e vida – rural e/ou urbana - na pós-modernidade: SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008; BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001; ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

relações e memórias, quem sabe esfaceladas diante de tantas andanças”²⁸¹. Para a autora, os espaços de convivência da reforma agrária auxiliam na reconstrução mais estruturada das memórias destes indivíduos, possibilitando-lhes uma imbricação entre as memórias do passado, presente e futuro. Ao deslocamento do passado em suas vidas, é proposta uma retomada da memória passada, aliada a uma projeção do futuro, denotando alguma estabilidade e tranquilidade na vida destas pessoas.

Os processos de recampesinização e a transição agroecológica em curso no Terra Livre reforçam o reenraizamento das famílias presentes, cujas relações homem-homem e homem-natureza ganham outro sentido nos modos de vida destes sujeitos. Os acampados lançam mão de estratégias para afastar o desenraizamento, baseadas na cooperação, no comunitarismo e na solidariedade. A ajuda mútua em muitas condições – saúde, educação, produção, comercialização, moradia, lazer – vem permitindo a fixação destas famílias no Terra Livre. Como afirma C. “Aqui os vizinhos são muito bom, a gente recebe muita ajuda”²⁸². Diante disso, a formulação de intenções e de sonhos futuros (assentados nos quadro presente ou passado) pode ser efetuada e possivelmente concretizada, garantindo certa estabilidade às famílias. As palavras da moradora D., antes residente em centros urbanos, atestam a preferência pelo estilo de vida de agora, e suas projeções futuras:

“Hoje eu tenho certeza que nós vamos ficar aqui, que a gente não vai sair daqui. Então, se eu posso viver, ter uma moradia, decentemente, pra mim e pros meus filhos, eu vou limpar a minha casa, vou arrumar, vou investir na minha casa e vou morar pra frente. Quem ia pra cidade pra morar numa casa boa, ter uma vida boa?”²⁸³”.

Realçamos, entretanto que as condições de permanência na terra não são homogêneas e lineares para todos os envolvidos, portanto uma série de contradições e conflitos marcam o espaço do acampamento. Os choques de valores e expectativas estão presentes não só entre as famílias, mas entre estas e as lideranças do acampamento. São comuns tensões que envolvam deliberações no acampamento, mesmo que tenham sido tomadas de forma horizontal, ou seja, com a participação dos moradores em

²⁸¹ FARIAS, Maria de Fátima Lomba de. “O cotidiano dos assentamentos da reforma agrária: entre o vivido e o concebido”. In: FERRANTE et al. *Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília; São Paulo: Uniará, 2008. p. 160. Grifo meu.

²⁸² Depoimento de C., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁸³ Depoimento de D., moradora do Terra Livre, 2010.

assembléias. Os que consideram os seus desejos “desfavorecidos” acabam apresentando relações hostis para com outras famílias e lideranças do movimento.

A terra, na cultura camponesa, é tida como fonte de estabilidade e enraizamento. Ela é o meio que permite aos sujeitos moradia e trabalho, em suma, o que lhes enraíza. Segundo José de Souza Martins, a luta dos “sem-terra” não é primeiramente pela terra e sim contra a desagregação das relações sociais vividas que podem resultar em seu desenraizamento (perda de um lugar de referência). Sob esta perspectiva, Martins nega qualquer possibilidade de retomada estruturada na vida destes sujeitos, incapazes de superar o desenraizamento e a situação anômica geradas.

Para Martins, “(...) o passado foi destruído, parcial ou totalmente, suas referências estruturais se perderam, são conscientemente recusadas, censuradas, proibidas à memória²⁸⁴”. Isso criou uma situação movediça em que as referências comunitaristas e integradoras desapareceram. A terra então não é associada a um meio de vida, tampouco de trabalho, mas a uma reserva de valor, passível de comercialização.

O sociólogo argumenta que o sujeito oculto que é “beneficiado” pela reforma agrária acaba reproduzindo a dinâmica fundiária que o exclui da terra, pois ele não a utiliza como um meio de trabalho e vida, e sim como uma fonte de acumulação de capital, ao apelar para as práticas acima explicitadas.

Para Martins “(...) a verdadeira alma do latifúndio não é a extensão territorial, simplesmente. É, também, sobretudo, a renda da terra e a natureza tributária e especulativa da riqueza que cria”²⁸⁵, portanto o sentido do latifúndio é a renda da terra. Isso significa que a “alma do latifúndio” estaria arraigada nos modos de vida dos homens e mulheres envolvidos na luta pela terra aliados aos movimentos sociais, em especial o MST, reprodutores da “cultura do parasitismo social”.

O que justificaria o tratamento da terra como valor-de-troca por parte dos assentados para o autor seria o desenraizamento e a fragmentação de suas consciências, cujas raízes estariam fincadas na expansão do capitalismo no meio rural, sobretudo na segunda metade do século XX. Ao ocuparem as novas áreas, estes indivíduos não seriam capazes de reconstituir laços comuns e de recriarem sentimentos de comunidade e de solidariedade, afetados pelo individualismo constituído com a dilaceração de suas experiências sociais anteriores no aprofundamento do capitalismo no campo. Logo,

²⁸⁴ MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 65.

²⁸⁵ Idem, p. 14.

estes assentados se utilizariam da reforma agrária como um meio contraditório para se inserirem materialmente na lógica de mercado a partir da comercialização das terras.

A concepção maniqueísta e generalizante de José de Souza Martins acerca dos sujeitos da reforma agrária mostra-se limitada, pois, se de fato há indivíduos aproveitadores em acampamentos e assentamentos que visam a terra tão somente como reserva de valor, estes não são maioria. Mesmo que a realidade empírica prove o contrário, essa concepção dos sujeitos da reforma agrária no Brasil é altamente disseminada pelos principais veículos de comunicação do país, o que contribui decisivamente para a perda de popularidade dos movimentos sociais rurais junto à população.

De acordo com o estudo efetuado para essa dissertação, observamos referências bastante diferenciadas acerca do valor da terra para os acampados. E vimos que, se alguns deles realmente praticaram a venda ou aluguel de parte de sua gleba a terceiros, o foi para assim conquistarem meios de valorização produtiva e de permanência em suas próprias terras. Ou seja, o paradoxal fracionamento das áreas conquistadas possui aqui o sentido de reforçar a autonomia dos produtores, ao invés de indicar que estão na contramão de uma possível recampesinização. Só para lembrar: aqueles que não se identificaram ao trabalho no campo e aos paradigmas produtivos, como também aqueles que pareceram tratar a terra apenas como reserva de valor saíram do acampamento ainda em seus primeiros tempos, por discordâncias com os demais.

Ao estudar outros espaços de reforma agrária pelo país, sobretudo os liderados por movimentos da Via Campesina, o engenheiro agrônomo e antropólogo Eric Sabourin concluiu que a venda parcial das áreas ocupadas ou o abandono das mesmas pelos trabalhadores pode sugerir a incapacidade ou a ausência de auxílio adequado, mormente do poder público, no investimento produtivo fundiário em áreas de reforma agrária. Assim, muitos dos casos de fracasso destas famílias são evidenciados pela ausência de suporte estrutural²⁸⁶.

Sem dúvidas, os sentidos acerca da terra para a maioria dos agricultores entrevistados na comunidade Terra Livre nada tinham de pragmáticos. Terra aqui é sinônimo de estabilidade e de qualidade de vida, porém isto só é alcançado pelo trabalho na própria terra, que assim produz frutos para a reprodução das famílias. Logo, a terra é reflexo do comportamento humano: se for bem tratada dará bons frutos.

²⁸⁶ SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.

“Se você estiver na terra, você não plantar e não viver dela, não adianta que é como se você tivesse na cidade. Se eu quisesse só moradia, o que faria? Eu ficava na cidade, cidade bonitinha, cuidando das coisa e fazendo comida pra ela. Mas não. Eu quero terra pra eu plantar, respirar um ar maravilhoso que eu tô respirando, viver da terra e criar meus filhos aqui, fora da civilização, lá, da violência”²⁸⁷.

Terra também tem ligação com segurança: tanto relativa à sobrevivência e à subsistência, quanto à relativa à fuga de regiões violentas, comuns nos grandes centros metropolitanos. O retorno ao rural pode ser a opção de uma vida mais simples e segura, em que o conhecimento e a confiança na comunidade tranquilizem as relações existentes. Ao falar de suas experiências na comunidade, uma das depoentes disse que: “Aquele amor, aquele carinho pelas crianças, pelos nossos vizinhos [da comunidade], que é diferente. Completamente diferente. Você mora 20 anos num apartamento e não conhece seu vizinho”²⁸⁸.

A identificação com o meio natural nas relações co-produtivas que marcam a recampesinização destes trabalhadores os fazem enxergar a terra como fonte de lazer. Alguns sustentaram que se divertem no trabalho e nas trocas com o meio natural:

*“Cara, pra mim[a terra] é tudo. Ela é moradia, trabalho... tudo. E no fundo no fundo, é uma **diversão** também. (...). Agora, se torna uma diversão porque, eu, no meu caso, eu gosto do que eu tô fazendo. Eu gosto de plantar, de mexer com boi. Se eu for pra cidade eu vou sentir falta disso. E é isso aí. Ela é tudo. Sem ela é como se faltasse um pedaço de mim”²⁸⁹.*

A qualidade de vida e o lazer igualmente são marcados pela beleza de uma área bem cuidada, pela expansão da fauna e da flora locais, que podem ser contempladas pelos moradores:

“[Terra é] o meio de sobrevivência, o meio de, de... de lazer até... Do jeito que a gente vive assim na terra... Só esse momento que nós estamos aqui, ó, contemplando essa beleza, tudo aí, ó! Olha a sinfonia do sapinho como é que está, coisa linda! Cada um canta de um jeito, olha!”²⁹⁰.

²⁸⁷ Depoimento de D., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁸⁸ Depoimento de D., moradora do Terra Livre, 2010.

²⁸⁹ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009. Grifo meu.

²⁹⁰ Depoimento de M., moradora do Terra Livre, 2010.



Ilustração 20: Vista da área elevada.
Comunidade Terra Livre.
Fotografia: Priscilla Gomes da Silva.

A estabilidade garantida com a conquista da sonhada terra não é apenas em vida, mas também em morte. A essencialidade da terra nos depoimentos de alguns assentados mostra a relevância de sua presença na vida e no falecimento dos acampados, pois até para morrer a terra é necessária:

“Terra é tudo! Tanto assim que até para gente morrer precisa da terra, depois de morto a gente precisa da terra...Não é!? E eu também já tenho até terra lá no cemitério comprado, para quando eu morrer já estar lá, para os meus filhos não se preocupar, está lá minha terrinha, tem no documento tem tudo. Terra é... É tudo na vida da gente! Para mim e para o meu marido que gosta de trabalhar, terra é tudo... Abaixo de Deus, que Deus é que é tudo, né!? Abaixo de Deus, de Deus é a terra!”²⁹¹”

O hábito do trabalho agrícola e dos modos de vida construídos na comunidade criam um apego destes sujeitos àquela área. Ao serem confrontados com uma hipotética mudança para as cidades, eles dizem que:

“ Eu peço a Deus que não seja preciso. A cidade, se eu for pra cidade é capaz de eu nem viver muito. Eu não gosto de cidade”²⁹².

²⁹¹ Depoimento de C., moradora do Terra Livre, 2010. Grifo meu.

²⁹² Depoimento de T., moradora do Terra Livre, 2010.

“Terra é tudo. Sem ela é como se faltasse um pedaço de mim. É igual se eu for pra cidade morar na cidade. Eu acho que ia faltar um pedacinho de mim, em algum lugar, em algum canto por aí (risos). Porque é criado desde novo nisso. Então é diferente”²⁹³.

A valoração e a identificação destes trabalhadores com o elemento primordial para a sua subsistência – a terra – sugerem que os fluxos de recampesinização em voga na Comunidade abrangem matrizes bastante diversificadas. Essas tendências abarcam o conceito de recampesinização em toda a sua complexidade, pois este atende a aspectos materiais e subjetivos, sempre relacionados, em que são construídos valores positivos acerca do trabalho e da vida na terra e/ou no meio rural.

Concluimos, portanto que o panorama marcado pelas transições camponesa e agroecológica no Terra Livre necessariamente se ancora em transformações bastante diversas, porém interligadas. A incorporação ou a retomada (social e historicamente reconstruída) de técnicas alternativas, de formas de reciprocidade, de mecanismos de autonomia, e do equilíbrio com o meio natural apresentam um necessário entrecruzamento que indica o avanço/recuo destes modos de vida no interior do acampamento. Mesmo com variados graus de campesinidade, que podem indicar processos de (des)recampesinização, destacamos que a Comunidade encontra-se em apurado processo de incorporação das premissas holísticas agroecológicas. Indubitavelmente os percalços e as dificuldades sociais e econômicas encontradas são muitas, mas a seleção de alternativas sustentáveis e socialmente vantajosas são acionadas por estes agricultores, cuja vida sofrida não lhes impediu de selecionar essas escolhas.

²⁹³ Depoimento de L., morador do Terra Livre, 2009.

Considerações finais

“Eu pelo menos, na minha concepção, não imagino um mundo sem terra”.

Dona P., Comunidade Terra Livre.

Os focos principais da abordagem desta dissertação foram os de analisar a trajetória da discursividade oficial agroecológica no MST, bem como averiguar o caráter de uma experiência agroecológica da entidade, em curso na Comunidade Terra Livre. As feições inter e transdisciplinares inseridas no universo deste estudo foram fontes de instigação teórica e epistemológica, entretanto igualmente funcionaram como catalisadoras de inúmeras indagações e complexas questões, as quais espero ter destrinchado ou ao menos apontado para o debate científico em que estão envolvidas.

Como vimos, a entrada do MST na Via Campesina e a decadência do modelo social e produtivo cooperativista de ordem produtivista fizeram emergir outros parâmetros sociais e ambientais na entidade, o que abriu espaço para a assimilação da Agroecologia tanto na esfera discursiva quanto na prática, ainda que em proporções diferenciadas. O refinamento do discurso agroecológico não se fez acompanhar das experiências práticas com a Agroecologia em acampamentos e assentamentos, contudo a opção de alteração de paradigmas em si já expressa um caráter bastante progressista sócio-ambientalmente assumido pelo movimento.

Na virada dos anos 1990 para os anos 2000 as lideranças do MST parecem ter consolidado a escolha agroecológica, o que ficou evidenciado no 4º Congresso Nacional do MST, em que a pauta agroecológica apareceu com maior destaque até então. A eleição da Agroecologia enquanto direção para os espaços do MST é uma forma de combater no discurso e na prática as experiências do agronegócio, alvo de luta do grupo, sobretudo a partir dos anos 1990, segundo suas principais lideranças. Mesmo que assentamentos e acampamentos do MST contem com tecnologias do *agribusiness*, apresentando mesmo a utilização de transgênicos, estas práticas não são bem vistas no discurso oficial veiculado pela entidade.

Por ser um movimento tão vasto e plural, é comum que esteja envolto em situações tão contraditórias, entretanto o grupo vem sistematicamente expandindo as experiências agroecológicas em seus espaços de atuação. No caso da Comunidade Terra Livre, objeto de nosso estudo empírico, tentamos mostrar que a transição agroecológica

está aliada à transição camponesa, marcando um panorama recampesinizador naquele acampamento.

Se as opções de utilização de insumos naturais, manejo direto e práticas comunitaristas inicialmente pareceram ter sido acionadas mais por motivos econômicos do que propriamente agroecológicos, gradativamente os trabalhadores foram se conscientizando dos benefícios perdurantes das relações sociais e ambientais mais próximas de feições autônomas e recíprocas, o que configuraria estas transições agroecológica e camponesa.

Mostramos as contribuições do movimento num sentido de formação agroecológica da comunidade. Mesmo que em alguns espaços de formação dirigidos pelo MST a Agroecologia fosse tratada prioritariamente em seu aspecto técnico, como os cursos de formação agroecológica, outras ações do movimento contribuíram indiretamente para esse processo de recampesinização, ao estimularem valores de coletividade e de solidariedade entre os agricultores.

Ainda que as práticas de reciprocidade e de solidariedade incitadas pelo grupo junto a sua base contassem com um cunho de centralização, contrária ao aspecto descentralizado das ações camponesas, essas práticas do movimento se expressaram de acordo com a participação coletiva. Logo, os trabalhos coletivos e certas formas de reciprocidade estimuladas pelo MST tinham forte adesão da comunidade, o que funcionou como estimulador de valores e ações comunitaristas.

A multiplicidade de formas camponesas e agroecológicas também foram bastante debatidas aqui, cujo objetivo foi o de apontar para o campo de possibilidades sociológicas que a Comunidade condensa, afinal as transformações sociais não ocorrem e nem poderiam ocorrer numa feição monolítica e padronizada. As trajetórias sócio-individuais e o entendimento do tempo presente direcionaram as opções destas famílias em direção à Agroecologia, mesmo que permeadas de limites e contradições.

A paulatina incorporação do paradigma agroecológico pela base do MST no Terra Livre tem a ver com as suas escolhas de sobrevivência no presente, mesmo que algumas famílias tenham retomado práticas e experiências passadas. Esse passado é ressignificado diante do quadro presente de manutenção econômica e social, em vista de superar a condição de marginalidade destes sujeitos empobrecidos e socialmente excluídos.

A opção agroecológica significa não só ter o olhar apontado para o presente, mas também para o tempo futuro: um tempo em que a reprodução familiar esteja garantida

pelos modos de vida operados na atualidade. As transições agroecológica e camponesa são escolhas coerentes em tempos de hegemonia de paradigmas produtivos que estão no contrafluxo de seus princípios e que progressivamente vem depredando mais ameaçadoramente do que nunca os grupos trabalhadores e outros organismos naturais.

A Agroecologia aponta para a urgência em repensar as práticas econômicas e sociais hoje dominadas pela insistência da acumulação de capital em detrimento do bem-estar dos seres humanos e de outras formas de vida. Pensar em Agroecologia é gradativamente romper com tais paradigmas de acumulação insólita. Os desafios teóricos e práticos indubitavelmente são enormes, porém não esvaecem as necessidades e a vontade de mudança.

Referências Bibliográficas e Fontes

Fontes Primárias

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Maio de 1981, n. 1.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Maio de 1981, n. 2.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Junho de 1981, n. 3.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Junho de 1981, n. 4.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Junho de 1981, n. 5.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Junho de 1981, n. 6.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1981, n. 7.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1981, n. 8.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1981, n. 9.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Janeiro de 1982, n. 17.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Fevereiro de 1982, n. 18.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Abril de 1982, n. 19.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Abril de 1982, n. 20.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Maio de 1982, n. 21.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1982, n. 25.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Agosto de 1982, n. 26.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Setembro de 1982, n. 27.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Outubro de 1982, n. 28.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Fevereiro de 1983, n. 29.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Março de 1983, n. 30.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Novembro de 1983, n. 33.
- Boletim dos Sem Terra. Porto Alegre. Fevereiro de 1984, n. 34.
- Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Abril de 1984, n. 35.
- Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Julho de 1984, n. 36.
- Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Setembro de 1984, n. 38.
- Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Novembro de 1984, n. 40.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Dezembro de 1984 e Jan de 1985, n. 41.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre. Fevereiro de 1985, n. 42.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março a Maio de 1985, n. 43.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 1985, n. 44.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1985, n. 45.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Novembro e Dezembro de 1986, n. 58.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Janeiro de 1987, n. 59.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Fevereiro e Março de 1987, n. 60.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril de 1987, n. 61.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 1987, n. 62.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 1987, n. 63.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1987, n. 64.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Fevereiro de 1988, n. 70.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1990, n. 91.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1990, n. 92.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril e Maio de 1990, n. 93.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 1990, n. 94.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho e Agosto de 1990, n. 95.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1995, n. 144.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1995, n. 145.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril de 1995, n. 146.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Agosto de 1995, n. 150.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Dezembro de 1995, n. 154.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Janeiro e Fevereiro de 1996, n. 155.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1996, n. 156.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril de 1996, n. 157.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 1996, n. 158.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 1996, n. 159.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1996, n. 160.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1997, n. 167.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1997, n. 170.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Agosto de 1997, n. 171.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Dezembro de 1997 e Janeiro de 1998, n. 175.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Fevereiro de 1998, n. 176.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1998, n. 177.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril de 1998, n. 178.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio e Junho de 1998, n. 179.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1998, n. 180.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Outubro de 1998, n. 183.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Novembro de 1998, n. 184.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Dezembro de 1998, n. 185.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Janeiro de 1998 e Fevereiro de 1999, n. 186.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 1999, n. 187.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 1999, n. 189.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 1999, n. 190.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 1999, n. 191.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 2000, n. 200.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 2000, n. 201.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Setembro e Outubro de 2000, n. 204.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 2001, n. 208.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Agosto de 2001, n. 213.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Setembro de 2001, n. 214.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Novembro e Dezembro de 2001, n. 216.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 2002, n. 220.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Outubro de 2002, n. 224.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Novembro de 2002, n. 225.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 2003, n. 229.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Setembro de 2003, n. 233.

Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Fevereiro de 2004, n. 237.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Março de 2004, n. 238.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Abril de 2004, n. 239.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Maio de 2004, n. 240.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Junho de 2004, n. 241.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Julho de 2004, n. 242.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Agosto de 2004, n. 243.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Setembro de 2004, n. 244.
Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo. Novembro e Dezembro de 2008, n. 288.

Revista dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Revista Sem Terra. São Paulo. Julho, Agosto e Setembro de 1997. n.1.
Revista Sem Terra: Edição Especial Agroecologia. São Paulo. 2009.

Cadernos de Formação do MST

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. MST: como se organiza. (Caderno de Formação nº 05). São Paulo, 1985.

_____. Caderno de cooperação agrícola n. 8.
A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999).

_____. Elementos sobre a teoria da organização no campo. (Caderno de Formação nº 11). São Paulo, 1986.

_____. Plano nacional do MST – 1989-1993. (Caderno de Formação nº 17). São Paulo, 1989.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos. (Caderno de Formação nº 20). São Paulo, 1993.

_____. O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária. (Caderno de Formação nº 31). São Paulo, 1998.

Cadernos de Cooperação Agrícola

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Perspectivas da cooperação agrícola nos assentamentos. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 4). São Paulo, 1995.

_____. CONCRAB. Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, n° 5. São Paulo: Concrab/MST, 1997.

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 5). São Paulo, 1997.

_____. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 07). São Paulo, 1998.

_____. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST. (Caderno de Cooperação Agrícola n° 08 [número repetido]). São Paulo, 1999.

Caderno de Experiências Históricas da Cooperação

_____. As experiências Clássicas de cooperação agrícola. (Caderno de experiências históricas da cooperação n° 03). São Paulo, 2000.

Outras Fontes:

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Programa de Reforma Agrária do MST, Paraná, 1984.

_____. Proposta para a reforma agrária, Brasília, 1995.

_____. Carta do 5° Congresso Nacional do MST. Brasília. Junho de 2007.

_____. Ficha de inscrição. Encontro nacional de Agroecologia.

Carta da 3ª Jornada de Agroecologia. Paraná, 2004.

Carta do 6° Congresso de Agroecologia. Rio Grande do Sul, 2010.

Carta da 8ª Jornada de Agroecologia. Paraná, 2009.

Carta da 9ª Jornada de Agroecologia. Paraná. Maio de 2010.

IBGE, Censos Demográficos, 1940 a 2000.
IBGE, Censo Agropecuário, 2006.
IBGE, Contagem da População 2007.
Produto Interno Bruto dos Municípios, 2003-2006.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas, UNICAMP, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro*. Revista Fluminense de Geografia, Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 109-124, 2002.

_____. “A evolução do espaço agrário fluminense”. GEOgraphia (UFF), Niterói, v. 13, p. 49-70, 2005.

_____. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2003.

_____. *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia. A dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. *Biotecnologia agrícola. Mitos, Riscos Ambientais e Alternativas*. Porto Alegre: Ascar-Emater/RS, 2002.

ALVES; CARRIJO & CANDIOTTO (Org.). *Desenvolvimento territorial e Agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ANJOS, Flávio Sacco. “Pluriatividade e Ruralidade: enigmas e falsos dilemas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro, 2001, n. 17.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

BARCELLOS, Sérgio Botton. *A Formação do Discurso da Agroecologia no MST*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2010. 139 p.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial Letras, 1999.

- BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*. Rio de Janeiro, Ed. Casa Amarela, 2004.
- CALDART, Roseli. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CARNEIRO, Maria José. “Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas”. In: CARVALHO COSTA (org.) *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Proex/Mauad, 1999.
- CARVALHO, Tarcísio Motta de. *Coerção e Consenso na Primeira República: A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- COLETTI, Claudinei e MORAES, Reginaldo Carmello Correia de. “MST, o radicalismo agrário em busca de um outro mundo... possível?” In: MORAES, Reginaldo Carmello Correia de. (Org.) *Globalização e radicalismo agrário, globalização e políticas públicas*. São Paulo: editora UNESP, 2006.
- COSTA; GAZPARI & GAVIOLI. *Fomento de práticas agrícolas de base ecológica em assentamentos rurais: experiências no assentamento Monte Alegre*. Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. FEAGRI/UNICAMP. Campinas, 2009.
- DEMO, Pedro. *Metodologia em Ciências Sociais*. Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais*. Observatório Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 273-284, 2005.
- _____. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- FERRANTE & WHITAKER (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. São Paulo: Ed. Uniara, 2008.
- FERREIRA, Thiago Lopes. *Dos sonhos de uma casa a casa dos sonhos: moradia e qualidade de vida na Comunidade Terra Livre*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA\UFRRJ, 2007.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

- GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- GÓMEZ, Sergio. “¿Nueva Ruralidad? Um aporte Al debate”. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro, 2001, n. 17.
- GONZAGA, José Guilherme Franco. *Possibilidades educativas nas ações coletivas do MST. Reflexões Teóricas e Epistemológicas*. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2006.
- GUTERRÈS, Ivani (org.). *Agroecologia militante. Contribuição de Enio Guterrès*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla & MOLINA, Manuel (org.). *Ecología, campesinado y Historia*. Madrid, La Piqueta, 1991.
- _____. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Brasília: Expressão Popular: 2005.
- JÚNIOR, Odair Michelli. *A questão agrária no marxismo europeu: alguns apontamentos*. Revista Acadêmica Multidisciplinar URUTAGUÁ. Maringá. Ano I, n. 3. Dezembro de 2001.
- KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- KURIYAMA, Rafael. *Ideologias do protesto popular e o MST*. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina ISSN: 2177-9503. Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. 14 a 17 de setembro de 2010, Londrina, UEL.
- LINHARES, Elisabeth [et al.]. *Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- LINHARES, Maria Yedda & TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- LUZZI, Nilza. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese de Doutorado. CPDA/UFRRJ, 2007. 182p.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas, Ed. UNICAMP, 2004.
- MALUF, Renato & WILKINSON, John (org.). *A Secretaria de Estado da Agricultura e a produção agroalimentar do estado do Rio de Janeiro: desempenho recente e perspectivas*. Rio de Janeiro: SEAAP/UFRRJ-CPDA, 1997. 157p.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. “O problema indígena na América Latina”. In: LOWY (org.). *O marxismo na América Latina*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

- MARTINS, José de Souza. “A questão agrária brasileira e o papel do MST”. In: STÉDILE (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- MARTINS, Paulo Roberto. “Reforma Agrária e a questão ambiental: por uma outra concepção”. In: FRANÇA, Caio Galvão; SPAROVEK, Gerd (coord.). *Assentamentos em debate*. Brasília: Nead Debate, 2005.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____ & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. (vol. I).
- _____. *O Capital. Livro I, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et al (orgs.). *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1994.
- _____. *Luta pela terra no Rio de Janeiro: 1950-1987*. Rio de Janeiro. S. ed., s. d., p. 1.
- _____. *Lutas sociais no campo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, s.d.
- _____ & LEITE (orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. “A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990”. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil - 5*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MESZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX*. Niterói, Ed. UFF, 2008.

- _____ & MENDONÇA, Sonia Regina de. “Continuidades nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no Brasil de inícios da República”. In: Pós. Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília: Ed. Katakumba, 2002.
- NAVARRO e al. “Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento”. In: MEDEIROS, L. & LEITE, S. *A formação dos assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.
- NETO, Canrobert Costa. “Relações entre agronegócio e Agroecologia no contexto do desenvolvimento rural brasileiro”. In: FERNANDES, Bernardo M. *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____ & CANAVESI, Flaviane. “Sustentabilidade em assentamentos Rurais: o MST rumo a uma reforma agrária agroecológica no Brasil?”. In: ALIMONDA, Hector (Org.). *Ecología Política, Sociedad y Utopia*. 1 ed. México: CLACSO, 2002, v. 1.
- NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói, EDUFF, 1997.
- _____ (org.). *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2008.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.
- PALMEIRA, Moacir. “Modernização, Estado e questão agrária”. In: Estudos Avançados, vol. 3, n. 7. São Paulo, dezembro 1989.
- PEREIRA, Gladyson Stélio Brito. *A escravização capitalista no Brasil contemporâneo: a denúncia, os conflitos, as mediações e a lei. Resende/Itatiaia. RJ (1993-1994)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti, PICCIN, M. B. “Movimentos camponeses e questões ambientais: positivação da agricultura camponesa?”. *Extensão Rural* (Santa Maria). v.15, p.5 - 36, 2008.
- PIMENTEL, Vânia Costa. *Assentamento é mais que um projeto: a assistência técnica nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, 2007. 141p.

- PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais” In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n.2, dez: 1996.
- PLOEG, Jan Douwe Van Der. *Camponeses e Impérios Alimentares. Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____(Org.). *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*. Maracaibo: Ediciones IVIC, 2009, v. 1.
- _____ & ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. “Geografía agraria de la crisis de los alimentos en Brasil”. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (Org.). *Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina*. Maracaibo: Ediciones IVIC, 2009, v. 1, p. 203-224.
- RIBAS, Alexandre Domingues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Cooperativismo no raio de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (uma contribuição para a Geografia do Trabalho)*. Geografia em Atos (UNESP), FCT/UNESP, v. 2, n. 2, p. 13-32, 2000.
- SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Eleidimar Pereira dos. *A constituição do sujeito político MST no estado do Rio de Janeiro entre 1984 e 1996*. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2008.
- SCHENEIDER, Sérgio. “Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso”. In: FROEHLICHE & DIESEL (org.). *Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos*. Ijuí/RS, UNIJUÍ, 2006.
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas. Ed. da UNICAMP, 2008.
- SILVA, Tânia Paula. “Fundamentos teóricos do cooperativismo agrícola e o MST”. In: *Terra Livre. Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Ano 18, v. 2, n. 19. São Paulo, Jul-Dez. 2002, 296p.

SILVA, Thiago Lucas Alves da. *A comunidade Terra Livre: formação, territorialização e interações espaciais no Médio Vale do Paraíba Fluminense*. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Maçano. *Brava Gente. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____ (org.). *A questão agrária no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1-5.

STRAPAZZON, João Paulo Lajús. “...E o verbo se fez terra” *Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra [SC] 1980-1990*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1996.

THOMAZ, Fernanda. *A organização do trabalho camponês na visão de Clodomir Santos de Moraes*. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VERAS, Melissa M. *Agroecologia em assentamentos do MST no Rio Grande do Sul: entre as virtudes do discurso e os desafios da prática*. Dissertação de Mestrado em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

WANDERLEY, Maria Nazareth. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, Minas Gerais, Outubro, 1996.

_____. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades*. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.21, p.42-60, 2003.

Dicionários

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Fontes disponíveis na Internet:

BORGES, Juliano Luis. *MST: do produtivismo a Agroecologia*. I Seminário Nacional Sociologia e Política UFPR 2009. Disponível em: www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica. Acessado em: 21/04/2010.

CAPORAL E COSTABEBER. *Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura sustentáveis*. pp. 5. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>. Acessado em: 19/05/2010.

COSTA, Luciano de Souza. *O cooperativismo: uma breve reflexão teórica*. Disponível em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/Artigos%20apresentados%20em%20Comunica%20E7%F5es/ART%207%20-%20O%20cooperativism>. Acessado em: 15/12/2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Atlas da questão agrária brasileira*. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/>. Acessado em 25/01/2010.

PORTELLI, Alessandro. *A dialogical relationship. An approach to Oral History*. Disponível em: http://www.swaraj.org/shikshantar/expressions_portelli.pdf. Acessado em: 30/03/2009.

ANEXOS

1) Roteiro semi-estruturado para entrevistas com agricultores da comunidade Terra Livre.

1. Processo de Ocupação

1. Há quanto tempo o sr. (a sra.) reside no Terra Livre?
2. O que o (a) motivou a disputar essas terras?
3. Como foi o processo de ocupação das terras?
4. Houve muitas dificuldades na ocupação das terras? Quais foram?
5. Como ficou sabendo da luta por estas terras?
6. Como foi a sua aproximação com o MST?

2. Produção e Comercialização e Modos de Vida

1. O que o senhor (a sra.) fazia antes de entrar para o Terra Livre? Onde residia?
2. Quais foram as primeiras medidas visando a sobrevivência no acampamento?
3. O senhor (a sra.) já tinha experiências anteriores com a produção agrícola?
4. Sim. Onde eram feitas? Quais os tipos de cultivo eram predominantes?
5. Como era feita a produção? Utilizava quais tipos de adubos? Quais técnicas?
6. A maneira de produzir foi alterada desde que entrou para o Terra Livre? Por que?
7. Não. Tem histórico de produção agrícola na família? Algum tipo de conhecimento lhe foi passado?
8. Quais são os cultivos que efetua hoje em dia?
9. Como é feita a sua produção no Terra Livre? Quais instrumentos de trabalho são utilizados?
10. Quais são os tipos de adubos que o sr. utiliza?
11. Quem trabalha nas produções?
12. Quais são os tipos de sementes que vocês utilizam?
13. O sr. já participou de algum curso ou evento promovido pelo MST para orientá-los no cultivo com as terras? Como foi (foram)?
14. Qual é o significado da terra para o senhor (a sra.)?

15. Qual é o destino de sua produção agrícola?
16. Em quais lugares o sr. comercializa/vende os seus produtos?
17. Para além de alimentos, vocês produzem outros gêneros que são utilizados no dia-a-dia no acampamento? (ferramentas de trabalho, materiais para a casa, remédios, combustíveis, etc.?)
18. O senhor (a sra.) consegue sobreviver com o que produz?
19. O senhor desempenha outras atividades para poder sobreviver? Quais são elas?
20. E os outros membros de sua família, também desempenham outras atividades?
21. Percebe a agricultura como central ou secundária em sua sobrevivência?
22. Quais gêneros alimentam os animais? São produzidos no acampamento?
23. Como se dá a relação entre família e trabalho?

3. Estrutura Organizativa

1. Como funcionam as tomadas de decisão no Terra Livre?
2. Vocês discutem assuntos do acampamento em assembléias? De quanto em quanto tempo elas ocorrem?
3. Como funciona a atuação dos distintos setores (exs. Produção; Cultura, etc.) no acampamento?
4. Como é a relação de vocês com a estrutura do MST à nível estadual e nacional?
Já foi a algum encontro/congresso com militantes de outros lugares ou estados?
5. Faz parte de alguma das lideranças do MST? Por que (sim ou não)?

2) Roteiro semi-estruturado para entrevistas com lideranças do MST na comunidade Terra Livre.

1. Processo de Ocupação

1. Há quanto tempo o sr. (a sra.) reside no Terra Livre?
2. O que o (a) motivou a disputar essas terras?
3. Como foi o processo de ocupação das terras?
4. Houve muitas dificuldades na ocupação das terras? Quais foram?
5. Como ficou sabendo da luta por estas terras?
6. Como foi a sua aproximação com o MST?

2. Atividades

1. Quais são as atividades que o sr. desempenha no MST?
2. Passa muito tempo fora?
3. Efetua algum tipo de produção agrícola aqui no acampamento?
4. Como faz para sobreviver-subsistir?
5. E a sua família?

3. MST e a Agroecologia

1. A partir de qual panorama o sr. (a sra.) percebe que o MST passou a se atentar para a incorporação de um modelo produtivo mais harmônico com a natureza?
2. Como se dá a atuação dos setores organizativos do MST no que se remete à educação agrícola-produtiva dos sem-terra?
3. O movimento promove algum tipo de curso de formação, alguma atividade de conscientização dos agricultores? Quais são as dificuldades para isso? E os avanços?
4. Desde quando as discussões sobre Agroecologia começaram a aparecer no MST? A que o sr. atribui isso?
5. O que significa a Agroecologia para o MST?
6. Há alguma regra geral do movimento para as produções nos acampamentos e assentamentos?

7. Quais são as maiores dificuldades encontradas para a consolidação da Agroecologia em espaços do MST ?